

HUGO MARI  
Org.

Núcleo de Análise do Discurso

DISCURSO  
HETEROGENEIDADE  
MOSTRADA HETEROGENEIDADE  
CONSTITUTIVA HOMOGENEIDADE  
POLIFONIA  
ENUNCIADO  
ENUNCIATÁRIO  
DESTINATÁRIO  
SUJEITO  
LOCUCIONAL  
PERLOCUCIONAL  
DISCURSIVO  
DOMÍNIO  
ATO DE LINGUAGEM  
SEDUÇÃO CAPTAÇÃO SIGNO  
SIGNIFICANTE SINIFICADO  
SENTIDO

**CATEGORIAS  
E PRÁTICAS  
DE ANÁLISE  
DO DISCURSO**

FALE / UFMG

Faculdade de Letras da UFMG  
NÚCLEO DE ANÁLISE DO DISCURSO  
2000

Sob a denominação de AD encontra-se uma pluralidade de padrões de análise, de procedimentos que refletem não desacertos do pesquisador, mas antes o seu desconcerto diante do objeto de estudo.

Iniciamos o processo dessa análise por fatos da língua, mas desconhecemos algum limite seletivo, que deva ser imposto na escolha de padrões discursivos.

No presente livro, o leitor encontrará, no diverso das realizações discursivas, amostras vivas desta prática sem limites, onde cada observador se faz responsável por uma dimensão singular dessa diversidade

HUGO MARI  
Org.

CATEGORIAS E PRÁTICAS  
DE ANÁLISE DO DISCURSO

FACULDADE DE LETRAS DA UFMG  
NÚCLEO DE ANÁLISE DO DISCURSO  
2000

# CATEGORIAS E PRÁTICAS DE ANÁLISE DO DISCURSO

Hugo Mari  
Org.

Renato de Mello  
Ed.

Ana Maria Nápoles Villela  
Antônio Augusto Moreira de Faria  
Diléa Helena de Oliveira Pires  
Dylia Lysardo-Dias  
Emília Mendes Lopes  
Hugo Mari  
Ida Lúcia Machado  
João Bôsko Cabral dos Santos  
Maria Carmen Aires Gomes  
Renato de Mello  
Sueli Pires  
Vanda de Oliveira Bittencourt  
Vera Casa Nova  
Wiliane Viriato Rolim  
Woodson Fiorini de Carvalho

Núcleo de Análise do Discurso  
FALE-UFMG

Belo Horizonte  
2000

Direitos Autorais reservados –Lei 5988/73  
Copyright ©1999 – Núcleo de Análise do Discurso da FALE-UFMG  
Os capítulos assinados são de responsabilidade de seus autores, não  
traduzindo, necessariamente, a opinião do NAD/Fale-UFMG.

Os capítulos deste livro, no todo ou em partes, podem ser  
reproduzidos para fins educacionais e de pesquisa, porém, é vedada a  
sua comercialização, nos termos da Lei dos Direitos Autorais, Lei  
5988/73.

HUGO MARI  
Projeto Científico

RENATO DE MELLO  
Projeto Editorial

Ficha catalográfica elaborada pelas Bibliotecárias da FALE-UFMG

C357      Categorias e práticas de análise do discurso/  
            Hugo Mari, org. ; Renato de Mello, ed. ; [textos de ]  
            Ana Maria Nápoles Vilela ... [et al.]. —  
            Belo Horizonte : Núcleo de Análise do Discurso/  
            FALE/UFMG, 2000.  
            195 p.

ISBN: 85-87470-11-6

1. Análise do discurso. I. Mari, Hugo. II. Mello,  
Renato de. III. Vilela, Ana Maria Nápoles.

CDD : 418

Núcleo de Análise do Discurso  
Faculdade de Letras – UFMG  
Homepage: <http://www.lettras.ufmg.br>

**Programa de Pós-Graduação em  
ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

PROJETO DE EDITORAÇÃO CIENTÍFICA  
Série – Análises Discursivas

VOLUMES PUBLICADOS

1. Teorias e Práticas Discursivas:  
Estudos em Análise do Discurso
2. Metáforas do Cotidiano
3. Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso
4. Categorias e Práticas de Análise do Discurso

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Silvina Pagano  
Antônio Augusto Moreira de Faria  
Célia Maria Magalhães  
Deise Prina Dutra  
Hugo Mari  
Ida Lúcia Machado  
João Bôsko Cabral dos Santos  
Paulo Henrique Aguiar Mendes  
Sueli Pires  
Vera Lúcia Menezes de O. Paiva

Núcleo de Análise do Discurso  
FALE-UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627 – Belo Horizonte-MG – Cep: 21270-010  
Tel. (31) 499-5125 – Fax. (31) 499-5120  
E-mail: [discurso@letras.ufmg.br](mailto:discurso@letras.ufmg.br)

# SUMÁRIO

COLABORADORES	7
APRESENTAÇÃO	9

## PARTE I: REFLEXÕES E CATEGORIAS

1. Análise do discurso e ensino: a importância de se repensar o trabalho com a língua Hugo Mari	12
2. A co-construção do domínio referencial na cena textual Sueli Pires	23
3. Reflexões discursivas em torno da “essência sêmica” dos enunciados e seu uso no ensino de produção escrita João Bôsco Cabral dos Santos	35
4. A teoria dos atos de fala como instrumento de análise do discurso Wiliane Viriato Rolim	46
5. Transitividade no discurso: o caso do objeto incorporado Maria Elizabeth Fonseca Saraiva	53
6. Uma visão modular da pontuação Ana Maria Nápoles Villela	64
7. Algumas breves considerações sobre o conceito de ficção Emília Mendes Lopes	78
8. Calvino e seu projeto retórico Vera Casa Nova	87

## PARTE II: CATEGORIAS E PRÁTICAS

9. Estratégias discursivas em Chrétien de Troyes: o exemplo do romance *yvain, le chevalier au lion*  
Ida Lúcia Machado 97
  10. Metáfora, metonímia e contrato discursivo em *Germinal*, de Zola  
Antônio Augusto Moreira de Faria 107
  11. O leitor como instância enunciativa em "*L'usage de la parole*", de Nathalie Sarraute  
Renato de Mello 124
  12. Literatura Infantil e co-enunciador modelo: uma questão de discursividade e interdiscursividade  
Diléa Helena de Oliveira Pires 137
  13. Interlocução e remissão em narrativas testemunhais da história de Belo Horizonte  
Vanda de Oliveira Bittencourt 151
  14. Análise comparativa dos discursos de Hamilton de Castro e Vânia Turci durante programa "Hamilton de Castro: seu amigo da madrugada".  
Woodson Fiorini de Carvalho 159
  15. Clichê e leitura na História em Quadrinhos  
Dylia Lysardo-Dias 175
  16. Publicidade *Du Loren*: o tabu no processo de inferências avaliativas  
Maria Carmen Aires Gomes 184
- ÍNDICE ONOMÁSTICO 193



## COLABORADORES

ANA MARIA NÁPOLES VILLELA  
Doutoranda – FALE-UFMG

Antônio Augusto Moreira de Faria  
FALE-UFMG

Diléa Helena de Oliveira Pires  
Mestranda – FALE-UFMG

DYLIA LYSARDO-DIAS  
Doutoranda – FALE-UFMG

EMÍLIA MENDES LOPES  
Doutoranda – FALE-UFMG

HUGO MARI  
FALE-UFMG

IDA LÚCIA MACHADO  
FALE-UFMG

JOÃO BÔSCO CABRAL DOS SANTOS  
UFU

MARIA CARMEN AIRES GOMES  
Doutoranda – FALE-UFMG

RENATO DE MELLO  
FALE-UFMG

SUELI PIRES  
FALE-UFMG

VANDA DE OLIVEIRA BITTENCOURT  
PUC-MG

VERA CASA NOVA  
FALE-UFMG

WILIANE VIRIATO ROLIM  
Mestranda – FALE-UFMG

WOODSON FIORINI DE CARVALHO  
Mestrando – FALE-UFMG

## APRESENTAÇÃO

Esta coletânea de ensaios propõe reflexões sobre a construção de teorias do discurso, bem como a sua aplicação em produções textuais orais e escritas. Apresenta estudos sobre conceitos vigentes em AD tais como: diferentes formas de textualização e discursivização; visões do contrato discursivo; processos de inferenciação; interlocução, co-enunciação e referencialização

Os *corpora* são variados, em conformidade com os objetivos de cada pesquisador, indo desde um conjunto de enunciados coletados em situações autênticas de interlocução até um conjunto de textos pertencentes a gêneros diversos: pedagógico, ficcional, político e publicitário.

As metodologias de abordagem são também diversas; mas como não se pretende aqui realizar uma apresentação exaustiva do conteúdo dos artigos desta coletânea, nos limitaremos a destacar algumas das marcas significativas que indicam a filiação dos pesquisadores a esta ou aquela corrente. Note-se, assim, a presença de conceitos oriundos da *Teoria Semiolinguística* de Patrick Charaudeau, da *Teoria Modular* de Eddy Roulet da *Teoria dos Atos de Fala*. Ao lado dessas aplicações metodológicas encontram-se também as que são preconizadas por Dominique Maingueneau e que abrigam conceitos benvenstinianos ou bakhtinianos, bem como pesquisas baseadas em narrativas orais e no ensino da produção escrita. Cabe ainda lembrar que a Análise do Discurso permite que sejam abordados, no seu âmbito, conceitos tão sutis como os da ficção ou os da retórica literária.

Essa pluralidade de enfoques teórico-metodológicos, bem própria da AD, espelha, com fidelidade, o universo das produções acadêmicas que vêm se consolidando através das atividades do *Núcleo de Análise do Discurso* (N.A.D.), com o apoio da Diretoria e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da UFMG (POSLIN).

Este volume reúne, pois, as contribuições de dezesseis pesquisadores, entre docentes e pós-graduandos, que se dedicam ao avanço dos estudos em AD no Brasil, buscando constituir uma percepção ativa na área de estudos linguístico-discursivos.

Finalmente, gostaríamos de agradecer a colaboração dos alunos do Curso de Letras Ana Maria Leite, Candice Navarro Fernandes, Celeste Maria F. de Oliveira, Cláudio Humberto Lessa, Cristiane Cândido, Eugênio Pacelli, Graciele Silva Resende, Jeter Jaci Neves, João Batista Martins, Lorena Fonseca, Lúcia Fernanda P. Barros, Maria Aparecida de Oliveira M. Araújo, Maria Madalena Loreda Neta, Mônica Oliveira Pereira, Patrícia Rodrigues T. Baptista, Rúbia Flávia dos Santos, Sandra Magna Guadanini e William Menezes, na revisão final dos textos.

Ida Lúcia Machado e Sueli Pires

## PARTE I: REFLEXÕES E CATEGORIAS

1. Análise do discurso e ensino: a importância de se repensar o trabalho com a língua  
Hugo Mari 12
2. A co-construção do domínio referencial na cena textual  
Sueli Pires 23
3. Reflexões discursivas em torno da “essência sêmica” dos enunciados e seu uso no ensino de produção escrita  
João Bôscio Cabral dos Santos 35
4. A teoria dos atos de fala como instrumento de análise do discurso  
Wiliane Viriato Rolim 46
5. Transitividade no discurso: o caso do objeto incorporado  
Maria Elizabeth Fonseca Saraiva 53
6. Uma visão modular da pontuação  
Ana Maria Nápoles Villela 64
7. Algumas breves considerações sobre o conceito de ficção  
Emília Mendes Lopes 78
8. Calvino e seu projeto retórico  
Vera Casa Nova 87

## ANÁLISE DO DISCURSO E ENSINO: A IMPORTÂNCIA DE SE REPENSAR O TRABALHO COM A LÍNGUA

Hugo Mari  
FALE-UFMG

### OBSERVAÇÕES INICIAIS

Quando pensei numa especificação possível para o tema geral dessa reflexão - Análise do Discurso (AD) e Ensino - vacilei entre a necessidade de apontar “a importância de se repensar o trabalho com a *língua* ou com o *texto*”. Afinal, a AD tem se revelado como um instrumento renovador para a análise de textos, da mesma forma que, como uma disciplina da lingüística, pretende ser um padrão diferenciado na compreensão dos fenômenos da língua.

Embora tenha optado por um comentário mais enfático sobre *texto*, dimensão em que a AD se torna mais transparente, penso que a minha reflexão estará marcada por uma certa ambigüidade entre as duas categorias: não estou seguro se ela deva ser assumida como um antídoto para as nossas mazelas com a gramática, ou se deva ser uma espécie de elixir para abordar textos. A presença dessa ambigüidade, ao menos como expectativa, parece ser o que nos vincula, como professor de língua materna, à AD: clamamos pela explicitação de estratégias, pela eficiência metodológica, por soluções imediatas; mas onde ensaiá-las: na gramática ou no texto ?

Fazer análise do discurso não é algo simples. Não é supor, por exemplo, no plano teórico de sua formulação, um afrouxamento do rigor, das exigências técnicas que aprendemos a cumprir, em se tratando da análise lingüística *strito sensu*. O exercício dessa prática requer de nós instrumentos ainda mais afiados e capazes de propiciar a reconstrução de uma ordem de sentidos, onde, à primeira vista, só enxergamos o caos. E que sejam adequados à percepção de padrões estruturantes, onde, de antemão, apenas detectamos acontecimentos

dispersos. Dois aspectos poderiam ilustrar as nossas dificuldades em operar com o discurso. De um lado, registre-se a nossa perplexidade diante de um *corpus* reunido para ser analisado – ou mesmo de um fragmento qualquer. Por onde devemos começar: pela tipologia de sua organização, pelo recorte de vozes nele presente, pela proeminência de alguma orientação temática, por algum tipo de jogo interlocutivo ? De outro, destaque-se o número de instrumentos, de categorias e de dimensões que foram propostos por autores diferentes, com objetivos próprios, em momentos distintos, mas que se apresentam hoje como um quadro teórico disponível, ainda que não estruturado em sua totalidade. Daí, a sensação de estarmos sempre realizando algo ainda muito parcial, deixando escapar uma totalidade que sabemos existir, mas que não sabemos, de forma plena, como compatibilizar no interior da nossa análise.

Se o aparato conceitual disponível (mas disperso), associado à diversidade de formatos dos discursos sociais, torna-se devastador para as nossas pretensões a uma prática inovadora em sala de aula, não deve, todavia, servir de pretexto para nos alijar do dever de experimentar. O risco maior que podemos correr aqui é, possivelmente, o de estarmos tentando fazer algo de diferente, algo que julgamos mais adequado às exigências históricas erguidas em relação às práticas discursivas numa sociedade. Qualquer análise do discurso é um procedimento de descoberta, de ensaio, onde devemos estar sempre aptos a reverter hoje os resultados que alcançamos no dia anterior. Os caminhos traçados pela AD nos fizeram transpor um terreno pavimentado por muitas certezas – o padrão do enunciado em algumas áreas – para alcançarmos um outro minado pelas incertezas – o padrão da enunciação. Nada disso, todavia, nos faz menores ou maiores, apenas nos torna menos idealistas na compreensão dos fatos de linguagem.

Nas seções seguintes, vamos indicar alguns aspectos a serem avaliados, na tentativa de uma compreensão melhor sobre o que a AD pode nos oferecer e o que ela irá exigir de nós.

A AD não deve ser encarada como uma atividade absolutamente distante e nem distinta daquilo que se realiza nas práticas costumeiras de ensino da língua. Toda a tradição de análise textual é, em alguma extensão, um exercício de análise do discurso; não necessariamente um bom exercício de análise do discurso, se pudermos qualificar, nem, quando quantificamos, um exercício suficiente, no sentido de justificar aspectos importantes da sua estrutura e do seu funcionamento; mas apenas um exercício que nos permite avançar mais ou menos sobre o discurso, entendê-lo mais ou menos, em razão dos instrumentos que reunimos para abordá-lo.

Da relação entre essas duas práticas (análise textual x análise do discurso, não simetricamente opostas), podemos supor, inicialmente, uma dupla inconveniência. Se não é correto usar a análise do discurso, em razão das pretensões de ser ela portadora de inovações na avaliação das práticas de linguagem, para negar e desdenhar a análise textual – certamente, ainda é preferível uma análise textual eficiente do que uma análise do discurso pífia –, então, não é sensato também, como muitos o fizeram, substituir, nominalmente, a análise textual pela análise do discurso, denominando pela segunda apenas surradas práticas de estudo de texto.

A importância do domínio conceitual começa aqui, se pretendemos, de fato, uma dimensão da análise lingüística que seja portadora de um recorte apurado de toda a atividade discursiva de sujeitos históricos. Precisamos entender o que representa a implementação de diversos parâmetros que colocam em discussão a natureza polifônica do sentido, que destacam a identidade dos sujeitos envolvidos no processo de sua criação, que projetam formatos diferentes para o material discursivo. É importante que saibamos mais do que entender essa migração do enunciado para a enunciação; é preciso que saibamos operar, do ponto de vista da análise, com a conversão de unidades da língua em unidades do discurso. É importante que saibamos considerar, para cada unidade recortada, como ela intervém na realidade, como interpela os alocutários, que poder confere ao locutor. Ao apontar uma nova ordem para os fenômenos de sentido, a AD não descarta as ‘velhas’ descobertas do enunciado, mas antes reconcilia-se com elas, atribuindo-lhes novos horizontes de análise, a serem computados num quadro mais amplo de avaliação. Não

mudamos de “paradigma” por modismos, senão pela necessidade de compreensão da linguagem como um instrumento vivo na sociedade. Devemos, todavia, estar conscientes de que o novo conjunto de coordenadas que podemos traçar sobre superfícies discursivas não deve ser traduzido como modelo apriorístico, autônomo em relação à realização do discurso. A AD não incorpora pretensões normativas, logo, como em muitas outras circunstâncias, os fatos de linguagem devem ter precedência absoluta sobre as regras criadas para descrevê-los: por essa razão, muitas categorias de análise estão em constante transformação. Comparem-se, por exemplo, as diversas etapas de compreensão do processo enunciativo ou da manifestação polifônica, entre outras. Há, pois, um esforço conceitual no sentido de mostrar que os instrumentos para a observação dos fenômenos de linguagem precisam ser alterados e ampliados, e não apenas nomeados de uma outra forma.<sup>1</sup>

A AD representa esse esforço teórico, no interior da lingüística contemporânea, de apontar alguns parâmetros que permitam a compreensão da linguagem na sua realização efetiva<sup>2</sup>. Ao tratar da compreensão dos fatos discursivos, estamos tentando falar de uma totalidade que, em cada circunstância conceitual desenhada, tem revelado fatos diferenciados, dimensões distintas de um objeto que construímos a cada momento, para os quais, entretanto, não dispomos de regras claras para desmontar, tentando enxergar o seu funcionamento. Partimos de lugares diferentes para entender o discurso, configuramos instrumentos variados para compreendê-lo, recortamo-lo em estratos múltiplos para tentar reconhecer nele uma estrutura. O resultado desse processo tem sido uma disponibilidade, às vezes alarmante, de categorias; algumas soando, à primeira vista, como sobrepostas (por exemplo, a diversidade de denominação dos lugares enunciativos), outras parecendo apenas rebatizar velhos fatos

---

<sup>1</sup> Em discussão, há algum tempo, com professores de diversas escolas da rede pública estadual de Minas Gerais, foram apontados, de passagem, alguns livros como inovadores, em termos das práticas de análise textual.

<sup>2</sup> Compensaria, a título de documentação, lembrar aqui um conjunto de categorias, utilizadas nas discussões sobre AD: polifonia, diafonia, interdiscurso, intradiscurso, locutor, alocutário, enunciador, enunciatário, sujeito-comunicante, sujeito-enunciador, sujeito-destinatário, sujeito-interpretante, heterogeneidade discursiva, formação ideológica, formação discursiva, lugar enunciativo...



(por exemplo, a dimensão referencial do discurso: enuncivo, delocutivo, referencial); mas todas, com certeza e com cuidado, exibem uma preocupação conceitual de serem portadoras de uma boa nova sobre o discurso. É assim, no meu entendimento, que tem progredido a análise do discurso, mesmo quando reconhecemos esse desconforto excessivo de classificação de fatos discursivos, ou mesmo quando detectamos a recorrência, muitas vezes num território exíguo, de um fracionamento exagerado (pressuposto, implícito, subentendido, inferências, implicações).

Assim, o domínio conceitual do campo da análise do discurso é condição essencial para qualquer avanço pretendido, em relação à compreensão de uma forma diferenciada de ver a linguagem, sem que esse domínio, no entanto, possa ser concebido como um corpo fixo e estruturado de conceitos, assegurando padrões metodológicos de avaliação. Não obstante o esforço despendido e o progresso alcançado, fazer análise do discurso ressoa como algo ainda provisório: o discurso, em razão de ser um acontecimento singular, está sempre nos revelando algum fato que escapa aos instrumentos disponíveis. Como ferramenta de trabalho, a AD não tem a precisão instrumental de uma balança, nem o padrão de simulação de uma ciência experimental, nem alcança a elegância formal de um algoritmo. Ela assemelha-se mais a uma caixa de ferramentas, de onde extraímos instrumentos conceituais, às vezes de forma *ad hoc*, para desmontar e justificar parte do funcionamento de aspectos das práticas de linguagem que isolamos.

#### CONDIÇÕES INICIAIS PARA ANÁLISE

Devemos começar, a partir do momento em que nos mostrarmos dispostos a enxergar, nos fatos discursivos que usamos como recurso didático, outras dimensões que sirvam para justificar o funcionamento da linguagem. Tais dimensões, que não anulam as anteriores, convergem num requisito essencial: o entendimento de que passamos a conceber a linguagem sobre um outro prisma, isto é, o da enunciação. A partir dessa categoria, temos buscado desenvolver outras que sejam capazes de refletir o modo através do qual usamos a língua nas atividades do dia-a-dia.

O conhecimento de conceitos operacionais, de técnicas de avaliação de material discursivo, de agrupamentos de fatos discursivos deverá figurar no nosso horizonte como meta desejável. Sem um domínio deles, corremos o risco de esgotar e de banalizar, precocemente, um amplo arsenal de perspectivas e de estratégias disponíveis. Interessa, nesse momento, entretanto, fazer valer aquilo que parece ser mais evidente em termos de efeitos imediatos: os usuários de uma língua são mais sensíveis aos fatos discursivos do que, certamente, aos fatos isolados pela morfologia, pela sintaxe, por exemplo. O discurso materializa formas de vida numa sociedade: entendê-lo, nas circunstâncias mais diversas, significa compreender o que somos, isto é, conhecer um pouco sobre aquele que o produz ou sobre o que é objeto dessa produção; significa, também, compreender como nos conduzimos na sociedade e como a percebemos. A comparação com a morfologia e com a sintaxe não implica condená-las a uma função secundária; não se trata de um processo de substituição, trata-se apenas de abrir uma perspectiva complementar, que é possibilitada pela análise do discurso, para materializar um outro tipo de trabalho com a língua. Não devemos ficar na expectativa de um domínio total de todas as categorias; elas mudam em razão das circunstâncias, até pelas condições de construção do próprio campo teórico; mas devemos ter domínio de algumas e começar por elas.

Esse desafio inicial de romper com as amarras de um padrão que parece ter-se esgotado pode, portanto, levar-nos a outras dimensões de trabalho, e à necessidade de ampliar o domínio da própria teoria. É, por essa razão, que ela parece estar-se construindo continuamente: demandas pela compreensão de fatos complementares têm impulsionado o seu desenvolvimento. Assim também, com certeza, deve ser o formato de sua aplicação: é preciso deixar que ela cresça em razão das exigências que deverão emergir de sua utilização.

#### INTUIÇÕES *VERSUS* TEORIA

Outro aspecto que devemos destacar, nessa incursão pela AD, é o das intuições que temos sobre o objeto-discurso, pois, com certeza, são elas que nos propiciarão descobertas importantes sobre ele. Não devemos, como inferência da seção precedente, criar a expectativa de acumulação de um corpo fechado de informações para poder iniciarmos-nos na prática da análise de discursos. As abordagens

disponíveis costumam recortar aspectos diferentes do discurso, e é pouco provável que alguma possa oferecer uma visão de totalidade daquilo que esperamos ser o seu funcionamento. É importante, porém, selecionar fatos, dados e problemas nos discursos, que sejam reveladores de alguma hipótese viável, em razão das categorias conceituais de que dispomos, para avaliação. Ao destacar intuições, todavia, não devemos deduzir que elas sejam suficientes para sustentar um trabalho contínuo em sala de aula em que o discurso assuma a atenção das atividades. O conhecimento das teorias, ou de categorias de análise nelas disponíveis, continua sendo essencial a essa tarefa. As teorias não são concebidas como algo de supérfluo e nem como um empecilho que se destina mais a complicar do que a esclarecer. Muitos dos fatos sobre a enunciação, por exemplo, em relação aos quais apenas exercitávamos uma certa intuição, comportam hoje um padrão de análise fundamentado. Assim, as teorias são criadas como o objetivo de respaldar as nossas intuições, de oferecer-lhes melhores condições de justificativa e de fundamentação. O que deve, então, compor esse cenário emergente de análise (para além daquilo que já é realizado, já incorporado em alguns manuais didáticos, e que pode ser ajustado a uma nova dimensão de análise) ?

Se há algo a ser destacado, em termos consensuais, na compreensão dos fatos de linguagem, por força dessa investida da análise do discurso, devemos apontar o deslocamento do eixo do enunciado para o da enunciação. Poderíamos mesmo afirmar que a análise do discurso propiciou a quebra da hegemonia do texto-enunciado - ou seja, aquele que, tradicionalmente, se presta ao reconhecimento de estruturas narrativas, a uma localização temática proeminente - ao introduzir o texto-enunciação, isto é, aquele que torna mais transparente algum tipo de fenômeno enunciativo, que aponta características polifônicas mais evidentes, que materializa de modo claro traços de interdiscurso, de intradiscurso, por exemplo.

Com certeza, ao nos abirmos para essa nova dimensão da linguagem, ainda que com os mesmos textos, com os mesmos discursos, passamos a ampliar as nossas alternativas de análise, incorporando uma diversificação maior de práticas textuais, de formas de utilização da linguagem. Embora essa diversidade de realizações textuais possa parecer, à primeira vista, algo disforme, sem um padrão definido - o texto-enunciado talvez traduzisse para nós, pela tradição arraigada do seu uso, uma certa padronização, uma certa estrutura a que nos

tornamos aptos a reconhecer - , ela acaba por refletir, de forma mais efetiva, aquilo que, de fato, representa essa riqueza de variedades, que marca o uso cotidiano da língua.

É inevitável admitir, portanto, que estamos substituindo um padrão de relativa estabilidade, na abordagem dos fenômenos textuais e da língua, por algo que ainda ressoa como caótico, como desordenado, em grande extensão. Com certeza, essa é uma situação incômoda em razão do fato de estarmos migrando de um território onde construímos algumas certezas para um outro, onde prevalecem dúvidas; mas é a partir dela que podemos pretender erigir uma outra dimensão de trabalho, é dela que precisamos extrair alguma ordem, uma ordem que seja reflexo não apenas de um olhar idealizado sobre a estrutura do enunciado, mas refletido nas contingências da enunciação.

#### IMPORTÂNCIA DESSA NOVA DIMENSÃO DE ANÁLISE

Essa guinada dos estudos lingüísticos para o campo da enunciação parece-nos uma caminhada sem retorno, não apenas pelo teor das questões que foram levantadas nesse campo, como também pelos resultados obtidos. Nada do que tem sido desenvolvido, sob o nome de análise do discurso, anula uma ordem anterior de fatores - na sintaxe e na semântica, por exemplo, com os quais aprendemos a trabalhar. Há que se destacar, nessa nova dimensão de análise, o fato de estar em jogo mais do que o volume de informações e de categorias que passamos a dominar ao avaliar práticas de linguagem, senão ainda a natureza dessas informações, o valor funcional dessas categorias e, sobretudo, a nossa conduta diante dos acontecimentos discursivos. Em outras palavras, a mudança metodológica produzida por essa troca de paradigma - do enunciado para a enunciação - não se reduz a uma feição operacional de categorias que colocamos em prática, mas também na forma como nos portamos diante dos fatos de linguagem. Aguçamos, como observadores implacáveis das interlocuções que nos cercam, nossas vistas para além de fatos brutos da morfologia, da sintaxe e da semântica, os quais aprendemos a amalgamar na busca do sentido, e buscando um outro formato de amálgama, composto a partir do locutor, do alocutário, das convenções a que se submetem, das intenções que põem em movimento, das estratégias a que recorrem, enfim do ritmo contingencial que imprimem à interação.

Como havíamos apontado, o conjunto das ferramentas conceituais que operam no plano da enunciação tem-se revelado como um sistema muito mais complexo do que aquele desenvolvido para o plano do enunciado. Essa comparação não atenua, nem simplifica os problemas que sempre detectamos no enunciado. Quando fluímos para a enunciação, não apenas transportamos conosco os problemas não resolvidos naquele plano, como ainda adicionamos outros, em razão de uma nova perspectiva de avaliação dos fenômenos discursivos. Por exemplo, a compreensão sobre fatos de linguagem, propiciada pela categoria *argumentação*, decorre, em muitas circunstâncias, de uma intervenção nos lugares onde uma lógica da língua não era suficiente como instrumento de análise, ou, ao menos, onde se tornou necessário impor uma expansão dessa lógica<sup>3</sup>. Aspectos da análise do sentido de práticas discursivas, construídas a partir de convenções e de intenções acionadas pelo locutor em relação ao alocutário, apontaram resultados que relações lexicais e propriedades sintagmáticas jamais foram adequadas a prover. Assim também, fatores associados à identidade dos interlocutores, à multiplicidade de instâncias nos lugares enunciativos, ao recorte múltiplo de vozes de um texto apontaram para uma riqueza na compreensão dos processos de produção de sentido, que instrumentos aplicados a um certo cálculo do significado jamais alcançaram.

Ao optar por um sistema que se contrapõe a padrões de regras deterministas na descrição dos fatos lingüísticos, passamos a nos comprometer com uma outra perspectiva de análise, isto é, aquela que visa a uma compreensão da emergência do diverso, onde não apenas os procedimentos lingüísticos, os integrantes do processo devam ser contemplados, mas tudo aquilo que esses agregam a sua fala. Esse é o teor da complexidade a que a análise do discurso se mostra exposta, ao adotar o plano da enunciação e dele procurar extrair uma compreensão mais refinada daquilo que representa a função da linguagem na sociedade.

A análise do discurso tem percorrido esse itinerário, assumindo o discurso na sua dimensão de acontecimento e buscando instrumentos

---

<sup>3</sup> Sobre essa questão em particular e sobre alguns aspectos da diferenciação entre análise do discurso e semântica, confira uma outra reflexão que desenvolvi: MARI, H. Análise do discurso e semântica: das diferenças e das implicações.

adequados para construir uma nova ordem, de tal modo a acolher os seus elementos constitutivos na sua forma mais ampla. Aqui, com certeza, existem diferenças, no interior de cada uma das abordagens existentes, sobre o formato que deve assumir essa nova ordem. No momento, importa que sejamos menos intolerantes e saibamos extrair de cada uma das vertentes da análise do discurso os elementos que podem, mais adequadamente, instrumentalizar o nosso entendimento. É possível que muitos constrangimentos teóricos ainda contribuam para pautar nossas análises com um perfil que aproveita muito mais aquilo que sabemos da ordem do enunciado do que para orientá-las a partir de categorias da enunciação.

Não estou seguro se todos esses elementos já estarão consagrados num plano de transparências técnicas como estiveram até então, bem ou mal, na tradição do estudo da língua em algumas áreas, ou de textos em termos de orientação temático-estrutural da narrativa. Nenhuma das abordagens arrisca a declarar-se auto-suficiente, nenhuma é completa, todas destacam fatores decisivos para a compreensão do discurso; todas, porém, ainda resvalam numa dificuldade em comum, isto é, na inexistência de uma teoria do discurso. O que devemos aproveitar como material dessa prática ?

Por último, devemos frisar que a análise do discurso não é indiferente a nenhuma forma de discurso, nós é que nos especializamos, é que declaramos nossas preferências, algumas até exóticas. Neste amplo território dos discursos sociais, a análise do discurso abriga, com igual interesse, tanto as preocupações do FMI com a pobreza no mundo como às do ACM com a pobreza no Brasil; acolhe o 'Avança, Brasil' do Fernando Henrique, como o desvio das águas do Rio São Francisco do Itamar; acolhe as peripécias do Hildebrando com a motoserra e as de banqueiros e empresários na lavagem de dinheiro, e ainda essa barbárie discursiva do vinte e um como a do trinta e um. Enfim, para tudo que compõe, à primeira vista, esse tecido vasto, complexo, disforme e caótico dos acontecimentos discursivos numa sociedade, a análise do discurso funciona como uma espécie de catalisador para a construção de uma outra racionalidade, de um outro modelo de ordem para os fatos de linguagem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MACHADO, I. L. et alii. (Org.) *Teorias e práticas discursivas*. Estudos em análise do discurso. Belo Horizonte: Carol Borges, 1998.
- MARI, H. et alii (Org.) *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999.
- MARI, H. Sobre algumas condições da leitura: da naturalidade do significante ao conhecimento de intenções. EVANGELISTA, A. A. et alii (Org.). *A escolarização da leitura literária*. O jogo do livro infantil e juvenil. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 191-222.
- MARI, H. Do enunciado à enunciação. DELL'ISOLA, R. L. P., MENDES, E. A. M. (Org.) *Reflexões sobre a língua portuguesa*. Ensino e pesquisa. Campinas: Pontes, 1997, p. 151-168.

## A co-construção do domínio referencial na cena textual

Sueli Pires  
FALE-UFMG

### INTRODUÇÃO

A análise global de textos escritos que leve em conta fatores ligados à situação comunicativa tem sido uma atitude aceita por distintas correntes de estudiosos da linguagem, registrando-se, entretanto, variações que dizem respeito à natureza dos modelos teóricos adotados e os aparatos de que dispõe cada um deles para ultrapassar os limites da materialidade verbal. A compreensão do texto enquanto atividade discursiva, além de aspectos lingüísticos, envolve, necessariamente, a articulação de outros fatores como, por exemplo, os de ordem informacional, enunciativa, interacional, referencial, dentre outros não menos importantes. Alguns desses fatores, conforme Roulet (1997; 1999), podem ser concebidos como subsistemas ou como formas de organização do discurso; este, por sua vez, se apresenta como um sistema complexo, mas predominantemente centrado em atividades languageiras<sup>1</sup>.

Vistas por Charaudeau (1999), como um conjunto de problemáticas derivantes dos campos cognitivo, comunicativo e situacional, as múltiplas possibilidades de se abordar o discurso geram um certo desconforto ao analista, na medida em que se lhe exige a consideração de categorias de gêneros bastante distintos. De forma análoga, podemos atribuir ao professor, enquanto analista-interpretante de discursos, seja em situação de interlocução face-a-face de sala de aula, seja na leitura de textos produzidos por seus alunos, compromissos múltiplos e complexos, dos quais não pode abrir mão, sob pena de se omitir diante do papel que lhe cabe desempenhar no cotidiano social. Tais compromissos, originalmente assumidos no plano pessoal,

---

<sup>1</sup> Do original em francês *langagières*, esse termo expressa uma preocupação de se explicar as condições situacionais de produção da linguagem.

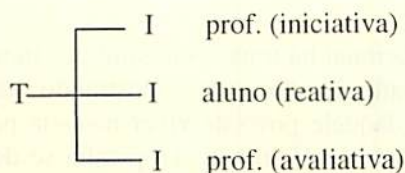


desencadeiam ações pedagógicas comprometidas, explícita ou implicitamente, com referências metodológicas e teóricas bastante diversificadas.

Nós, enquanto profissionais da linguagem (e aqui eu enuncio como professor de língua materna), ao lado de questões puramente lingüísticas, supomos encontrar, nos textos produzidos por nossos alunos, um padrão organizacional e informacional que reflita, com clareza, dentre outros aspectos: uma preocupação com o encadeamento argumentativo; uma habilidade no gerenciamento dos subentendidos e dos graus de explicitude; uma certa precisão no uso dos modalizadores e das indicações ilocucionárias; um adequado reconhecimento das condições contextuais; um posicionamento enunciativo (intersubjetivo, temporal, espacial, etc.) diante dos fatos e valores por ele focalizados; a esperada explicitação, problematização e resolução dos conflitos gerados no texto. É como se este, produto de um único indivíduo, se esgotasse nele mesmo. Sem desprezar tais possibilidades, proponho que consideremos o texto como um episódio de uma situação interacional bem mais ampla e, portanto, mais complexa do que se poderia crer. Sob essa perspectiva, focalizarei, mais adiante, a co-construção do domínio referencial em textos produzidos no cenário escolar. Para alcançar aquele domínio, entretanto, tratarei de outras dimensões e modos de organização do discurso, na tentativa de desobjetificar o texto e repensá-lo como elemento integrante de uma cena discursiva.

#### A DESOBJETIFICAÇÃO DO TEXTO

Uma primeira tentativa de desmaterializar ou desobjetificar o texto-produto escolar seria, ainda que rudimentarmente, repensá-lo como uma reação do aluno-autor a uma motivação ou, até mesmo, a uma provocação desencadeada pelo professor para cumprir um certo ritual de ensino-aprendizagem. A partir daí, já é possível atribuir ao texto desse gênero uma função mediadora entre ambos, que passam a desempenhar o papel de interlocutores em um espaço de trocas reparadoras (Goffman, 1974) como em:



A intervenção iniciativa do professor pode-se construir de diferentes formas<sup>2</sup>, que vão desde uma proposição oral/escrita simples, como enunciados ilocucionariamente diretivos, de caráter instrucional, até exposições mais elaboradas, que visem a provocar intervenções reativas por parte dos alunos. Estas, por sua vez, se constroem, convencionalmente, sob um formato de textos escritos ou redações, que serão, posteriormente, submetidas à apreciação e ao julgamento dos professores. Estes voltam, então, a atuar como interlocutores privilegiados, na medida em que se valem do próprio espaço textual para exprimir sua intervenção avaliativa, cujos destinatários são os alunos-autores. Se percebido como parte de um processo dialógico de trocas, o texto passa a se apresentar de forma diferenciada ao professor-leitor, uma vez que este procurará extrair dele referências que lhe possibilitem identificar-se ou polemizar com o autor-interlocutor. Está, pois, instaurada a cena textual.

#### O DELINEAMENTO DA CENA TEXTUAL

A situação de interlocução provocada pelo professor coloca em cena, no mínimo, um enunciador e um enunciatário: o primeiro, interno, cuja fonte é o autor, e outro, externo, identificado como o professor-leitor, a quem se destina a mensagem. Ciente dessa distinção de papéis, o enunciador procura anular-se como sujeito autocentrado em suas posições, deslocando-se da sua posição enunciativa na direção daquela que supõe seja não necessariamente a do outro, mas, no mínimo, alguma que possa ser compartilhada por ambos. O seu campo de deslocamento mostra-se bem polarizado, como se vê neste trecho, em que o tema abordado é o nacionalismo; ao focalizá-lo, pode oscilar entre uma visão ufanista e uma realista:

<sup>2</sup> Deve-se considerar, também, qu, na maioria das situações pedagógicas, o professor é porta-voz de propostas elaboradas em livros didáticos. Limita-se, quando muito, a reelaborá-las de acordo com os seus propósitos.

- (1) "No hino nacional há uma nacionalidade, mostrando as belezas naturais do país, mostrando também a felicidade daquele povo de viver naquela pátria. Já o texto de Caetano Veloso ... Tropicália se destaca por ser mais realista que o hino..."

Sobre a legalização do aborto, vê-se na contingência de se pronunciar favorável ou contrariamente ao fato:

- (2) "Um filho quando não é planejado, às vezes se torna um grande problema para os pais, e por muitos motivos como a questão falada acima, o problema de ser engravidada por um estuprador é que o aborto deveria ser legalizado, após o julgamento em um tribunal especial."

Ao falar sobre o casamento, opta por um dos pólos: bem ou mal sucedido:

- (3) "Resumindo, sempre devemos cuidar bem do que é nosso, no caso o casamento ou escolher cuidadosamente o que é bom para os dois."

Toma, ainda, partido quando se trata de um confronto entre mocinho e bandido:

- (4) "Algo está errado neste país, tudo está errado. Os ladrões estão soltos e as pessoas direitas estão atrás das grades."

Mesmo dispondo de uma relativa margem de manobra para expor, defender e ilustrar seus pontos-de-vista, o enunciador (E1) tende a assumir uma posição marcada pelo senso comum (E2), apostando, assim, na convergência das suas opiniões com as do enunciatário (E3). É como se ele se projetasse em um enunciador virtual (E2), para, então, alcançar o seu enunciatário, como se ilustra através desta representação esquemática:

E1 → E2 ↔ E3

Esse percurso enunciativo poderia, ainda, ser interpretado como uma dissimulação no uso da linguagem, o que, segundo Charaudeau (1996), longe de ser um defeito, serve a determinadas finalidades. Nesse contexto, a finalidade é de natureza pedagógica e interacional, portanto da conveniência dos dois interactantes, professor e aluno. Para não se expor ao risco de ser mal interpretado ou censurado, o aluno busca orientar-se pelo senso comum, assumindo posicionamentos pouco comprometedores e ousados perante o seu enunciatário, ainda que isso lhe custe um certo anulamento do seu potencial enunciativo individual, diferenciado. Uma forte evidência formal dessa atitude enunciativa é a ausência de marcas de primeira pessoa do singular<sup>3</sup>, por um lado, e, por outro, a preferência pelo emprego da 3ª pessoa como fonte de julgamentos, tal como se observa em:

- (5) "Ele (o pivete) é discriminado pelo mundo, muitos são contra ele, alguns o defendem. A mídia está em cima do muro."

Para mascarar o ato enunciativo próprio, individual, observa-se, também, o emprego da primeira pessoa do plural, como em:

- (6) "Também não podemos pensar que os pivetes são os donos da razão, que tudo o que eles fazem pode ser defendido ou abolido por causa de sua vida discriminada."

Ao fazer essa opção de ordem enunciativa, E1 procura corresponder, mais uma vez, às expectativas do professor-enunciatário, a quem se atribui, normalmente, uma posição caracterizada pela razão, pelo equilíbrio, pela tradição e perpetuação de valores. Movido, talvez, por essa percepção, E1 pode pôr em cena um personagem que seja explicitamente preconceituoso e machão, tal como o que se encontra em:

- (7) "*Eu*, Antônio Pereira da Silva, 37 anos, casado e pai de três filhos... Tudo por causa de um cartaz afixado atrás do *meu* banco de motorista da linha 2004.

---

<sup>3</sup> Contrariamente ao que se observa na fala dos adolescentes em interações espontâneas (Pires, 1997).

Por causa do Dia Internacional da Mulher, afixaram um cartaz que continha esta frase: 'Ninguém nasce mulher: torna-se'.

...

O que *me* deixou com maior raiva foi uma 'bicha' que entrou no ônibus, leu a frase, sentou-se atrás de *mim* e começou a *me* dar cantadas.

É um absurdo, tanto lugar para afixar aquele maldito cartaz e foram colocar logo atrás de *mim*."

Encontrando-se na mesma condição de espectador da cena textual que seu aluno, ao professor não caberá expressar julgamentos sobre a atitude preconceituosa do personagem, por estranha e inadmissível que se apresente. Em decorrência do que poderíamos chamar de *impermeabilidade* enunciativa de que se reveste o texto, o professor torna-se cúmplice do seu aluno na cena textual, por quem é induzido a assumir, tacitamente, a convivência com a discriminação e o preconceito.

Se, na dimensão enunciativa, o professor-enunciatário corre o risco de ser seduzido pelos enunciadores postos em cena pelo aluno, o mesmo não ocorre no plano referencial, como veremos adiante.

#### AS AÇÕES NO DOMÍNIO REFERENCIAL

Como já afirmei anteriormente, a consideração do texto como atividade discursiva pressupõe tomá-lo como um episódio de uma situação interacional cotidiana que, por sua vez, se inscreve em uma situação social mais ampla, com objetivos práticos bem definidos. Igualmente importante é o reconhecimento da sua dimensão referencial, na qual estão em jogo:

- as ações cotidianas subjacentes a toda produção linguageira;
- as relações entre o discurso e as representações conceituais ou praxeológicas ativadas pelos sujeitos participantes - os actantes
- da interação.

Sob essa perspectiva, a atividade de produzir textos é parte de um mundo que os homens concebem, interpretam, organizam e

vivenciam. Vale lembrar que a análise aqui desenvolvida, diferentemente daquela feita pelo professor, inscrita no mesmo domínio acional, passa a ser, portanto, uma produção de segunda ordem (Bange, 1992), externa àquele contexto situacional específico.

Algumas das principais ações cotidianas recíprocas que subjazem a produção textual já foram salientadas: o professor age sobre o aluno, estimulando-o, motivando-o e avaliando-o; este, por sua vez, responde a tais estímulos executando a(s) tarefa(s) que lhe é(são) destinada(s). Ao produzir textos, ele cria outros domínios acionais internos<sup>4</sup>, sobre os quais espera adquirir maior grau de autonomia e controle. Ocorre, entretanto, que ele não está apenas vulnerável às interferências e censuras do professor no plano lingüístico-formal, referentes, em sua maioria, a correções ortográficas, lexicais e morfossintáticas. Ele será também submetido a sanções e instruções genéricas que revelam seu descuido nas ações languageiras como:

- " mal elaborado"
- " atenção ao vocabulário"<sup>5</sup>;
- " reestruture essa parte";
- " melhore o final";
- " desenvolva mais essas idéias".

Expressando-se dessa forma, o professor crê agir sobre o aluno-interactante de tal forma, que este agirá novamente sobre o texto e, conseqüentemente, lhe apresentará um ou mais produtos textuais<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> Bronckart (1999) fala em "situação de ação interna ou efetiva", que abrange as representações sobre os mundos formais, tais como um agente as interiorizou. Para o autor, "é necessário admitir que é essa situação de ação interiorizada que influi, realmente, sobre a produção de um texto empírico. O que estou tentando mostrar nesta exposição é que tal situação interiorizada é vulnerável à interferência externa. Vista dentro de um quadro interacional, o conjunto das produções - professor e aluno - passa a ser considerado como uma outra situação interiorizada, porém intermediária, mais externa ao sujeito produtor, porém menos externa que a do analista-observador.

<sup>5</sup> Esta observação bem como as duas seguintes foram introduzidas pela professora no texto transcrito em apêndice. Elas se referem, respectivamente: ao trecho grifado do terceiro parágrafo; ao trecho grifado do quinto parágrafo; a todo o último parágrafo.

<sup>6</sup> O *corpus* focalizado neste trabalho de pesquisa registra esse percurso interacional, na medida em que, em um único caderno, o aluno deverá

Raramente nos damos conta de que esses "comentários" que introduzimos nos textos dos nossos alunos constituem, na verdade, elos, nem sempre tão bem utilizados, entre os domínios lingüístico-textual (correspondente ao plano interno da interação) e o domínio referencial (referente ao plano externo). Não é raro desconhecemos, também, que o desenvolvimento das atividades no mundo desencadeia uma ressonância determinante em certos fenômenos locais ou microtextuais, aos quais costumamos dedicar maior atenção, tanto porque buscamos valorizar a forma e o produto em detrimento do processo de produção em si, quanto porque desconhecemos, de fato, o nosso papel de co-actantes neste mesmo processo. Por outro lado, seria mais positivo, pedagogicamente falando, se, ao solicitarmos ou impormos determinados procedimentos aos nossos alunos, entendêssemos que poderíamos estar contribuindo para a criação compartilhada de um novo domínio referencial e, em última instância, nos co-responsabilizando pela concepção de um novo produto textual. O que se observa, entretanto, é a emissão de julgamentos avaliativos que tendem a concentrar a "culpa" no próprio aluno, o que acaba por nos isentar da responsabilidade pelo fracasso pedagógico. Enunciados como:

" Você não obedeceu à proposta dada."

" Fugiu ao tema proposto."

revelam, antes de tudo, um distanciamento enunciativo do professor, que se traduz em uma espécie de sanção ao aluno por não ter feito o que o outro determinou.

De forma oposta, ao constatar que o aluno atingiu, com suas ações languageiras, o ponto esperado, o professor externa sua satisfação através de atos do tipo:

" Você melhorou bastante."

" Passar a limpo no caderno de redação."

---

"colar", transcrever ou mesmo "passar a limpo" todos os textos que ele produziu ao longo do ano letivo. Ele se apresenta como um registro documental de todas as ações ligadas à produção textual desenvolvidas tanto no espaço da escola quanto fora do mesmo.

Sob a perspectiva de análise aqui adotada, a redação "passada a limpo" surge como um produto de ajuste entre a proposta do professor, a resposta do aluno, a avaliação do professor e, se necessário, uma réplica textual do aluno. Esse ajuste se dá, primeira e preponderantemente, no domínio referencial, no qual emergem as rupturas, mas onde também se estabelecem as ações de interesse mútuo, as divergências ou convergências enunciativas.

## CONCLUSÃO

Procurei conjugar modos de organização do discurso normalmente tratados em separado ou, simplesmente, desconsiderados na prática pedagógica cotidiana, com o objetivo de mostrar que o texto-objeto pode ser interpretado como parte integrante de uma atividade discursiva mais ampla e complexa. Mesmo que ultrapássemos o plano lingüístico na direção do plano propriamente textual, focalizando questões de ordem informacional, relacional, enunciativa, etc., ainda assim teremos uma visão estreita do funcionamento discursivo das produções languageiras, principalmente porque tendemos a explorar apenas um desses modos de organização, cada um a seu tempo. É com essa preocupação que reafirmo a necessidade de que se combine uma análise lingüístico-textual a outra que envolva dados situacionais mais complexos. Ao propor uma análise em que procurei combinar elementos da dimensão referencial com dados enunciativos e interacionais, tentei mostrar que, com propósitos pedagógicos bem definidos, nós, professores, agimos, intuitivamente ou não, nos e sobre os textos dos nossos alunos, tornando-nos, portanto, co-responsáveis pela construção do domínio referencial e co-participantes da cena textual.

As conseqüências, pedagogicamente aplicáveis, da análise discursiva que, a título de proposta, foi aqui sumariamente desenvolvida com base no exame de textos escolares, ainda não foram suficientemente apontadas ou avaliadas. Cabe, certamente, a cada um de nós fazê-lo de forma compatível com as várias finalidades e situações que vivenciamos cotidianamente.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANGE, P. *Analyse conversationnelle et théorie de l'action*. Paris: Hatier/Didier, 1992.
- BRONCKART, J. P. *Atividades de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: EDUC, 1999.
- CHARAUDEAU, P. Para uma nova análise do discurso. Carneiro, A. D. et al. (Org.). *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996, p. 5-4.
- FILLIETTAZ, L. La structure actionnelle et la structure textuelle des interactions verbales. *Cahiers de linguistique française*, 21, p. 79-100.
- GOFFMAN, E. *Les rites d'interaction*. Paris: Minuit, 1974.
- PIRES, S. *Estratégias discursivas na adolescência*. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.
- ROULET, E. L'organisation polyphonique et l'organisation inférentielle d'un dialogue romanesque. *Cahiers de linguistique française*, 19, p. 149-179, 1997.
- ROULET, E. Um modelo e um instrumento de análise sobre a organização do discurso. In MARI, H. et al. (Org.) *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999, p. 139-170.

## TEXTO: O ESCRAVO E A HERANÇA

*Bom*<sup>1</sup>

Assim que o anúncio foi posto no jornal, uma senhora de 65 anos, dona de muitos bens e de muito dinheiro, imediatamente foi comprá-lo para tê-lo dentro de sua casa. O dono do escravo pediu um preço extremamente alto, já esperando que alguém pedisse um abate, mas, por sua surpresa, a senhora, ao ver a beleza do escravo e seu físico avantajado, pagou-lhe o preço pedido. Sem dúvidas era um valor alto.

Logo depois de comprá-lo<sup>2</sup>, a o levou para sua casa e o obrigou a trabalhar imediatamente. Quando chegou a noite, o creoulo já estava pronto pra ir dormir, a senhora o convidou para acompanhar-lhe em um xícara de chá. O mesmo aconteceu na noite seguinte e por uma semana até a primeira noite de amor entre os

Os cinco filhos da viúva eram tão gananciosos que matariam uns aos outros para ficar com a herança. Uma certa noite os filhos chegaram à casa da mãe e perceberam que estava *rolando um clima*<sup>3</sup> entre o escravo e a senhora. No dia seguinte, eles fizeram de tudo para internar a mãe em uma clínica psiquiátrica, mas devido ao grande respeito pela senhora em toda a cidade, não conseguiram.

Os filhos ficaram preocupados com a situação e temendo que algo de ruim poderia acontecer, pois a senhora era cheia de mistérios, mandaram a matá-la. Finalmente obtiveram sucesso. Dois dias depois a viúva apareceu morta em uma casa abandonada sem marcas no corpo.

---

<sup>1</sup> todas as notas em itálico correspondem a observações feitas pela professora no texto do aluno.

<sup>2</sup> todas as seqüências tachadas riscadas correspondem a autocorreções do aluno no seu texto.

<sup>3</sup> todas as seqüências sublinhadas correspondem a destaques sublinhados pela professora.

Logo depois da missa de sétimo dia, o testamento foi lido, e veio a grande surpresa: a finada deixara tudo para o escravo. Os filhos, furiosos, combinaram de matar o escravo, mas antes disto, preocupados uns com os outros, *mandaram matar os irmãos, só que isto aconteceu ao mesmo tempo*. No dia seguinte, todos amanheceram mortos, menos o escravo que ficou com todo o dinheiro.

O dinheiro era tanto que, com uma pequena parte, o escravo conseguiu a abolição da escravidão.

## Reflexões discursivas em torno da essência sêmica dos enunciados e seu uso no ensino de produção escrita

João Bôsko Cabral dos Santos  
UFU

### CONSIDERAÇÕES GERAIS

O objetivo deste trabalho é discutir a constituição dos sentidos que se realizam lingüisticamente pelos enunciados e são instituídos discursivamente pela enunciação. Trata-se de um percurso cuja extensão compreende desde o processo de materialização sógnica até a representação de marcas semiológicas, passando pelo crivo da substância sentidural. Neste percurso, configura-se um intervalo de efeitos e heterogeneidades histórico-ideológicas.

É nesse amálgama de índices e sinais que se discute a possibilidade da existência de elementos pontuais na percepção da essência sêmica dos enunciados. Os elementos pontuais permitem a compreensão das características essenciais no estabelecimento de condições de produção e interpretação para os sentidos. Essas características se fundam na multiplicidade de significações em que os sentidos possam ser atribuídos.

A materialização sógnica ocorre a partir da expressão da substância sentidural dos significados gerados no processo enunciativo. Esses significados se agrupam para convergir em um só fim, a formalização lingüística dos sentidos. Uma vez formalizados, os sentidos passam a representar índices, sinais e símbolos constituintes dos enunciados.

É através da análise e interpretação dessas representações na superfície textual, que o conceito de essência sêmica vem contribuindo para uma reflexão mais acuidada sobre o processo de produção escrita. Entender a constituição dos sentidos, evidencia

elementos para o *scriptor*<sup>1</sup> compor as condições de produção de um texto escrito. Não se trata de expô-lo às concepções teóricas aqui discutidas, mas de orientar atividades de interação na e com a linguagem, para que o mesmo comece a perceber e a construir um percurso discursivo para seu texto.

A seguir, será discutido o conceito de essência sêmica, partindo de seu constituinte discursivo macro - o conceito de substância sentidural. Mais adiante, uma descrição interpretativa, de como esse conceito se circunscreve em atividades discursivas no ensino de produção escrita. Por fim, a sugestão de um percurso teórico para o professor, sobre as possibilidades de uma reflexão discursiva ser traduzida em atividades na sala de aula de produção escrita.

#### SOBRE A ESSÊNCIA SÊMICA

Para entender o funcionamento discursivo da essência sêmica, é necessário percebê-la em sua amplitude macro, que é a sua constitutividade na substância sentidural. É preciso enfatizar que estes conceitos são entrecruzados pela ação do sujeito interagente na e com a linguagem, além de serem filiados à Teoria da Enunciação e às vertentes francesas de Análise do Discurso - histórico-ideológica e semiolinguística. Cabe afirmar, também, que a gênese desses conceitos se esboça como uma tentativa de compreender o funcionamento discursivo da enunciação, em que se procuram evidências para interpretar os efeitos de sentidos, a partir de sua materialização lingüística na superfície dos enunciados.

A substância sentidural diz respeito à essência sêmica resultante da unificação e individuação<sup>2</sup> de uma meta, uma intenção e uma adequação histórica, concebidas na simultaneidade, na identidade e na genealogia de um processo interativo. A adequação histórica, por sua vez, se refere a escolhas delimitadas de elementos sociais, culturais,

---

<sup>1</sup> Estamos chamando de *scriptor* todo indivíduo capaz de produzir um texto, observando as características de gênero textual, coesão e coerência, além de uma adequação de registro lingüístico.

<sup>2</sup> Considere-se individuação, aqui, como sendo a realização de um significado geral utilizado em cada contexto específico de acordo com as especificidades de cada situação de uso.

lingüísticos, temporais e imagísticos que se encaixam em uma determinada ocorrência discursiva. Como se pode observar, a essência sêmica traduz as escolhas discursivas dos usuários dos sentidos na concepção de enunciados.

A essência sêmica se refere aos aspectos constituintes, específicos e gerenciadores da produção de sentidos, da projeção de seus efeitos e da constituição de sentidos velados imanentes dos sentidos produzidos. Trata-se de uma base semântico-estrutural desses sentidos, gerada para constituir significados. A combinação desses significados, portanto, irá produzir os protótipos de sentidos, que compõem essa essência.

#### OS ASPECTOS CONSTITUINTES

Os aspectos constituintes compõem os planos componencial, procedural e modular da natureza dos sentidos produzidos. Componencial porque se funda no âmbito do atribuir; procedural porque se constrói na esfera do expressar; e modular porque se elabora nas especificidades desse expressar. Dessa maneira, evidencia-se a natureza designativa dos sentidos, permeada por uma representatividade lingüística e por uma pontualidade semântica.

No plano componencial, estabelecem-se as unidades mínimas de significação, as quais comportam uma extensão de significado. Fixadas as fronteiras de significação dessas unidades, marca-se o ponto essencial de significação, ou seja, o núcleo do componente constituinte em que se funda o significado-base dos sentidos produzidos. O ponto essencial de significação representa a procedência sêmica, a representação lingüística dos sentidos, ou ainda, o suporte semântico para a instauração de significados a serem atribuídos a esses sentidos.

Já no plano procedural, esboça-se a amplitude lingüística de significação. Essa amplitude é determinada a partir do dimensionamento do grau de complexidade dos significados. Com esse dimensionamento, institui-se um ponto de isolamento na significação, ou seja, demarca-se uma porção de significado que será fixada como elemento condutor dos sentidos produzidos.

Quanto ao plano modular, neste entabulam-se as equivalências de significação para compor uma representação formal dos significados. Essas equivalências derivam de um conjunto de condições contextuais instauradas no processo enunciativo na gênese de sua ocorrência. Tais condições são estabelecidas a partir de uma analogia contígua de realizações anteriores das mesmas, verificadas em situações semelhantes, e distintas em outros processos enunciativos.

Dessa analogia contígua surgem, então, projeções de significados resultantes de derivações sêmicas de similaridade entre esses significados. A representação formal, portanto, vai indicar o ponto de vista; quer dizer, uma vez reconhecidas, essas equivalências passam a figurar como um espelhamento, uma projeção, uma re-produção das significações no amálgama dos sentidos produzidos. Como se pode perceber, o ponto de vista centra o processo de significação na especificidade dos referenciais discursivos do usuário dos sentidos.

#### OS ASPECTOS ESPECÍFICOS

Com relação aos aspectos específicos, consideram-se os critérios de abrangência, ocasionalidade e virtualidade na natureza dos sentidos produzidos. Abrangência porque se refere ao universo de significação dos sentidos; ocasionalidade porque se pontua num âmbito enunciativo inédito; e, virtual porque é um atribuir-instituir decorrente de representações do usuário interagente. Nessa perspectiva, a especificidade se constrói na delimitação de espaços de significação para os sentidos.

O critério de abrangência está relacionado às informações extralingüísticas embutidas na significação do sentido produzido. São essas informações que comportam uma multiplicidade interpretativa de significados, ora ratificando o sentido em si mesmo, ora expandindo os limites da significação. Entretanto, essa abrangência se delinea na especificidade da essência sêmica através do limite de classificação, que tanto regula o âmbito das informações extralingüísticas do sentido produzido, quanto fronteira sua potencialidade de interpretação.

Já o critério de ocasionalidade opera nas relações entre os níveis de referencialidade e os níveis de significação, quer dizer, nas

particularidades do contexto enunciativo, para acrescentar significados acessórios ao sentido produzido. Esses acréscimos obedecem a uma sistemática de traços caracterizadores, também imanentes do próprio contexto de produção do sentido. Assim, instaura-se um limite de especificação que determina o tipo de referência inerente ao contexto, a ordem dos traços caracterizadores na interseção com essas referências, e a natureza dos elementos ocasionais que comporão o sentido.

Quanto ao critério de virtualidade, este engloba as potencialidades de significação propostas para o sentido produzido, quer pela conjuntura contextual dos significados na enunciação, quer pela projeção presumida para esses significados. Tanto a conjuntura contextual quanto a projeção presumida obedecem às chamadas condições essenciais de significação, ou seja, às bases semântico-pragmáticas de clareza, cooperatividade e autenticidade. Essas bases servem de andaime para se estabelecer o limite de apreciação, quer dizer, a valoração do sentido de acordo com o fim a ele determinado na composição da essência sêmica.

#### OS ASPECTOS GERENCIADORES

No que tange aos aspectos gerenciadores, detonadores da inscrição dos sentidos na essência sêmica, apresentam-se a representação formal estruturada, a gênese interpretativa direcionadora e as restrições seletivas pontuais. Essa representação formal diz respeito: i) à expressão morfossintática dos sentidos; ii) à gênese interpretativa; iii) ao propósito enunciativo; iv) às restrições; e, v) às particularidades discursivas a eles projetadas. Trata-se, pois, de um “direcionamento” sentidural, que o usuário pretende instaurar para sua realização enunciativa.

A representação formal estruturada é a materialização lingüística dos sentidos produzidos, enquanto concretização de um conteúdo semiolingüístico, dotado de propriedades distintas e características próprias, no âmbito da organização dos elementos de significação. Trata-se de uma disposição de significados estabelecidos numa ordem discursiva que dá origem a um conjunto de sentidos adequados a uma dada situação concreta, na qual se aplica tal conjunto. Dessa maneira,



a representação formal estruturada institui-se como formalização lingüística da essência sêmica na constituição da substância sentidural.

Já a gênese interpretativa direcionadora diz respeito à questão da formação dos significados a serem “manipulados” na composição da essência sêmica. Essa “manipulação” se dá no âmbito do conjunto de propósitos, para o qual os sentidos serão produzidos. Esse conjunto de propósitos representa a formalização semântica da essência sêmica, cuja função é asseverar a correspondência entre a expressão lexical e a orientação lógica dos sentidos produzidos.

Quanto às restrições seletivas pontuais, estas são os elementos da significação que marcam o caráter pontual dos sentidos produzidos. As pontualidades se definem na delimitação de escolhas de significados que intensifiquem a caracterização lexical, enfatizem a função situacional, e ratifiquem a amplitude comunicacional desses e nesses sentidos. Trata-se da formalização discursiva que gerencia a natureza semiolingüística dos sentidos, além de lhes constituir uma dimensão de efeitos a partir de suas significações.

#### A PROJEÇÃO DE EFEITOS

A projeção de efeitos dos sentidos na essência sêmica está relacionada à amplitude perlocucional dos significados desses sentidos. Tal amplitude revela significações “trans-lexicais”, “trans-semânticas” e “trans-pragmáticas”, trazendo à tona, ainda que de forma implícita, a polissemia e a subjetividade discursiva, imanentes dos e nos sentidos produzidos. Tanto essa polissemia quanto essa subjetividade são regidas por uma anterioridade de significações prescritas, por uma continuidade circunstancial dessas significações e por uma posterioridade constituída das mesmas. Anterioridade, por projetar o “vir-a-ser” dos sentidos produzidos; continuidade, por asseverar o “ser” desses sentidos; e, posterioridade, por preconizar o “tornar-se” dos mesmos no amálgama da amplitude discursiva.

#### A CONSTITUIÇÃO DE SENTIDOS VELADOS

A constituição de sentidos velados na essência sêmica decorre das implicações discursivas resultantes da escolha dos sentidos

produzidos. Essas implicações dizem respeito aos implícitos de significações, imanentes na escolha de um sentido, que revelam direções discursivas distintas para a opção efetuada. Dessa forma, os sentidos velados representam o “não-dito” presente implícito de um sentido produzido, ou seja, um sentido “x” sugere implícitos de natureza “a”, “b” e “c”, que seriam diferentes de um sentido “y” que sugeriria implícitos de natureza “d”, “e” e “f”, ou ainda, a opção “z” que oculta as significações “g”, “h” e “i”, exatamente porque não recaiu na opção “w” - também alternativa de escolha - mas que ocultaria as significações “j”, “k”, e “l”, não pertinentes à escolha de “z”.

Dessa maneira, a essência sêmica dos enunciados é perpassada por heterogeneidades mostradas e constitutivas dos sentidos. Ela representa escolhas pontuais dos sujeitos envolvidos na interação, quer pela constitutividade histórico-ideológica desses sujeitos, quer pelas particularidades discursivas do processo enunciativo. É possível hipotetizar, pois, que a essência sêmica revela traços do intervalo de dispersão dos sentidos na interação entre sujeitos.

#### O USO DO CONCEITO DE “ESSÊNCIA SÊMICA” NO ENSINO DE PRODUÇÃO ESCRITA

A atividade de produção escrita exige do *scriptor* um engajamento discursivo sobre aquilo que está produzindo. Portanto, o lidar com os sentidos dificilmente se manifesta em propostas de texto vinculadas a uma temática “alheia” à sua referencialidade discursiva. Neste trabalho, optou-se por uma descrição interpretativa de uma atividade de produção textual em que os sujeitos vivenciam a interação com o conceito de “essência sêmica”.

O cenário é constituído por uma turma de quarenta e cinco alunos do ensino fundamental de uma escola pública, em aulas de língua portuguesa. O professor distribui um pedaço de papel para cada aluno, e solicita que nele escrevam uma palavra sintetizadora de como se sentem naquele momento. O professor então recolhe os papéis, coloca-os em uma caixa como se fosse proceder a um sorteio.

Ao solicitar aos alunos que sintetizem seus sentimentos em uma palavra, o professor pressupõe a possibilidade de um engajamento

discursivo, por parte deles, uma vez que vão interagir com sua referencialidade discursiva. Em seguida, o professor sorteia uma das palavras e a escreve na lousa, perguntando aos alunos a que remete aquela palavra na percepção deles. Nesse momento, o professor quer detonar um processo enunciativo de vinculação dos sujeitos aos sentidos.

À medida que os alunos vão estabelecendo relações com a palavra sorteada, o professor vai construindo agrupamento de enunciados na lousa, de acordo com a similaridade temática estabelecida pelos alunos em seu processo de percepção. Observa-se que a construção desses agrupamentos evidencia campos semânticos distintos, e delinea a possibilidade de instauração de várias propostas textuais. A partir dos agrupamentos, o professor pergunta aos alunos quais as possibilidades temáticas que poderiam ser desenvolvidas considerando cada conjunto de enunciados.

Na definição dessas possibilidades temáticas, o professor propõe aos alunos a constituição de uma representação discursiva para os enunciados. Percebe-se, também, que a todo momento, os alunos são requisitados na intrapessoalidade de sua referencialidade discursiva. Com a definição das possibilidades temáticas, ou seja, sobre o que se poderia escrever para expandir e aprofundar tais enunciados, o professor discute com o grupo a escolha de um dos encaminhamentos construídos.

Quando discute o encaminhamento enunciativo de um conjunto de enunciados, o professor media a instauração de um processo de focalização para a eminente produção textual. Definida a focalização, o professor propõe aos alunos que dirijam perguntas a esses enunciados, no sentido de aprofundar seu significado, com base no foco estabelecido. Elaborar-se aí, na componencialidade dos sentidos, a instituição de pontos essenciais de significação.

Esses pontos emergem como tópicos de abordagem para a produção textual. Configurados os tópicos, o professor conversa com os alunos sobre a possibilidade de um seqüenciamento para eles, na tessitura de uma ordem textual. Percebe-se, nesse momento, que a exposição de uma ordem vai impingir uma amplitude lingüística para a proposta textual.

Feito o seqüenciamento, o professor convida o grupo para iniciar uma concepção textual coletiva na lousa, e sugere que, nessa concepção, possa inserir palavras, escolhidas aleatoriamente entre os papéis que estão na caixa. Para encaixar as palavras sorteadas no foco e nos tópicos do texto em construção, o professor explica que modificações, deslocamentos e extensões podem ser necessárias para não comprometer a coerência. Eis, então, o trabalho com os pontos de isolamento da aspectualidade procedural na concepção textual.

Durante a construção coletiva, o professor e os alunos vão estabelecendo para o texto: i) equivalências de significação para as palavras; ii) adequação das mesmas na constituição de seus pontos de vista; iii) classificações diferenciadas para seu uso; iv) especificação desses usos; e, v) projeção em torno deles. Nesse procedimento de especificação, que também é gerencial, o professor formaliza com o grupo os conhecimentos enciclopédicos, concernentes à norma padrão da língua. Para tal, é nesse momento que entram as discussões em torno da organização das estruturas, seu potencial semântico, e sua pontualidade expressiva.

Ainda durante essa construção coletiva, o professor e o grupo discutem continuamente: i) o perfil de leitor potencial; ii) os propósitos a serem revelados na construção textual; iii) os elementos a serem deixados no âmbito dos implícitos; iv) a circunscrição histórica do texto; além, v) das vozes que se farão presentes na sua constitutividade. Uma vez o texto construído, discute-se sua identificação, através de um título que expresse, de fato, sua essência sêmica. Para concluir a atividade, o professor solicita ao grupo que elabore uma construção textual, escolhendo entre os outros agrupamentos de enunciados discutidos no início da atividade.

Percebem-se, com a descrição interpretativa dessa atividade, as possibilidades discursivas de se trabalhar a produção escrita, explorando a referencialidade discursiva dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem de línguas. Nessas possibilidades, destacam-se: i) o processo de atribuição de sentidos aos enunciados; ii) as condições de produção e interpretação de um acontecimento discursivo - o texto; e principalmente, iii) a constitutividade subjetudinal no, com o, e pelo processo de escrita. Observa-se, portanto, que o ensino de produção escrita consolida-se como um

espaço discursivo ímpar para o fomento da crítica, da própria oralidade, e, sobretudo, da constituição da cidadania.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para encerrar essa reflexão, sugerem-se, ao professor de línguas, algumas leituras teóricas fundadoras da percepção da essência sêmica dos enunciados.

Em Ducrot (1987), observa-se o conceito de pressuposição, como elemento indicativo para uma compreensão da natureza dos enunciados. Outra referência é Searle (1979), que apresenta uma extensão da noção de atos de fala, tornando possível estabelecerem-se parâmetros para descrever o que a fala faz, independente de seu locutor. Na seqüência, Benveniste (1966) apresenta a noção de enunciação como um acontecimento histórico, inédito e discursivamente sincrônico, representado na superfície dos enunciados. Já em Authier-Revuz, a conceituação de heterogeneidades enunciativas abre caminho para o entendimento da polissemia e da polifonia dos sentidos. Ainda sobre polifonia, não se pode esquecer do consistente fundamento apresentado por Bakhtin (1929), no que concerne à dialogicidade na dimensão subjetiva do discurso.

Por fim, há a Teoria Semiolingüística de Patrick Charaudeau (1983,1992) com uma re-leitura do conceito de ato de linguagem, a noção de contrato de comunicação e os modos de organização do discurso.

Neste trabalho, discutiu-se a constitutividade dos sentidos, traspassados pela substância sentidural e pela essência sêmica dos enunciados, com o intuito de se construir uma contribuição discursiva para o processo de ensino-aprendizagem de produção escrita.

Espera-se, com esta reflexão, expandir as fronteiras da Análise do Discurso, com vistas a uma extensão de seu arcabouço teórico, às questões do ensino e da aprendizagem de línguas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN, J.L. *Sentido e Percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- AUTHIER-REVUZ, J.L. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours". In: *DRLAV*, n. 26. 1982. pp. 91-151.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral*. v. 1 e 2. Campinas: Ponte, 1989.
- CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.
- \_\_\_\_\_ *Langage et Discours*. Paris: Hachette, 1983.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- MACHADO, I.L. et al. (Orgs.) *Teorias e Práticas Discursivas*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1998.
- MAINGUENEAU, D. *Genèses du discours*. Bruxelles: Mardaga, 1984.
- \_\_\_\_\_ *Semantique de la Polemique*. Lausanne: L'Age d'Homme, 1983.
- MARI, H. et al.. *Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso*. 2 ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995.
- SEARLE, J.R. *Expressão e Significado*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

## A TEORIA DOS ATOS DE FALA COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE DO DISCURSO

Wiliane Viriato Rolim  
Mestranda - UFMG

### INTRODUÇÃO

Ao realizar a análise de um discurso filosófico, o diálogo de Platão, denominado *Mênon*, onde é estabelecida uma conversação sobre se a virtude é suscetível de ser ensinada, utilizamos a Teoria dos Atos de Fala (doravante denominada TAF), com o intuito de atermo-nos à especificidade dos procedimentos linguageiros próprios desse gênero discursivo (diálogos filosóficos).

É de fundamental importância o papel desempenhado pelo ato de fala *pergunta*, na maiêutica socrática. A maiêutica é o método utilizado por Sócrates, em analogia ao trabalho das parteiras, que resume-se em levar seu interlocutor a “parir” o conhecimento. Consiste em interrogar o alocutário, de forma a levá-lo a descobrir, por si mesmo, a “verdade” sobre o tema em discussão. A maiêutica é a segunda parte do método, sendo a primeira, a ironia socrática, a que desconstrói as certezas que o interlocutor acredita ter, para que a dúvida, assim estabelecida, sirva para possibilitar o “parto” do verdadeiro conhecimento.

A *pergunta* é o instrumento utilizado para se “retirar” do alocutário a verdade que já existe anteriormente nele e da qual ele apenas ainda não tem conhecimento. A interrogação, enquanto ato de fala, é utilizada como estratégia discursiva para direcionar o raciocínio de acordo com a intenção do locutor - Sócrates. É por isso que nos deteremos a analisar a recorrência desse ato de fala – a *pergunta* – nesse diálogo platônico, o *Mênon*.

Nessa análise, consideraremos o ato de fala – essa “unidade significativa do processo enunciativo” –, como unidade numa

estrutura interacional, portanto, dialógica, ou pelo menos, dialogal, constituída de trocas interativas em que os personagens serão considerados como instâncias enunciativas – locutor / alocutário –, ou seja, interlocutores que fazem intervenções nessas trocas.

#### BASE TEÓRICO-METODOLÓGICA

A *pergunta* é a realização de um ato de fala constituído por uma proposição através da qual é expresso um determinado conteúdo proposicional versando sobre o tema da interação. Este conteúdo proposicional surge imbuído de uma força ilocucional diretiva uma vez que toda pergunta pretende levar o alocutário a proferir uma resposta. Na verdade, o ato de fala *pergunta* só se realiza plenamente com a resposta do alocutário. Mais ainda: não é com qualquer resposta; respostas evasivas ou que não correspondam ao conteúdo proposto pela *pergunta* tenderiam a torná-la incompleta, não plenamente realizada.

Segundo Mari (1997), “*Formas diretivas como perguntas comumente preenchem a sua totalidade com seqüências compatíveis de intenções*”. Faz-se necessário, portanto, esta compatibilidade de intenções entre as instâncias interlocutivas, para se alcançar a realização plena da pergunta, o que, nem sempre, acontece.

De qualquer maneira, a força ilocucional de toda interrogação é, necessariamente, constituída pelo ponto ilocucional diretivo, uma vez que o modo pelo qual o conteúdo proposicional de toda pergunta se relaciona com o mundo é através de uma tentativa de fazer com que o alocutário fale alguma coisa, dê a sua resposta. Isto independe do propósito perlocucional do locutor. Seja quais forem as suas intenções extra-lingüísticas ao proferir uma pergunta, o locutor tem, necessariamente, a intenção de realizar o ponto ilocucional diretivo, no modo interrogativo: a tentativa de levar o alocutário a proferir a resposta é fundamental para a realização da pergunta. Por exemplo, no caso da interrogação do escravo, independentemente do fato de que Sócrates pretenda, ao realizar o interrogatório, provar a sua teoria da reminiscência das idéias, ao realizar cada pergunta, o que ele pretende, de imediato, é que o escravo dê a resposta: concorde ou não com o conteúdo proposto pela pergunta específica, realize o cálculo pedido, dê a definição solicitada.



Verifica-se, assim, que a interrogação é um ato iniciativo que engendra um ato reativo, a resposta. E é nesse jogo interlocutivo, que ela realiza sua força ilocucional de ponto ilocucional diretivo através de modos de realizações específicos, com conteúdos proposicionais e condições preparatórias próprios ao tema da conversação.

Segundo Vanderveken (1985), “no trabalho de análise é necessário especificar o modo de realização do ponto ilocucional”. Aliás, uma vez que, de acordo com Mari (1998), sendo o modo de realização de um ponto o espaço da “pluralidade de usos refletidos na fala, da variabilidade de nuances e detalhes” tentaremos, a partir da análise de dois atos de fala-pergunta, pinçados no Mênon, verificar a especificidade dos seus modos de realização.

## A ANÁLISE

### 1) Os atos a serem analisados:

“MÊNON: – Estarias disposto a dizer-me, Sócrates, se a virtude pode ser ensinada? Ou se pode ser adquirida pelo exercício? Ou quem sabe se não é nem ensinável nem adquirível pela prática, mas recebida de nossa própria natureza? Ou, talvez, de outra qualquer maneira?”

“SÓCRATES: – (...) Mas não é claro para todo mundo que o homem não pode lecionar outra coisa que não a ciência?”

MÊNON: – É evidente que só pode ser ensinado o que é ciência!”

### 2) A ANÁLISE PROPRIAMENTE DITA:

2.1 - O primeiro ato analisado é constituído pela primeira pergunta do diálogo, através do qual o personagem Mênon dá o chute inicial do jogo, determinando o tema do debate. Essa questão inicial constitui o eixo temático do diálogo. Mesmo que Sócrates, por vezes, tente redimensionar o assunto, ainda assim, o tema constituído por essa questão inicial é vencedor e determina o curso do diálogo.

Trata-se de um ato diretivo constituído de várias perguntas? Parece que Mênon antecipa em 2.500 anos a forma de múltipla escolha de nossos vestibulares. Na verdade, essa intervenção iniciativa parte da colocação de quatro asserções às quais é impressa a força ilocucional diretiva.

A expressão modalizadora [Estarias disposto a dizer-me, Sócrates] seguida de condicionais [se pode ser], [quem sabe se], [talvez] é encarregada de imprimir a força ilocucional diretiva aos quatro conteúdos proposicionais diversos [ensinada], [adquirida pelo exercício], [recebida de nossa própria natureza] ou [outra maneira qualquer] referentes a um mesmo sujeito [a virtude].

Realizando assim o caráter alocutivo desse ato de fala, o locutor (Mênon) implica o alocutário (Sócrates) –, chamando-o à fala. O locutor direciona, determina a ação do alocutário, levando-o a se posicionar, escolhendo uma das quatro possibilidades. O locutor pretende levar o alocutário a se pronunciar sobre o assunto, a dizer o que ele pensa.

Quanto à resposta que vai determinar a realização plena dessa pergunta, só será dada na última intervenção do diálogo. Trata-se de uma intervenção reativa, orientando assim, o fechamento do diálogo.

2.2 - O segundo ato aqui analisado é constituído pela pergunta que consideramos ser o ponto chave do nosso objeto de análise. Trata-se de uma pergunta claramente retórica, feita pelo locutor Sócrates para induzir o alocutário Mênon a fazer uma afirmação constituída por um saber pré-construído (a oposição *episteme* X *doxa* ), partilhado não apenas pelos interlocutores mas, ao que parece, por toda a opinião corrente da época. É um saber inquestionável, uma verdade incontestável “para todo mundo”.

Esta pergunta é elaborada com o intuito de estabelecer a hipótese a partir da qual será examinada a questão inicial do diálogo. Dessa forma, ela constitui o eixo da construção argumentativa. Sua sutileza é tamanha que, até hoje, nos vemos enredados por sua teia epistemológica: ainda temos problemas com os conceitos de ciência e os critérios de cientificidade.

Se nos perguntarmos qual o escopo de interrogação desse ato de fala, ou sobre o que incide a dúvida (como nos fez o prof. Hugo Mari), perceberemos que não há dúvida alguma. Pelo contrário, o que há é uma certeza absoluta.

Considerando o conteúdo proposicional [o homem não pode lecionar outra coisa que não a ciência] verificamos que a dupla negação realiza a função restritiva adverbial do *apenas* e do *somente*. Correspondendo à estrutura “ne + verbo + que” do francês, delimita, determina um espaço preciso, excluindo o que não cabe nele; apenas a ciência cabe nos limites do que pode ser lecionado, somente a ciência é passível de ser ensinada.

Considerando a atitude proposicional expressa pela locução modalizadora [é claro para todo mundo que] percebemos como é construída a evidencialidade. Dessa forma, a aludida clareza, extensiva a todo mundo (a atitude proposicional de evidência generalizada) faz com que o conteúdo proposicional não seja passível de discussão, não possa ser contestado.

Como nos fez ver a Espuny (1999: conferência na FALE/UFMG), a negação na pergunta retórica serve para realçar a afirmação, ao induzir a resposta positiva. No caso desse ato que estamos analisando, isso fica mais claro ainda com a veemência afirmativa da resposta. Segundo a TAF, “o ato ilocucional que é praticado num estágio restringe a forma dos atos ilocucionais possíveis no estágio seguinte”. No caso da pergunta analisada esta determinação é plenamente cumprida pelo ato-*resposta*.

Não se trata apenas de uma resposta positiva: esta resposta é mais do que uma mera concordância. Ela reitera tanto a atitude proposicional de evidencialidade, quanto a restrição expressa pelo conteúdo proposicional, na pergunta, construída pela dupla negação e, na resposta, pelo advérbio *só*.

Fica assim estabelecida, sem sombra de dúvidas, com a aquiescência explícita dos interlocutores, a hipótese a partir da qual será desenvolvido o raciocínio que determinará a resposta à pergunta inicial.

## CONCLUSÃO

No caso desses dois atos analisados, não há dúvida que os conteúdos proposicionais são animados por uma força ilocucional de natureza diretiva. Mas estamos aqui diante de perguntas verdadeiras?

Atos de fala diretivos fazem gerar no alocutário uma reação. Ao considerarmos a pergunta como um modo no ponto diretivo, percebemos que embora constituindo uma realização possível do ponto diretivo, apresenta um teor diferente de outras ações para outros modos de realização desse ponto. Trata-se de uma reação necessariamente lingüística.

Há controvérsias sobre a especificidade do ato de fala pergunta. Seria necessário que o alocutário portasse uma informação que o locutor não detém? Nesse caso, os dois atos analisados não podem ser considerados como perguntas verdadeiras, posto que não reclamam do alocutário informações que o locutor não possui. Trata-se de perguntas retóricas, ou seja, atos diretivos que determinam que o alocutário realize uma ação lingüística, porém de cunho não informacional, mas sim, argumentativo.

Esse tipo de pergunta é próprio dos diálogos socráticos. A forma de diálogo utiliza a interrogação para a concessão da fala, a troca dos turnos. Às vezes, é uma interrogação autêntica – realmente demanda de informação – mas, muitas vezes, são meros instrumentos relacionais – para se passar a palavra ao interlocutor – e, outras ainda, instrumentos retóricos, utilizados, estrategicamente, em favor de determinadas construções argumentativas.

Com esse trabalho não pretendemos afirmar que a TAF seja suficiente para a análise, mas sim, reiterar que qualquer teoria de análise do discurso não pode prescindir da TAF como respaldo, embasamento e aprofundamento teórico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AUCHLIN, Antoine. Une approche discursive du Ménon: sur le dialogisme, l'explicite et la participation . *Colloque l'écriture des philosophes*. Paris: Collège International de Philosophie (Inédito).
- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer. Palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990, p. 85 a 102.
- JACQUES, Francis. Do dialogismo à forma dialogada: sobre os fundamentos da abordagem pragmática. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. n.9. Campinas: IEL -UNICAMP, 1985, p. 23-48.
- MARI, Hugo. A promessa como ato de fala: suas implicações no discurso "político". *Gerai - Revista de Comunicação Social*. n.48. 1997, p. 34 - 41.
- \_\_\_\_\_. *ENTRE O CONHECER E O REPRESENTAR: PARA UMA FUNDAMENTAÇÃO DAS PRÁTICAS SEMIÓTICAS E DAS PRÁTICAS LINGÜÍSTICAS*. BELO HORIZONTE: FALE/UFMG, 1998 (TESE DE DOUTORADO)
- PLATÃO. *Diálogos. Ménon*. Rio de Janeiro: Ediouro. P .44 - 74.
- SEARLE, J. R. *Os Actos de Fala*. Um ensaio de filosofia da linguagem. Coimbra: Livraria Almedina, 1981. p. 73 - 95.
- VANDERVEKEN, Daniel. O que é uma força ilocutória? *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. n. 9. Campinas: IEL - UNICAMP, 1985, p.173 - 194.

## TRANSITIVIDADE NO DISCURSO: O CASO DO OBJETO INCORPORADO

Maria Elizabeth Fonseca Saraiva  
FALE-UFMG

Neste texto, retomando uma questão aventada em Saraiva (1992), pretendo analisar o grau de transitividade de estruturas portando *objeto incorporado* (OI) em português e sua relação com as noções discursivas de *figura e fundo*. Para isso vou-me basear, principalmente, no arcabouço teórico desenvolvido em Hopper & Thompson (1980) e na conceituação de objeto incorporado proposta por Saraiva (1997).

Como se sabe, Hopper & Thompson (1980),<sup>1</sup> em seu clássico artigo *Transitivity in Grammar and Discourse*, resgatando a concepção tradicional, analisam a transitividade como uma propriedade global da oração como um todo, de tal modo que uma atividade é “transferida” de um agente para um paciente. Isso significa que tal noção envolve, pelo menos, dois participantes e uma ação que é efetivada de alguma forma.

Com base nesse pressuposto, num primeiro passo, os autores procuram isolar os vários elementos componentes do que concebem como transitividade. Levantam dez traços, cada um dos quais sugere *uma escala* segundo a qual as sentenças podem ser classificadas em transitivas *mais* ou *menos* típicas, ou seja: *altas* ou *baixas* numa hierarquia de transitividade. Desses traços, alguns focalizam mais de perto o verbo e outros, seus argumentos: o sujeito e o objeto.

O mais importante, contudo, é o fato constatado pelos referidos lingüistas de uma relação entre os planos discursivos de *figura e fundo* e *alta* ou *baixa* transitividade das estruturas, respectivamente. Nas suas palavras, sem essa conexão com uma função comunicativa, “*the*

---

<sup>1</sup> Nesta seção, retomo a síntese das idéias desses lingüistas, inicialmente apresentada em Saraiva (1992).

*separate components of the Transitivity relationship have only an arbitrary relationship to each other; we lack a reason why these semantic-grammatical components, rather than others, should be selected.*" (Hopper & Thompson, 1980: 279)

A seguir, no quadro I, apresentam-se as propriedades concernentes ao alto ou baixo grau de transitividade:<sup>2</sup>

### QUADRO I

Propriedades	<i>Oração mais transitiva</i>	<i>Oração menos transitiva</i>
1. "Chinês"	ação	não-ação
2. Aspecto	perfectivo	não-perfectivo
3. Pontualidade	pontual	não-pontual
4. Afirmação	afirmativa	negativa
5. Modalidade	"realis"	"irrealis"
6. Participante	2 ou mais participantes	1 participante
7. Agentividade	agente	não-agente
8. Volição	volitivo	não-volitivo
9. Individuação do objeto	objeto bem individuado	objeto não-individuado
10. Afetação do objeto	objeto totalmente afetado	objeto não-afetado

Fonte: Hopper & Thompson (1980: 252)

Para ilustrar as propriedades do quadro I, considerem-se as seguintes estruturas do português:

(1) João { chutou  
derrubou } Maria de propósito.

<sup>2</sup> Nesse quadro, não se segue a mesma ordem das propriedades do texto original.

De acordo com as características destacadas pelos autores, (1) exemplifica sentenças transitivas típicas. Em primeiro lugar, porque portam verbos de *ação*, verbos esses que envolvem dois argumentos: o sujeito, *João*, e o objeto, *Maria*. *Ações* podem ser efetivamente “transferidas” de um agente a um paciente, *estados* não. Além disso, para que realmente haja “transferência”, é necessária a presença de, pelo menos, dois participantes. Confronte-se (1) com (2) e (3) abaixo:

- (2) a) *Joana* saiu cedo.  
 b) Há *um homem* no jardim.

(3) Pedro  $\left\{ \begin{array}{l} \text{conhece} \\ \text{sabe} \end{array} \right\}$  a matéria.

Em (2) as orações apresentam apenas um participante e em (3) os verbos são assinalados como [- ação]. Comparando-se (1) com (3), por exemplo, percebe-se que, de fato, algo aconteceu com o objeto das primeiras sentenças, *Maria*, diferentemente do que ocorre com *a matéria*, no último caso.

Ainda com referência a (1), verifica-se que as orações são *afirmativas* e os verbos estão flexionados no pretérito perfeito do indicativo. Ou seja: segundo os critérios estabelecidos pelos lingüistas mencionados, essas estruturas são marcadas como [+ “realis”] (que se opõe a “irrealis”), quanto ao *modo*, e [+ perfectivo], quanto ao *aspecto*. Uma ação codificada como não tendo ocorrido ou como ocorrendo num mundo contingente é menos eficaz que aquela cuja ocorrência é codificada como correspondendo diretamente a eventos que aconteceram. Essas distinções ficam claras ao se opor (1) a (4):



- (4) a) João não  $\left\{ \begin{array}{l} \text{chutou} \\ \text{derrubou} \end{array} \right\}$  Maria.
- b) É possível que João  $\left\{ \begin{array}{l} \text{chute} \\ \text{derrube} \end{array} \right\}$  Maria
- c) João deseja  $\left\{ \begin{array}{l} \text{chutar} \\ \text{derrubar} \end{array} \right\}$  Maria

Pode-se afirmar, também, que o aspecto [+ perfectivo] das orações de (1), conjugado com a característica [+ pontual] de seus verbos, assinala que a ação “passa” do sujeito ao objeto de um modo mais eficaz. O efeito da ação sobre o paciente é maior e mais imediato do que o seria em casos com verbos caracterizados como [- perfectivo], como em (5) e (6) respectivamente:

- (5) João transportou a mercadoria para São Paulo.  
 (6) Estou comendo a maçã.

Em (5), o verbo [- pontual] evidencia uma fase de transição entre o início e a conclusão do evento considerado. Já em (6), a ação está em curso; logo, a “transferência” é apenas parcial, o que significa que o objeto não é totalmente afetado.

Em síntese, até o momento foram exemplificados traços da transitividade que focalizam mais de perto o verbo.

A seguir, merecem destaque, para os objetivos deste estudo, os traços que os lingüistas citados apresentam para caracterizar cada um dos participantes envolvidos na noção de transitividade. Para eles, numa oração transitiva prototípica, um dos argumentos do verbo, o *sujeito*, semanticamente deve ser um *agente típico*, isto é, um iniciador/controlador/causador consciente da ação verbal (Givón, 1984: 20-21), marcado com o traço [+ volitivo].

Analisando-se o sujeito de (1), vê-se que atende a tais propriedades. Isso já não seria verdadeiro para os sujeitos de (7) e (8), por exemplo, em que, respectivamente, faltam os traços [+ volitivo] e [+ agente]:

- (7) Pedro esqueceu-se do meu aniversário.
- (8) A menina sofreu com a sua partida.

Analisando, por fim, o *objeto* das estruturas transitivas canônicas, Hopper e Thompson realçam que, semanticamente, ele deve ser um *paciente típico*, isto é, bem individuado e totalmente afetado pela ação. Portanto a proporção em que um objeto é realmente atingido pela ação pode criar variações que se manifestam no maior ou menor grau de transitividade da estrutura como um todo. Acrescente-se, ainda, o fato de que o componente *individuação* refere-se tanto à distinção do paciente em relação ao agente, isto é, ambos devem referir-se a entidades diferentes, como em relação à sua própria classe. Em outras palavras, a noção de individuação refere-se ao grau em que um objeto é particularizado e visto como uma entidade específica, distinta da sua classe (Hopper & Thompson, 1980:286).

As estruturas de (1) atendem aos pressupostos acima referidos com relação ao segundo participante, o paciente, o que já não se verifica na seguinte frase, por exemplo:

- (9) Pedro feriu-se com a faca.

O pronome reflexivo, na função de objeto de (9), remete-se ao mesmo referente do SN sujeito, sugerindo, assim, uma perda no que concerne à particularização/ distinção entre os dois participantes. Logo, de acordo com esse critério, (9) deve ser alocada, numa escala de transitividade, numa posição diferente de (1), sentença transitiva prototípica.

Resumindo os fatos arrolados até o momento, verifica-se que cada um dos componentes da Transitividade (concebida por Hopper e Thompson como uma propriedade global da estrutura toda, conforme já assinalado) focaliza uma faceta diferente da efetividade e da intensidade com que uma ação é “transferida” de um participante a outro, de modo que temos uma *escala*, uma *gradação*, quando se trata de caracterizar uma sentença como transitiva.

Questões poderiam ser levantadas quanto à pertinência, ou não, de se considerar exatamente esses traços mencionados ou, ainda, quanto à possibilidade de alguma redundância entre eles, como no caso das noções de agentividade e volição. No entanto, para os objetivos deste texto, as propriedades acima discutidas fornecem uma base teórica adequada.

Como a meta principal deste trabalho é verificar o grau de transitividade das estruturas com *objeto incorporado* (OI) e sua correlação com os planos discursivos de *figura e fundo*, a seguir vou explicitar como tais noções estão sendo entendidas aqui.

Em primeiro lugar, devo esclarecer que venho utilizando o rótulo *objeto incorporado* (Saraiva, 1997) para me referir ao SN no objeto que ocorre em estruturas como as destacadas em (10):<sup>3</sup>

- (10) [ ] o Carlos meu maRIdo... ele troca FRAL::da... [ ] ele não la::va... não pas::sa... MAS ele troca FRAL::da... dá mamaDElra... CUIda DA meNIna né?...

Do ponto de vista sintático, esse SN elege a posição adjacente ao verbo como a única natural para sua colocação, como se comprova com a estranheza da sentença abaixo, na qual há a intercalação de outro constituinte entre o verbo e o objeto:

- (11) \*Ele troca várias vezes ao dia *fralda*.

Sob o prisma semântico, verifica-se que esse SN é *não-referencial*, isto é, não representa *referentes* (entidades ou papéis), mas sim *conceitos*. Como consequência, do ponto de vista pragmático, o SN no objeto não introduz nem retoma *participantes* do discurso, no sentido atribuído a essa expressão por Givón (1984).

---

<sup>3</sup> O exemplo (10) foi retirado das narrativas que constituem o *corpus* desta pesquisa (Cf. Seção 3). A transcrição segue as normas do Projeto NURC/SP, exceto quanto à marca [ ], que aí indica omissão de material não relevante para a discussão.

Na realidade, esse objeto tem uma função subclassificadora com relação ao processo ou ação verbal, conforme defendido em Saraiva (1997). Isso significa que o sentido do *nome*, nas construções em questão, associa-se de tal modo ao sentido do *verbo*, que os dois elementos (verbo + nome) formam um todo semanticamente coeso, designando um *tipo* de ação ou processo. Por exemplo: *trocar fralda* designa uma ação diferente de *trocar carro*, *trocar figurinha*, *trocar roupa*, *viajar*, *dançar* etc. Dentre outros fatos, a rotulação *objeto incorporado*, atribuída ao constituinte em foco, deve-se a essa “incorporação” do sentido do nome ao sentido do verbo.

Quanto ao conceito de *figura* e *fundo*, neste texto tais noções estão sendo usadas para designar dois “momentos” diferentes do discurso narrativo, seguindo as concepções de Hopper & Thompson (1980), Du Bois (1980) e Azevedo (1992), dentre outros. Sintetizando bastante, pode-se afirmar que, para esses autores, a *figura* constitui a estrutura da narrativa propriamente dita, isto é, a *seqüência dos eventos* que constituem a “estória”, que respondem à pergunta: “o que aconteceu?”. Já o *fundo* é representado por uma gama de informações de suporte que, por si mesmas, não narram os eventos principais, mas fornecem comentários, explicações, avaliações, descrições etc.

Essa distinção dos planos discursivos tem-se mostrado relevante, na medida em que fornece explicação para as diferenças detectadas na língua usada nos dois momentos. É nesse sentido, pois, que Hopper & Thompson (1980) estabelecem a relação entre orações altas numa escala de transitividade e a *figura* narrativa, por um lado, e estruturas baixas na hierarquia de transitividade e o *fundo*, por outro.

Para atender ao objetivo deste estudo, de verificar o grau de transitividade das estruturas com objeto incorporado e sua relação com os planos discursivos, os dados relevantes foram colhidos num *corpus* constituído de 13 narrativas orais espontâneas, de tamanhos variados.<sup>4</sup> Os informantes eram todos falantes nativos do português, com terceiro grau concluído ou em andamento, nascidos e residentes na Grande Belo Horizonte.

---

<sup>4</sup> A metodologia para coleta dessas narrativas seguiu as sugestões de Labov (1972).

Levando em conta as características do objeto incorporado, anteriormente discutidas, para esta pesquisa parti das hipóteses de que, em primeiro lugar, tal objeto contribui para um *menor* grau de transitividade das orações em que ocorre. Em segundo lugar, essas orações distribuem-se com mais frequência no *fundo* das narrativas.

Ambas as hipóteses foram confirmadas pela análise empreendida. Como passo inicial, o levantamento do número de ocorrências de objeto incorporado no *corpus* em questão registrou um total de 87 casos.

Em seguida, cada estrutura com esse constituinte foi examinada tomando como referência os traços de transitividade arrolados no quadro I. Para cada propriedade do quadro I, a sentença recebeu o sinal positivo, [+], se o traço de *alta* transitividade estava presente. Caso contrário, foi marcada com o sinal negativo, [-].

É conveniente esclarecer, no entanto, que já de saída considere que as construções em foco poderiam acumular, no máximo, 7 traços positivos de transitividade. Tal previsão teve por base o fato de que, por um lado, quanto ao número de *participantes*, as orações em questão só contam com a posição de sujeito, já que a própria caracterização do objeto incorporado revela-nos não ser esse elemento passível de introduzir ou retomar participante do discurso, conforme assinalado antes. Por outro lado, os traços de *individuação* e *afetação* do objeto não se aplicam a tais sentenças, também em conformidade com o que foi visto sobre a conceituação de objeto incorporado. Logo, as considerações acima apoiam a previsão de, no máximo, 7 traços de alta transitividade para as referidas estruturas.

Após a análise das 87 sentenças com objeto incorporado com referência às propriedades de transitividade, foi verificada sua distribuição nos planos discursivos de *figura* e *fundo*. A tabela I, abaixo, resume os resultados obtidos:

TABELA I

GRAU DE TRANSITIVIDADE DAS ESTRUTURAS COM OI  
E SUA DISTRIBUIÇÃO NOS PLANOS DISCURSIVOS

<i>Planos</i> <i>Número de</i> <i>traços</i>	<i>Figura</i>	<i>Fundo</i>
10	--	--
9	--	--
8	--	--
7	12	1
6	1	--
5	4	22
4	8	13
3	3	2
2	1	11
1	4	5
TOTAL	33	54
Porcentagem	38%	62%

Nessa tabela, em primeiro lugar, constata-se a presença de 33 estruturas com OI na *figura* e 54 no *fundo*. Portanto, no plano discursivo responsável por narrar a seqüência de eventos que envolvem os participantes principais, houve menor incidência dessa construção, 38%, diferentemente do que se observa no *fundo*, onde se encontra o material de suporte (explicações, motivos, descrições de cenários e personagens etc): 62%.

Em segundo lugar, corroborando as expectativas de Hopper & Thompson (1980), verifica-se que, das 87 orações com OI, apenas 14 portam *alto grau de transitividade*, isto é, 6 ou mais traços positivos

com referência às propriedades arroladas no quatro I. Dessas, 13 estão na *figura*. No *fundo*, há apenas 1 sentença *alta* na hierarquia de transitividade. Todas as demais estruturas do *fundo* portam 5 ou menos traços positivos, o que as caracteriza como *menos* transitivas, ou seja, mais *baixas* na referida hierarquia.

Na tabela II, esses resultados vêm sintetizados e apresentados em percentuais:

**TABELA II**

PERCENTUAL DE ESTRUTURAS COM ALTA E BAIXA  
TRANSITIVIDADE NOS PLANOS DISCURSIVOS

Plano discursivo Grau de Transitividade	Figura		Fundo	
	Número de orações	Porcentagem	Número de orações	Porcentagem
ALTO	13	39%	1	2%
BAIXO	20	61%	53	98%

A tabela acima mostra que, embora predominem estruturas portando OI com *baixa transitividade* na *figura*, há ainda um percentual de 39% de orações com *alta transitividade*. No *fundo*, porém, a presença de sentenças com 5 ou menos traços de transitividade é quase absoluta: 98%.

Em suma, os fatos examinados evidenciam ser adequada a seguinte correlação: presença de *objeto incorporado* / *baixo grau de transitividade* / *fundo* da narrativa.

Isso significa que as expectativas de Hopper & Thompson (1980), quanto à relação entre *maior* ou *menor* grau de transitividade e os planos discursivos de *figura* e *fundo*, respectivamente, encontram confirmação na análise da transitividade no discurso narrativo do português.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Adriana M. Tenuta. *Tempo, modo e aspecto verbal na estruturação do discurso narrativo*. Belo Horizonte: UFMG, 1992. (Dissertação: Mestrado em Lingüística).
- DU BOIS, John W. Beyond definiteness: the trace of identity in discourse. In: CHAFE, Wallace L. (Ed.). *The pear stories*. Norwood, New Jersey: Ab ex Publishing Corporation, 1980.
- GIVÓN, Talmy. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co., 1984, v.I.
- HOPPER, P. & THOMPSON, S. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, v. 56, n. 2, p.252-299, June, 1980.
- LABOV, William. *Language in the inner city*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- SARAIVA, Maria Elizabeth Fonseca. O objeto incorporado em português. *Cadernos de Pesquisa*. Belo Horizonte: NAPq, FALE/UFMG, n.2, janeiro, 1992.
- \_\_\_\_\_. "Buscar menino no colégio": a questão do objeto incorporado em português. Campinas: Pontes, 1997.



## Uma visão modular da pontuação

Ana Maria Nápoles Villela.  
Doutoranda-FALE/UFMG

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em minha dissertação de mestrado, procuro apresentar evidências a favor de uma “teoria da pontuação” que elucide suas funções em uma visão enunciativa/discursiva. A análise do *corpus* selecionado foi feita tendo em vista a articulação tema-rema e a hierarquia tópica. Foram propostas, então, algumas outras funções para o ponto-final: delimitar a construção de tópicos, delimitar a construção de subtópicos, delimitar a articulação tema-rema e segmentar remas.

Terminado o mestrado, continuei pesquisando o que a pontuação representa no processo da escrita. Passei a dedicar-me aos estudos sobre complexidade da organização do discurso na perspectiva modular dos lingüistas da Escola de Genebra e, especialmente, aos trabalhos relacionados à forma de organização periódica, que, de acordo com essa abordagem, deve dar conta do sistema de pontuação do discurso. Refiro-me aos trabalhos de Roulet (1985), (1991), (1995) e (1998); Auchlin & Ferrari (1995); Berthoud & Mondada (1995) e Grobet (1997), entre outros.

Assim, neste trabalho, procuro mostrar que a pontuação é um recurso de segmentação do texto escrito que pode ser melhor explicado a partir de inter-relações modulares. Para isso, vou analisar cinco pequenos textos mostrando os processos de relação entre módulos e formas de organização que interferem na estrutura de cada um deles.

## O REFERENCIAL TEÓRICO

Como se trata de uma perspectiva de análise bastante nova e pouco conhecida no Brasil, acredito ser necessário apresentar uma visão panorâmica da teoria modular proposta por Eddy Roulet e sua equipe de pesquisadores que, desde o início dos anos 80, têm se dedicado à análise de discursos autênticos. É importante lembrar que, nessa concepção, discurso é empregado como termo genérico, para designar todo e qualquer acontecimento de comunicação verbal, seja dialógico ou monológico, oral ou escrito, literário ou não literário.

Roulet (1996:4) insiste em mostrar que adota a abordagem modular somente como hipótese metodológica, como procedimento de análise. Propõe a construção de um modelo modular que permita simular a complexidade de organização do discurso, para explicar o funcionamento da interação verbal, sem pretender explicar a maneira pela qual o espírito humano trata efetivamente disso e sem considerar a modularidade como um reflexo de mecanismos psicológicos.

Esse autor diz admitir, como Charaudeau (apud Roulet, 1991: 8), que a interação verbal se desenvolve no ponto de encontro entre duas entidades: um repertório verbal e uma situação de interação. A partir daí, levanta a hipótese de que a construção e a interpretação da interação verbal estão submetidas a três tipos de restrições:

- a) *situacionais*, ligadas ao universo de referência, ao contexto social, à situação de interação e ao contexto psicológico;
- b) *lingüísticas*, ligadas à sintaxe, ao léxico, à semântica, à fonologia ou à ortografia da(s) variante(s) lingüística(s) utilizada(s);
- c) *discursivas*, ligadas aos diferentes planos de organização do discurso: hierárquico, relacional, enunciativo, polifônico, informacional, periódico e composicional.

Nessa perspectiva, a língua, no discurso, não se opõe à situação (ou ao contexto). Não há um interior e um exterior do discurso. Esse é o resultado de combinações de informações lingüísticas, textuais e situacionais.

Tal como é concebida no modelo de 1998, essa hipótese metodológica pressupõe duas exigências:

- a) decompor a organização complexa do discurso em um número limitado de subsistemas (ou módulos), reduzidos a informações as mais elementares (*découpage*);
- b) descrever, de maneira bastante precisa, a forma pela qual essas informações podem ser combinadas para dar conta das diferentes possibilidades de organização dos discursos analisados (*couplage*).

Roulet (1998: 46) distingue *módulos* ou *dimensões* do discurso, que correspondem aos diferentes módulos do sistema (sintático, hierárquico, referencial), daquilo que denomina *formas de organização* (polifônica, informacional, periódica, etc.). Essas são estruturas compostas, resultantes da combinação de informações dependentes de diferentes módulos.

Há duas formas de organização:

- a) *elementares*: resultam da *couplage* de informações simples provenientes dos módulos e decorrem, essencialmente, de uma decomposição do discurso em constituintes enunciativos (discursos produzidos e representados), informativos (unidades e movimentos periódicos) ou sequenciais (seqüências típicas narrativa, deliberativa, procedimental), em diferentes níveis de encaixe;
- b) *complexas*: derivam de informações dos módulos e/ou das formas de organização elementares; por exemplo, a noção de objeto principal do discurso é definida juntando-se informações de origem informativa e hierárquica.

## A ANÁLISE

Considerando que o primeiro contato dos alunos com a língua escrita se dá através da mídia, a que todos nós estamos expostos, procurei extrair dela pequenos exemplos para constituir o *corpus* dessa análise. Podemos constatar que a pontuação empregada nos textos selecionados é bastante atípica e, por isso, afasta-se, muitas vezes, daquela normalizada pela gramática tradicional, tendência essa que se apresenta de forma mais acentuada no que se refere ao emprego do ponto-final. Observamos que esse sinal tem sido usado, atualmente, no interior de enunciados simples e complexos, com a mesma configuração descrita pela tradição gramatical: seguido de um espaço

em branco e de uma palavra iniciada por maiúscula. Isso pode ser comprovado pela segmentação do sintagma preposicionado *De Andar*. no primeiro exemplo:

(1) O melhor da moda internacional  
em roupas e acessórios femininos está mudando.

*De Andar.*

A City Pocket do Shopping Cidade passou do piso  
Rio de Janeiro para o piso Tupis.

Sempre preocupada com a satisfação de seus clientes,  
a City Pocket mudou para uma loja maior,  
proporcionando uma melhor visualização dos seus  
produtos e um melhor atendimento.

Mala Direta da City Pocket

Alguns gramáticos brasileiros abordaram essa tendência atual do uso do ponto-final e encontraram duas razões para esse fato: expressividade ou afetividade, ênfase ou realce.

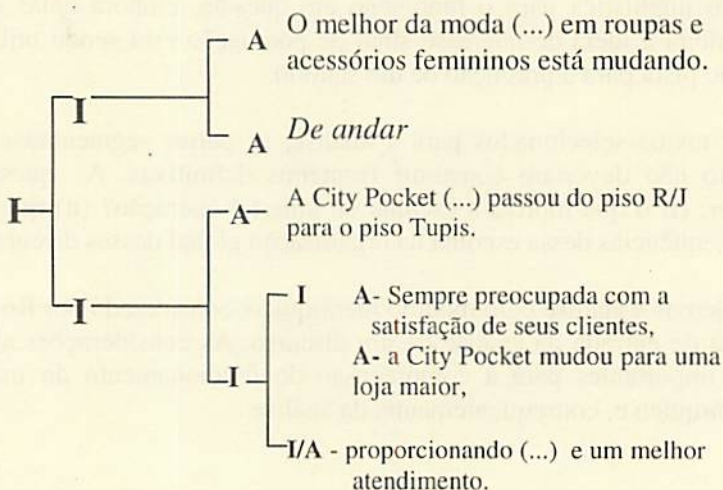
Eles vêm nesse uso do ponto-final um recurso valioso para atrair o leitor, para prender a sua atenção e até para chocá-lo. Mas as explicações dadas por eles não satisfazem, por não constituírem uma razão lingüística para o fenômeno em questão, embora nelas esteja implícita a idéia de que esse sinal de pontuação está sendo utilizado como pista para a produção de um sentido.

Nos textos selecionados para a análise, as partes segmentadas pelo ponto não deveriam constituir fronteiras definitivas. A questão é saber: (i) o que motiva a escolha de uma tal operação? (ii) quais as conseqüências dessa escolha na organização global desses discursos?

Iniciemos a análise pelo módulo hierárquico, considerado por Roulet a porta de entrada da análise de um discurso. As considerações abaixo são importantes para a compreensão do funcionamento do módulo hierárquico e, conseqüentemente, da análise :

- a) toda atividade de linguagem (um convite, um pedido de informação, uma proposição, etc.) abre um processo de negociação entre dois interlocutores;
- b) toda negociação se realiza sob a forma de unidade textual chamada troca (T) e cada fase da negociação, sob a forma de unidade chamada intervenção (I), que, por sua vez, é constituída de atos (A);
- c) a estrutura hierárquica é o resultado desse processo dinâmico de negociação;
- d) ela define os constituintes de base da estrutura do texto: a troca, a intervenção e o ato e as relações de dependência, interdependência e independência entre os mesmos;
- e) o módulo hierárquico baseia-se no princípio da recursividade: uma intervenção pode ser formada de constituintes de nível superior, igual ou inferior, o que permite engendrar as estruturas hierárquicas dos textos dialógicos e monológicos, desde os mais simples até os mais complexos;
- d) cada ato hierárquico ativa um objeto de discurso (informação ativada no texto).

Procedendo ao que Roulet chama de *découpage* do texto em análise, ou seja, à decomposição desta intervenção (unidade maior do discurso monológico) em seus constituintes mínimos - em atos - teremos a seguinte estrutura hierárquica :



É interessante observar que, nesse exemplo, o ponto-final segmenta os constituintes da primeira intervenção da estrutura hierárquica criando uma fronteira de ato - *De Andar*. - que não existiria sem o emprego desse sinal de pontuação.

Antes de proceder à análise da forma de organização periódica, é importante lembrar que:

a) ela descreve os diversos fenômenos ligados ao desenvolvimento “dinâmico” da estrutura hierárquica, isto é, à sua construção por etapas no tempo;

b) ela visa a decompor o discurso em *unidades periódicas* (segmentos apresentados como distintos e não autônomos, marcados, na escrita, por uma vírgula, ponto-e-vírgula e dois pontos) e em *movimentos periódicos* (segmentos apresentados como distintos e autônomos, marcados na escrita por um ponto-final, de interrogação ou de exclamação);

c) uma unidade periódica, na medida em que coincide com um argumento/contra-argumento, é um ato;

d) as fronteiras das unidades e dos movimentos periódicos coincidem, quase sempre, ainda que de maneira não biunívoca, com as fronteiras de atos e intervenções.

Grobet (1997: 98) postula tratar-se de uma forma de organização resultante da *couplage* de informações do módulo hierárquico (para analisar os constituintes) e de informações da organização gráfica (para analisar as unidades e os movimentos periódicos). O módulo periódico está, também, associado aos fenômenos de reformulação, de retrointerpretação, ao modo de estocagem da informação na memória discursiva e à restrição da completude dialógica e monológica.

Numa análise periódica temos, nesse exemplo, uma intervenção constituída de quatro movimentos discursivos. Note-se que o segundo deles só adquire esse *status* graças ao ponto-final. Os três primeiros movimentos discursivos são constituídos de um único ato e o quarto, de três atos que coincidem com as três unidades periódicas.

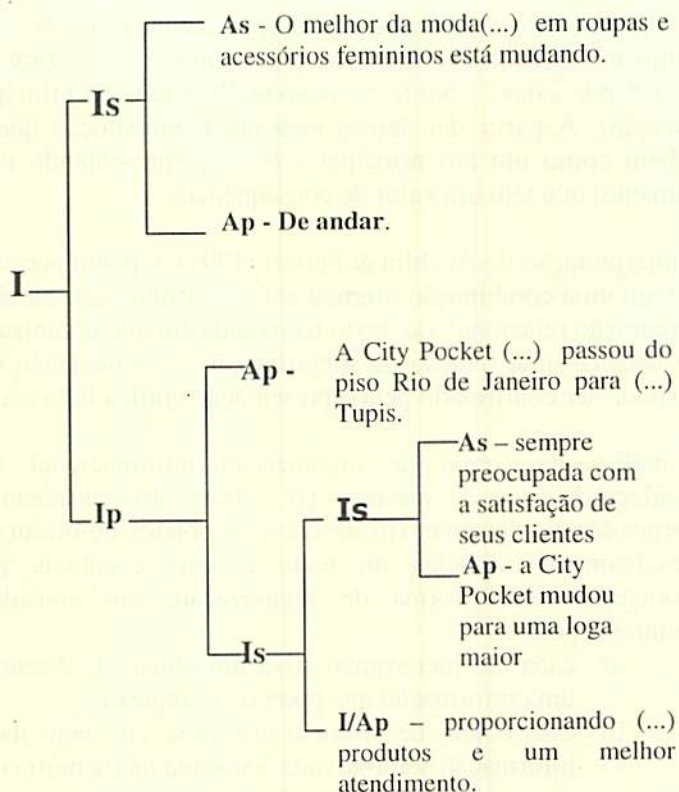
De acordo com Roulet, a organização periódica é uma linearização. Marca a linearidade do produto na hierarquia. O que aparece na organização periódica como produto é um processo hierárquico. Desse modo, o processo de hierarquização é que produz o fenômeno de

periodicidade. Em outras palavras, na aparente linearidade do discurso inscreve-se a hierarquia.

Passemos agora à *découpage* da forma de organização relacional, levando em conta que:

- a) essa forma de organização resulta da *couplage* de informações provenientes do módulo hierárquico (os constituintes do texto, em diferentes níveis) com as informações de natureza lexical (as instruções fornecidas pelos conectores) ou com as informações de natureza referencial (por exemplo, uma relação de consequência entre dois fatos);
- b) trata tanto das relações ilocucionárias e interativas que se estabelecem entre os constituintes da estrutura hierárquica, como das informações relativas à memória discursiva;
- c) os discursos monológicos (objeto de análise deste trabalho) - de acordo com a descrição da forma de organização relacional - são formados por constituintes imediatos, associados por funções interativas, que têm *status* de principais e de subordinados;
- d) ato principal (*Ap*): constituinte dominante, aquele que é responsável pela função ilocucionária (ordem, pedido, pergunta) de uma intervenção;
- e) ato secundário (*As*): argumentos usados a partir do ato principal;
- f) as funções interativas podem ser de natureza: (i) argumentativas (ato ou intervenção subordinados (*As* ou *Is*): abrangem os argumentos, os contra-argumentos e as consequências; podem ou não ser expressas por conectivos; (ii) não-argumentativas: abrangem as operações reformulativas, parafrásticas ou não, que têm sempre estatuto de principais, e as operações metadiscursivas, sempre associadas a constituintes subordinados.

Conjugando a representação gráfica das informações provenientes do módulo hierárquico com informações da forma de organização relacional teremos:



Temos, então, uma única intervenção - *I* - constituída de uma intervenção subordinada - *Is* - e de uma intervenção principal - *Ip* - que funciona como um constituinte reformulativo da *Is*.

A *Is* é constituída de um ato subordinado - *As* - e de um contra-argumento - *Ap* -, que é a informação mais importante do texto. Esse constituinte seria preferencialmente preenchido por: mudou de cidade, de endereço, mudou o tipo de atendimento, de estilo. Entretanto, não é nada disso, a loja vai continuar no mesmo endereço. Muda apenas de andar. Graças ao ponto, esse contra-argumento adquire mais autonomia e muito mais força de expressão.

Na intervenção seguinte, o autor retoma a mesma idéia para explicar as razões de tal mudança através de uma intervenção principal - *Ip* - (porque é reformulativa) que, por sua vez, contém um ato principal -



*Ap* - (uma asserção) e uma intervenção secundária - *Is* - (um novo argumento) constituída de um ato subordinado - *As* - (argumento de causa “*por estar sempre preocupada*”) e um ato principal - *Ap* - (asserção). A partir daí, temos uma nova intervenção que funciona também como um ato principal - *//Ap* -, apresentando um contra-argumento que tem um valor de conseqüência.

Na interpretação de Auchlin & Ferrari (1995), o ponto permite colocar em jogo uma combinação original entre a estruturação hierárquica e a estruturação relacional do texto na medida em que organiza as partes e estabelece uma relação de subordinação e coordenação entre elas. Isso pode ser confirmado pela representação gráfica feita acima.

A análise da forma de organização informacional será feita considerando que a mesma: (i) trata do encadeamento das informações no discurso; (ii) descreve os objetos do discurso que são sucessivamente ativados no texto e seus eventuais pontos de ancoragem. Nessa forma de organização, são consideradas as seguintes hipóteses:

- a) cada ato hierárquico ativa um objeto de discurso, isto é, uma informação que pode ser complexa;
- b) esse objeto de discurso ancora-se em, pelo menos, uma informação semi-ativada, estocada na memória discursiva, que constitui seu ponto de ancoragem;
- c) um objeto de discurso pode ter vários pontos de ancoragem; aquele que parece ser o mais imediatamente acessível na memória discursiva, geralmente porque acaba de ser evocado e/ou porque é verbalizado por um traço anafórico, constitui o *tópico*.

Para Espuny (1999: 69), à organização informacional do discurso interessa a continuidade do conteúdo informacional, ou o encadeamento entre as informações ativadas sucessivamente no texto. Algumas dessas informações correspondem a constituintes hierárquicos explicitados lingüisticamente e outras, a informações estocadas na memória discursiva. Tal organização vai, pois, descrever os objetos de discurso (a informação ativada no texto) e os tópicos (os eventuais traços de pontos de ancoragem desses objetos de discurso ou informações semi-ativadas).

De acordo com os dados extraídos de uma avaliação da organização informacional, vemos que a informação principal do texto aqui examinado é a mudança de andar, que está destacada pelo ponto e que é reativada em dois outros constituintes: *passou do piso Rio de Janeiro para o piso Tupis; mudou para uma loja maior.*

Esta análise nos mostra também que a forma de organização informacional deve ser levada em conta na descrição da topicalização e que, para a recuperação do processo de como se dá a organização tópica de um discurso, há que se considerar o processo de segmentação das unidades periódicas e dos movimentos discursivos.

Este breve exercício de análise permitiu mostrar como a organização periódica e a pontuação gráfica interagem com a dimensão informacional em dois níveis: de um lado, a organização periódica permite distinguir os constituintes que devem ser tratados como objetos de discurso. De outro lado, a segmentação gráfica que intervém no interior das unidades hierárquicas pode ser um índice de ativação de um objeto de discurso ou de uma de suas partes. Essas observações decorrem diretamente do fato de que cada ato hierárquico ativa um objeto de discurso.

Podemos concluir que o constituinte - *De andar*- objeto principal desta análise (i), do ponto de vista hierárquico, é um ato; (ii) do ponto de vista periódico, é um movimento discursivo; (iii) do ponto de vista relacional, é um contra-argumento; (iv) do ponto de vista informacional, é o tópico do discurso.

Minha hipótese é que este emprego do ponto tem uma função argumentativa. O produtor do texto sinaliza qual informação deve ser considerada mais importante e, para isso, manipula o código. Com esse artifício, o autor focaliza a atenção do leitor para o contra-argumento: *De andar*.

Nos exemplos abaixo, a atenção é focalizada nos contra-argumentos: - *No esquecimento*, em (2), e *E, acima de tudo, Technos*, em (3).

(2) Ironicamente, o que levou Santos Dumont a subir pela primeira vez em um avião foi o medo de cair. *No esquecimento*. A mesma preocupação que faz a Itaú Seguros investir tanto em inovação. Foi

ela quem lançou antes de todo mundo o Centro de Atendimento Rápido. Onde você leva o seu carro batido e recebe autorização para o concerto na mesma hora. Outro exemplo de bom pioneirismo. (Veja.12/11/97)

(3) *Technos*

*Titanium 98.*

Tão leve que só pesa  
na qualidade.  
Mais resistente que o aço.  
À prova d'água. Antialérgico.

*Anticorrosivo. Tecnologia*

e ciência de última geração.  
*E, acima de tudo, Technos.*  
(Veja. 17/12/97)

Ainda que em (3) as estruturas hierárquica e relacional não sejam afetadas pela presença do ponto, a opção do produtor do texto é significativa, pois cria um efeito de quebra de continuidade no desenvolvimento da informação e destaca cada objeto do discurso em particular<sup>1</sup>. Ao desacelerar o fluxo informativo, focaliza cada nova idéia acrescentada.. Além do mais, o *constituente E, acima de tudo, Technos*, introduz a grande reformulação final das várias qualidades já apontadas e focaliza a informação mais importante: a marca *Technos* é a maior garantia de qualidade.

Vejamos os dois últimos exemplos:

(4) Ao buscar o melhor investimento, tem gente que procura segurança em todos os lugares. *Menos no lugar certo.* (Estado de Minas. 26/12/97)

---

<sup>1</sup> Por uma questão de espaço não será possível fazer a representação gráfica das análises hierárquica e relacional.

(5) Confissões de um adolescente explica tudo o que eles têm na cabeça. *Menos o boné ao contrário.* (Veja. 26/10/97)

O ponto articula segmentos apresentados como autônomos, ambos movimentos discursivos, sem tocar na estrutura hierárquica. O movimento periódico introduzido por *menos* marca claramente uma nova etapa do texto e da reflexão.

Nesses exemplos, temos a parte segmentada pelo ponto funcionando também como um contra-argumento que vem destacado graficamente pelo ponto-final.

Pelo que se pôde ver, ao recorrer à segmentação através da pontuação de uma das partes do enunciado, o autor do texto procura elevar essa parte a uma posição significativa mais importante. Da mesma forma, muitas vezes aquilo que o professor assinala, no texto dos alunos, como sem sentido ou de sentido incompleto, está a serviço da função discursiva da linguagem

Essa ocorrência do ponto-final na segmentação do texto escrito que contraria a gramática tradicional, não deve ser vista como um desvio, pois tal recurso tem um papel sinalizador para uma interpretação adequada do enunciado: criar um ato que está contra-argumentando com o que foi apresentado antes - essa é uma explicação conseguida pela conjugação de uma análise das estruturas hierárquica e relacional.

Conjugando informações provenientes de formas de análise variadas, conseguimos visualizar esse efeito do emprego do ponto-final no interior do enunciado, no funcionamento discursivo e, assim, damos mais sustentação às nossas conclusões. Numa análise de perspectiva tradicional, percebemos isso, mas não temos como explicar.

Vimos, então, que, no interior dos constituintes informacionais, a fronteira de ato obtida através do ponto pode ser significativa. Ainda que se trate de fenômeno altamente facultativo, existem certas irregularidades no lugar de sua ocorrência, mas isso já é assunto para uma outra análise.

## CONCLUSÃO

Se tomarmos o texto como um produto acabado, pronto, teremos de considerar apenas uma possibilidade de pontuação. Como explicar as outras? O grande objetivo do modelo organizacional é permitir que acompanhem esse refinamento do discurso.

Para tanto, parti de alguns exemplos, tomados como modelos do tipo de texto que constitui este *corpus*, avaliando de que maneira o emprego do ponto interfere na estrutura hierárquico-relacional e altera a organização do discurso, bem como as implicações na sua interpretação. Cumpre lembrar que essa separação deve-se apenas a razões didáticas e que a leitura aqui apresentada é uma das leituras possíveis para os textos analisados.

Para Eddy Roulet, uma abordagem modular apresenta um duplo interesse na medida em que promove uma melhor integração entre a gramática e a análise do discurso. De acordo com esse lingüista, essa abordagem é, sem dúvida, a que fornece ao professor uma representação menos reduzida e mais rica daquilo que constitui a competência discursiva, pois permite ir além das considerações estritamente lexicais, sintáticas, enunciativas ou situacionais dos textos escolares para explorar as suas dimensões textuais e, também, as interações entre essas e as estruturas gramaticais

Como procurei mostrar, no sistema de análise modular, as diferentes dimensões são regidas por princípios independentes e podem, por isso, ser estudadas separadamente, mas as estruturas que elas produzem combinam-se na produção e na interpretação de um discurso particular. Por essa razão, somente a descrição sistemática das articulações entre os diferentes níveis permite chegar a uma interpretação adequada do enunciado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUCHLIN & FERRARI, A. Le point: signe de ponctualisation. In: *Cahiers de Linguistique Française*, n. 17, 1995: 35-56.
- BERTHOUD, A. C. & MONDADA, L. Traitement du Topic, processus énonciatifs et séquences conversationnelles. In: *Cahiers de Linguistique Française*, n. 17, 1995: 205-228.
- GROBET, Anne. La ponctuation prosodique dans les dimensions périodique et informationnelle du discours. In: *Cahiers de Linguistique Française*, n. 19, 1997: 83-123.
- ESPUNY, Janina. La diaphonie dans l'échange en face à face. In: *Cahiers de Linguistique Française*, n. 21, 1999: 61-77.
- NÁPOLES, Ana Maria Villela. *Pontuação e interação*. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. PUC-MG. 1998.
- PIRES, Maria Sueli de Oliveira. *Estratégias de negociação Discursiva entre Adolescentes*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1996.
- PIRES, Maria Sueli de Oliveira. *Estratégias discursivas na adolescência*. São Paulo: Arte & Ciência/UNIP, 1997.
- ROULET, Eddy. Vers une approche modulaire de l'analyse du discours. In: *Cahiers de Linguistique Française*, n. 12, 1991: 53-81.
- \_\_\_\_\_. Vers une approche modulaire de l'analyse de l'interaction verbale. In: VÉRONIQUE, Daniel & VION, Robert (ed.). *Modèles de l'interaction verbale*. Publications de l'Université de Provence, 1995.
- \_\_\_\_\_. Um modelo e um instrumento de análise sobre a organização do discurso. In: MARI et alii.(Org) *Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999.
- \_\_\_\_\_ et alii, *L'articulation du discours en français contemporain*. Berne, Lang. 1985.

## ALGUMAS BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE FICÇÃO

Emília Mendes Lopes  
Mestranda - FALE/UFMG

### INTRODUÇÃO

Um fenômeno instigante que perpassa a história da humanidade é o de saber o que é o fatural e o que é o não-fatural. De um modo implícito, tal tipo de questão nos é colocado desde a infância, quando ouvimos histórias de ogros, fadas, fábulas nas quais animais têm voz e pensamento semelhante aos humanos. Ou ainda, quando mundos muito diferentes do que vivemos são descritos. Essa mesma questão nos segue durante toda a vida, integrada aos textos literários, aos fatos quotidianos, jornais, revistas, em biografias e autobiografias, no cinema, no teatro.

A partir dessa reflexão é que perguntamos: o que é ficção? Há um discurso ficcional? Como reconhecemos tal fenômeno?

Escolhemos, como base para o desenvolvimento de nossa pesquisa, o artigo de Searle (1995: 95-119) intitulado "O estatuto lógico do discurso ficcional". Parece-nos que esse artigo chama a atenção para os pontos cruciais concernentes ao estudo da ficção, embora não estejamos plenamente de acordo com as soluções apontadas por este teórico.

Ainda nos valeremos do ponto de vista de Hamburger (1975) e da escola alemã. Essa perspectiva defende a existência de marcas enunciativas para a ficção. E, por fim, exporemos a noção de Contrato de Comunicação na perspectiva de Charaudeau (1983). Consideramos que a noção de contrato é um dos meios possíveis de se explicar a ficção.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Gostaríamos de esclarecer algumas nuances que tornam um pouco confusa a compreensão do nosso objeto de estudo. Assim, antes de definirmos o que é ficção, é necessário que façamos alguns contrastes entre o referido conceito e outras noções como *mentira*, *narração* e *literatura*:

- *Mentira x Ficção* - Na perspectiva de Searle (1995: 108) a distinção entre uma e outra é feita através de um conjunto de convenções. No caso da mentira, a convenção é traduzida na intenção de enganar. No caso da ficção, embora os enunciados não sejam verdadeiros, não há tal intenção. *Grosso modo*, contraporíamos a opinião de Searle com a de Auchlin (1997), para quem a mentira é uma relação ternária que prescinde sempre de um mentiroso, de uma vítima e de um testemunho que a explicita. Em oposição à mentira, a ficção seria uma relação binária. De uma maneira genérica, poderíamos dizer que a ficção somente seria explicitada a partir do reconhecimento de alguma forma de contrato preestabelecido entre o locutor e o interlocutor. Evidentemente, a ficção pode ser usada para construir um ato de mentira.
- *Narração x Ficção* - A narração não possui, necessariamente, dados ficcionais. Em outros termos, podemos ter narração sem que tenhamos um discurso ficcional. Baseando-nos em Charaudeau (1992: 635), diríamos que a narração é um Modo de Organização do Discurso, ou seja, “*os modos de organização do discurso são de ordem linguageira. Eles reúnem os procedimentos da encenação do ato de comunicação que corresponde a algumas finalidades (descrever, narrar, argumentar).*” Assim sendo, sempre que necessitamos contar uma ação passada, estaremos nos valendo predominantemente do Modo de Organização Narrativo do Discurso.
- *Literatura x Ficção* - A literatura é um determinado juízo de valor estético atribuído a uma produção discursiva que é legitimada por uma instituição. A ficção não pode ser reduzida a essa produção, embora seja um de seus componentes de base.



Há um ponto de vista da escola alemã, defendido por Hamburger (1975), através da qual é postulada a existência de marcas lingüísticas para a ficção. Em linhas gerais são estas as características enunciativas da ficção: (i) emprego dos verbos que descrevem processos interiores usados na terceira pessoa (pensar, refletir, acreditar, sentir, esperar, entre outros) aplicados a pessoas diferentes do enunciador do enredo; (ii) emprego do discurso indireto livre e do monólogo interior; (iii) utilização de anáforas sem antecedentes; (iv) utilização de verbos de situação (por exemplo, lavar-se, ir, sentar-se, ter uma noite agitada) em enunciados que dizem respeito a eventos distantes no tempo e no espaço, ou cuja data é indeterminada; (v) emprego maciço de diálogos; (vi) emprego de dêiticos espaciais reportados a terceiros e, sobretudo, a combinação de dêiticos temporais com o uso do tempo verbal mais-que-perfeito.

Do ponto de vista lingüístico, parece-nos não ser possível discernir um texto ficcional de um não-ficcional. No nosso entender, todos os itens levantados pela referida autora poderiam ser encontrados em qualquer tipologia textual, independente de tais textos possuírem ou não um estatuto ficcional ou factual. Somente fazendo uma curta exemplificação, é possível que encontremos verbos que descrevem processos interiores em uma entrevista, na fala de um porta-voz do governo ou de qualquer outra autoridade, em biografias, em autobiografias, etc. De acordo com Searle (1995:106) “... *Não há nenhuma propriedade textual, sintática ou semântica, que identifique um texto como uma obra de ficção*”.

Dessa forma, postular que existe uma linguagem específica usada em textos ficcionais é postular que usamos uma outra língua quando construímos a ficção. Achamos que não se possa argumentar que nós o façamos, usamos a mesma língua para situações ditas ficcionais e para situações ditas factuais. Nesse sentido, as observações de Searle (1995:104) são relevantes:

*“Portanto, qualquer um que (sic) sustente que a ficção contém atos ilocucionários diferentes dos contidos na não-ficção compromete-se com a concepção de que as palavras não têm, nas obras de ficção, seus significados normais. Essa concepção é*

*pelo menos prima facie, impossível, já que, se fosse verdadeira, seria impossível para qualquer pessoa entender uma obra de ficção sem aprender novos conjuntos de significados correspondentes a todas as palavras e outros elementos contidos na obra; e, já que qualquer sentença pode ocorrer em uma obra de ficção, um falante da língua, para ter a capacidade de ler qualquer obra de ficção, teria de aprender essa língua novamente, uma vez que cada sentença da língua teria um significado ficcional e um significado não-ficcional.”*

Assim, poderíamos dizer que a ficção somente pode ser percebida discursivamente e é nessa direção que nos guiaremos.

#### FICÇÃO E ATO DE FINGIR

Para Searle (1995:106), a ficção é, simplesmente, um ato de fingir. *“fingir é um verbo intencional: isto é, é um desses verbos que têm embutidos em si o conceito de intenção. De fato não se pode dizer que alguém fingiu fazer algo a menos que tenha tido a intenção de fazê-lo”*.

Tal tese é endossada pelas seguintes conclusões:

a) o autor de uma obra de ficção finge realizar uma série de atos ilocucionários, normalmente do tipo assertivo.

Parece-nos que uma obra de ficção não poderia ser reduzida a uma realização de atos assertivos. Tomemos, por exemplo, um romance na sua forma clássica, visto globalmente como uma obra de ficção – embora, mesmo em um romance, tenhamos uma mistura de efeitos de ficção e de efeitos de real, como afirmam Searle (1995) e Charaudeau (1983). Podemos encontrar nesse caso não apenas atos assertivos, mas também os outros tipos de atos: expressivo, comissivo, declarativo e diretivo. Se pensarmos em um romance escrito em primeira pessoa, a predominância pode ser de atos expressivos, cujo *“propósito ilocucionário é expressar um estado psicológico, especificado na condição de sinceridade, a respeito de um estado de coisas,*

*especificado no conteúdo proposicional*” (Searle, 1995:23). Por outro lado, se inventarmos um manual de etiqueta, ou uma receita, teremos a predominância de atos diretivos, ou seja, atos cujo propósito ilocucionário consiste no fato de que “*são tentativas (...) do falante de levar o ouvinte a fazer algo*” (Searle, 1995:21). Dessa forma, não poderíamos dizer que ficção se reduziria a atos ilocucionários do tipo assertivo.

#### b) Fingir é intencional

Baseando-nos em Searle (1995), o critério para identificar se um texto é ou não uma obra de ficção deve necessariamente estar fundamentado nas intenções ilocucionárias do autor. Assim sendo, já que a ficção não possui uma marca lingüística que a caracterize, somente a postura ilocucionária que o autor assume em relação a esse texto pode defini-lo como tal, ou seja, a *intenção de fingir realizar atos*.

Então nos perguntamos: como o autor pode explicitar as suas intenções? Como o leitor pode reconhecer estas intenções? Através de que dispositivo podemos avaliá-las? Na concepção de Searle (1995:106) a intenção de se fazer ficção somente pode ser concebida como um conjunto de convenções que a regeria. E é sobre estas convenções que o referido teórico ancora a sua terceira conclusão:

#### c) O ato de fingir é convencional

As elocuições fingidas que constituem um discurso ficcional são possíveis em virtude da existência de um conjunto de convenções que suspendem a operação normal das regras que relacionam os atos ilocucionários ao mundo. Para uma maior explicitação, estas convenções são como regras de um jogo. No entanto, essas regras não podem ser confundidas com as regras da linguagem e da sua relação com o mundo, elas são necessariamente extralingüísticas.

A partir dessa noção de convenção (contrato) é que tentaremos tentar explicar o discurso ficcional. Para tal, valer-nos-emos da Teoria Semiolingüística de P. Charaudeau.

## FICÇÃO E CONTRATO DE COMUNICAÇÃO

De acordo com Charaudeau (1983: 93) o ato de linguagem é uma encenação que depende de um contrato de comunicação. Esse ato está subordinado a um conjunto de restrições que o fazem pertencer a um certo gênero discursivo e depender de um contrato de comunicação determinado.

Assim, do ponto de vista da Teoria Semiolingüística, falar de contrato de comunicação é sustentar a idéia de que todo ato de comunicação se inscreve em um quadro pré-estruturado. Em outras palavras, as trocas languageiras são predeterminadas. No entanto, como o afirma Charaudeau (1995), esse quadro varia de acordo com a situação na qual se inscreve o ato de languageiro. Ela é definida em quatro termos:

- a) a finalidade das trocas (“falar para atingir qual finalidade?”)
- b) a identidade dos parceiros (“quem se endereça a quem?”)
- c) a proposição (“falar do quê?”)
- d) o dispositivo (“falar em qual quadro?”)

Quando estes termos não são reconhecidos, a comunicação tende a fracassar. É o caso dos mal-entendidos, por exemplo. Por outro lado, quando são reconhecidos, eles permitem a identificação das tipologias discursivas as mais diversas: discurso publicitário, discurso político, discurso ficcional, entre outros.

De acordo com Charaudeau (1995), a comunicação pode ser representada como um jogo de sociedade no interior do qual cada um dos parceiros, em função das regras do contrato, tem ainda a liberdade de fazer cálculos e de localizar uma estratégia. O cálculo seria definido como a possibilidade de fazer hipóteses sobre a identidade e a competência do outro. Já a estratégia consiste em operacionalizar os meios de persuadir ou seduzir o outro.

Ainda na perspectiva semiolingüística, as estratégias discursivas podem ser agrupadas em três planos:

a) *Legitimidade* - Segundo Charaudeau (1995) ela é externa ao sujeito falante e se origina do estatuto mais ou menos institucional do locutor. É a legitimidade que dá o poder de dizer. Ela não pode ser o objeto de uma avaliação ou de uma gradação. Ela resulta da constatação de uma adequação entre um ato de fala, uma situação e a posição social do seu autor. Entretanto, a legitimidade pode ser invalidada nestes casos: (i) quando não é percebida pelo outro - ignorância sobre o estatuto daquele que fala; (ii) quando o sujeito que comunica não quer falar em seu nome - deslocamento do estatuto; (iii) quando ela é frágil e necessita ser endossada.

b) *Credibilidade* - De acordo com Charaudeau (1995), a legitimidade não é suficiente para assegurar o direito à fala. Para ser ouvido o locutor deve ser julgado apto para saber dizer a verdade. É necessário que ele se mostre capaz de provar a sua capacidade em lidar com as restrições impostas pelo contrato. Encontram-se nesse espaço as estratégias que tendem a comprovar a habilidade do locutor em “saber dizer”. Tal comprovação é direcionada para uma busca de racionalidade que fundamente as teses defendidas. Na visão de Charaudeau (1993:55), a credibilidade “*representa uma capacidade de capitalizar uma autoridade de fato pela mostraçõ de um saber-fazer (competência). (...) Logo, ela é fundadora do ‘direito à fala’*”

c) *Captação* - Conforme Charaudeau (1995), é a atitude que consiste em tocar o afeto do auditório, em provocar nele um certo estado emocional que seja favorável a uma *visée* de influência do sujeito falante. Encontramos nesse espaço as estratégias que tendem a emocionar o interlocutor a partir de procedimentos como: entonação da voz, procedimentos de sugestão, de conivência, de humor, entre outros.

Parece-nos que o contrato ficcional se ancora nessas três estratégias. Do ponto de vista da legitimidade, esta estratégia pode ser reconhecida seja através de instituições como a literária, a cinematográfica, a teatral, seja através de paratextos que legitimam essa relação. Em alguns casos a legitimidade também pode ser reconhecida na figura do sujeito comunicante, pelo estatuto que ele ocupa na sociedade. Por exemplo, se tomamos um texto de Machado

de Assis, já possuímos uma expectativa de que lidaremos com um discurso ficcional. Por outro lado, se tomamos um texto de Noan Chomsky, pensaremos, *a priori*, que se trata de um texto técnico, portanto, fatural.

Mencionando as estratégias de credibilidade e de captação, podemos reconhecê-las quando um discurso ficcional perpassa outros discursos, tanto com finalidade persuasiva quanto com o objetivo de criar efeitos estéticos, de humor, etc. Não raro, o discurso ficcional é usado para ilustrar situações quotidianas, por exemplo, o uso de fábulas, de obras literárias e teatrais consagradas. Dessa forma, tais estratégias podem ser reconhecidas em intertextos e em intradiscursos.

## CONCLUSÃO

Em suma, poderíamos dizer que não seria possível diferenciar o factual do não factual através de marcas enunciativas. No nosso entender, a ficção seria identificada de um ponto de vista discursivo, mais especificamente, a partir da relação contratual entre locutor e alocutário. É por esse caminho que temos conduzido a nossa pesquisa, até o presente momento.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- AUCHLIN, A. Beau mensonge et qualités de parole en pragmatique linguistique In: BAKKALI-YEDI, M., ZEGGAF, A. (Coord.) *Le beau mensonge*. Rabat: Publications de la Faculté des Lettres et Sciences Humaines, 1997. p. 21-43.
- CHARAUDEAU, P. Des conditions de la mise en scène du langage. DECROSSE, A. *L'esprit de société*. Liège: Mardaga, 1993.
- \_\_\_\_\_. Ce que communiquer veut dire. *Sciences Humaines*. s/l: n° 51, juin, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Langage et discours*, Paris: Hachette, 1983.
- HAMBURGER, K. *A lógica da criação literária*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MACHADO, I. L. *Le fait divers: tragédie moderne?* Rencontres São Paulo: dezembro 1995, n. 6, p. 15-25.
- SEARLE, J. *Expressão e significado*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

## CALVINO E SEU PROJETO RETÓRICO<sup>1</sup>

Vera Casa Nova  
UFMG

Este texto tenta pensar o programa retórico-poético de Italo Calvino (1990), a partir de suas lições americanas – *Seis Propostas para o Próximo Milênio*, tendo em vista seus meios de argumentação que permitiriam obter ou aumentar a adesão do outro (leitor, receptor...) no ato de ler, ato e prática semiológica.

Não mais as propostas aristotélicas de *inventio*, *dispositio*, *memoria* e *actio*. O texto de Calvino se centra na adesão do leitor que se obtém através de outros meios de argumentação. Esses meios, discursivos por excelência, Calvino assim os caracteriza: leveza, rapidez, exatidão, visibilidade, multiplicidade.

Meios, pensados por esse autor, dentro da chamada crise contemporânea da linguagem; meios que podem ser considerados “virtudes”, “qualidades”, ou mesmo como afirma Wander Melo Miranda “*o livro atua como uma espécie de guia de conduta multifacetado e não prescritivo que fornece ao leitor meios para enfrentar os dilemas deste fim de século e do outro que se anuncia.*” (Miranda, 1989) (Grifo meu).

Guia de conduta ou não, essas propostas funcionam como um alerta em termos de possibilidades de leitura – não só do formato – livro, mas também leitura de outros suportes, em que as linguagens se

---

<sup>1</sup> Este artigo foi inicialmente apresentado na mesa redonda intitulada: “Análise do Discurso e Literatura: uma abordagem do Núcleo de AD da FALE-UFMG”, no IIIº Encontro Franco-Brasileiro de Análise do Discurso – Círculo Interdisciplinar de Análise do Discurso (CIAD)/ UFRJ/UFF, realizado no Rio de Janeiro, em outubro de 1999. Optei por não alterá-lo para publicação, mantendo sua forma oral.



constituem enquanto códigos discursivos. Chamo aqui “qualidades”, aquilo que a Retórica designa como as características idealmente requeridas de estilo.

Não se pode falar em retórica sem pensar nas circunstâncias históricas de ordem sócio-política que a circunscrevem.

Alinhados ao pensamento de Kuentz e João Adolfo Hansen (Hansen, 1999), procuro, aqui, ver os meios discursivos retóricos advindos das alterações do regime dos discursos ocorrido no século XVIII, quando os tratados de Retórica de Aristóteles, Cícero ou Quintiliano tornaram-se ilegíveis e quando se alterou radicalmente o estatuto da linguagem e da compreensão do discurso.

Assim, ao propor em suas lições americanas um conjunto de valores ou especificidades da literatura e para a literatura, situando-os na perspectiva do novo milênio, Calvino sinaliza novas alterações, até mesmo radicais, do estatuto da linguagem e da compreensão do discurso.

As poéticas do início do século XX já chamavam a atenção para essas alterações: de Mallarmé e Joyce a toda poética contemporânea, já se encontra um quadro de transformações radicais.

As propostas do projeto de Calvino não necessitam da distinção clássica entre os meios de convencer (racionais, dirigem-se ao entendimento) e os meios de persuadir (irracionais, dirigem-se à vontade). Todas elas interagem, se completam na prática do ler e escrever para o outro. Epidítico, por natureza, o discurso literário, poético, estaria sendo valorizado por Calvino, a partir de sua *teckné* de argumentação, exemplificando, em todos os momentos de seu discurso, contextos literários, lidos até hoje, atualizando-os retoricamente, dentro de cada proposta discursiva:

## A LEVEZA

*“Esta primeira conferência será dedicada à oposição leveza-peso, e argumentarei a favor da leveza. Não quer dizer que considero menos válidos os argumentos do peso, mas apenas que penso ter mais coisas a dizer sobre a leveza”.* (Calvino, 1990: 15)

Para aqueles leitores que consideram um desmérito a leveza, Calvino aponta o lugar para esse valor no presente e no futuro, dado às circunstâncias históricas que o exigem.

Não se trata aqui de *“sutil incursão no âmbito da Teoria do Reflexo”* como afirma Wander Melo Miranda (1989: 410), mas de intertexto mítico que assegura a adesão por explicitar com a narrativa mítica e literária, e com a história contemporânea, a argumentação. Com exemplos variados que servem de ilustração para convencer, pelo intelecto, seu leitor, Calvino exercita inúmeros intertextos para saudar essa leveza existente nesses autores, não só pelo caráter de oralidade que alguns apresentam, mas também pelo imaginário popular que aí pode ser encontrado em formas curtas, cujos sentidos mais complexos são transformados em leveza (Kafka é o exemplo). A lógica que aí se insere é a do peso existencial que se transforma em leveza, não só fabular, mas também discursivamente, ou seja, lingüisticamente.

## A RAPIDEZ

A lenda de Carlos Magno e suas variantes permitem a Calvino mostrar as diferenças entre as versões recolhidas por Gaston Paris e as versões literárias de Petrarca e dos escritores do Renascimento. Centra-se Calvino na questão da narrativa, em sua sucessão encadeada dos acontecimentos, ou seja, na economia da narrativa. Essa economia mostra que a versão de Barbey D'Aurevilly teria tido mais sucesso pelo aspecto discursivo da rapidez. Diz Calvino, explicando esse valor: *“Na Sicília, os contadores de história usam uma fórmula: Lu cuntu num metti tempu” (o conto não perde tempo). [...] a técnica da narração oral na tradição popular obedece a critérios de funcionalidade”* (Calvino, 1990: 49).

Calvino desloca o ponto de mira do autor para o leitor, preocupado com sua leitura, daí as recomendações discursivas.

Se os argumentos são os “*nervos*” do discurso, as palavras, os ornamentos serão a roupagem, como afirma Compagnon (p. 55), a partir de Quintiliano, o discurso argumentativo de Calvino no enunciado da “*rapidez*” mostra-se pertinente, quando explicita o respeito à concisão, procurando “*dela extrair o máximo de eficácia narrativa e sugestão poética*” (Calvino, 1990: 49).

Concisão, eficácia e sugestão poética são, assim, desdobramentos da proposta discursiva da “*rapidez*”. Com o “*pouco tempo*” que temos para ler e a dificuldade que determinadas pessoas encontram para ler ou ouvir, essa proposta consegue ser contextualizada e guarda até mesmo um caráter universal. A economia de expressão, tendo como princípio a relatividade do tempo, numa sociedade que se nutre do “*digestivo*” e do “*fast food*”.

A partir desse argumento, podemos pensar também na questão da sintetização dos enunciados. Rapidez é o outro nome da concisão do estilo, tão propalada pela Retórica. “*A rapidez e a concisão do estilo agradam porque apresentam à alma uma turba de idéias simultâneas, ou cuja sucessão é tão rápida que parecem simultâneas, e fazem a alma ondular numa abundância de pensamento*” (Calvino, 1990: 55).

O próximo mecanismo de sedução da retórica persuasiva de Calvino é a exatidão.

## A EXATIDÃO

Segundo Calvino (1990: 72)., a exatidão significa:

1. *Um projeto de obra bem definido e calculado;*
2. *A evocação de imagens visuais nítidas, incisivas, memoráveis...*
- 3 *Uma linguagem que seja a mais precisa possível como léxico e em sua capacidade de traduzir as nuances do pensamento e da imaginação.*

Nessa conferência/proposta, o autor mostra em seu discurso como argumentar a partir da tese contrária, ou seja, a partir da poética do vago e do indefinido de Leopardi. Além deste autor, Calvino (1990: 86). recorre a Valéry, Mallarmé, Musil, E. Allan Poe, Flaubert e a sua própria obra:

*“...consegui construir uma estrutura facetada em que cada texto curto está próximo dos outros numa sucessão que não implica uma consequencialidade ou uma hierarquia, mas uma rede dentro da qual se podem traçar múltiplos percursos e extrair conclusões múltiplas e ramificadas.”*

Tensão entre racionalidade, geometria e álgebra do intelecto, o discurso deve reduzir ao máximo os acontecimentos contingentes e as palavras devem dar conta “com a maior precisão possível” o sensível das coisas.

Experiência que muito se aproxima do discurso poético, segundo Calvino: “*Em Mallarmé, a palavra atinge o máximo da exatidão tocando o extremo da abstração.*”(Calvino, 1990: 90).

A justeza do emprego da língua(gem), sua aproximação das coisas.

## A VISIBILIDADE

Calvino vê em Dante aquele que fala das visões que se apresentam a ele como “*projeções cinematográficas ou recepções televisivas*”. Coloca a importância da imaginação, e a parte visual de sua fantasia, precedendo ou acompanhando a imaginação verbal. Para tal importância dentro do processo discursivo, Calvino apresenta dois tipos de processos imaginativos: “*o que parte da palavra para chegar à imagem visiva e o que parte da imagem visiva para chegar à expressão verbal*” (Calvino, 1990: 99).

Calvino explicita assim a correspondência entre palavra e imagem. A imagem designa uma certa estruturação do conjunto comparação – metáfora – metonímia. Há imagem quando, num segmento verbal, um termo figurado, uma vez interpretado de uma maneira ou outra (traduzido ou explicado), guarda um pouco de seu valor específico,

velado, mas pertinente. Há uma representação vaga, mas forte, do sentido comum do signo.

A imagem é um meio de excitar as paixões e Calvino (1990: 98) sabe disso:

*“Ó imaginação que tens o poder de te impores às nossas faculdades e à nossa vontade, extasiando-nos num mundo interior e nos arrebatando ao mundo externo[...] de onde provém as mensagens visíveis que recebes, quando essas não são formadas por sensações que se depositaram em nossa memória?”*

Ao mesmo tempo essa imagem, que no cinema já passou por um texto escrito, foi vista primeiramente por seu diretor, e reconstruída para ser fixada em fotograma, é sobrecarregada de significação.

É de um enunciado conceitual que deve nascer o jogo das imagens visuais, segundo Calvino (1990: 106).. Aquele que fala ou escreve deve se colocar na situação concreta e existencial das circunstâncias materiais sobre o qual fala (ou escreve). Trata-se de chegar a uma quase-identificação.

*“Em suma, meu processo procura unificar a geração espontânea das imagens e a intencionalidade do pensamento discursivo.” Mesmo quando o impulso inicial vem de imaginação visiva que põe em funcionamento sua lógica própria, mais cedo ou mais tarde ela vai cair nas malhas de uma outra lógica imposta pelo raciocínio e a expressão verbal.”*

Em suma, a visibilidade é importante para o processo de sedução do discurso para que “a capacidade de pôr em foco visões de olhos fechados... de pensar por imagens não seja relegada”.

A imaginação visual na construção de um discurso constitui um conceito fundamental, pois parece ser um dos meios decisivos da persuasão.

Contemporaneamente esse recurso retórico tem grande poder de persuasão, por vivermos num mundo onde a imagem é apelo maior, via mídia.

Enfim, a última proposta.

## A MULTIPLICIDADE

A Multiplicidade se inicia com uma longa citação, servindo já como um elemento persuasivo (alusão feita a Carlo Emilio Gadda) e está mais relacionada à construção do romance contemporâneo, visto como enciclopédia [*“como método de conhecimento, e principalmente como rede de conexões entre os fatos, entre as pessoas, entre as coisas do mundo.”*](Calvino, 1990: 121).

O conceito de multiplicidade se adequa melhor ao sistema semiótico do processo discursivo do que propriamente à Retórica. Ele reflete uma visão pluralista e multifacetada do mundo, logo da literatura e das artes em geral, pois não seria mais possível, hoje, pensar *“uma totalidade que não seja potencial, conjectural, múltiplice.”*(Calvino, 1990: 131).

Para a retórica da ficção, que não se disassocia de uma semiótica, a multiplicidade polifônica através do tecido verbal é de pertinência obrigatória para o leitor hodierno.

A explicação de Calvino sobre a multiplicidade advinda de uma organização estruturada racionalmente passa por várias possibilidades:

1. O “texto unitário”, que corresponde ao “discurso de uma única voz”, mas que lido revela-se polifônico;
2. O “texto múltiplice”, que corresponde à orquestração de vozes da polifonia bakhtiniana, onde vozes, olhares, enfim, sujeitos dizem o mundo;
3. O texto que deseja vocacionalmente conter o possível, mas afirma-se como inconcluso;
4. O texto que se caracteriza por “relâmpagos punctiformes e descontínuos”

Em todas as possibilidades desses “infinitos universos contemporâneos”, fica a idéia central de combinações infinitas de todas as ordens do discurso, ou seja, a disposição, que é uma das grandes partes da retórica.

Consiste, essa “*ordem*”, na organização do discurso, isto é, saber em qual lugar deve-se dizer o que se tem a dizer; o arranjo de tudo o que entra no discurso, segundo a ordem mais perfeita ou ainda, uma útil (?) distribuição das coisas ou das partes, dando a cada uma um lugar que deve ter.

O hiper-romance de Calvino “*Se um viajante numa noite de inverno*” seria, segundo seu próprio autor, um modelo do “princípio de amostragem da multiplicidade potencial do narrável”, ou ainda, o também seu “*Castelo dos destinos cruzados*”.

Esse texto trouxe uma reflexão didático-retórica para os discursos a serem construídos vindouramente; para que sejam ouvidos/escutados/lidos, não importa através de quais suportes, de quais mídias.

Esse texto pensa, assim, que se o ato de escrever deve ser redefinido em termos de um discurso (proposto por Calvino) que leve em consideração leveza, rapidez, exatidão, visibilidade e multiplicidade, será preciso revisarmos nossa concepção de leitura.

Concepção de leitura que não consiste, como afirma Edmond Jabès (1987: 9), em antecipar o desvelamento de um sentido último da história, da poesia ou de sua própria vida, mas em participar da criação contínua de novas ações que nascem de uma leitura da poesia e que engendrarão, por seu turno, modelos de ação (escritos ou vividos), que serão legados ao futuro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACÍZELO DE SOUZA, R. *O império da eloquência*. Rio de Janeiro: UERJ/EDUFF, 1999.

CALVINO, I. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COMPAGNON, A. *O trabalho da citação*. p. 55

HANSEN, J. Adolfo. Apud SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da Eloquência*. Rio: UERJ EDUFF, 1999.

JABÈS, E. *Le livre du partage*. Paris: Gallimard, 1987.

MIRANDA, W.M. Na pista do próximo milênio de Calvino. In: *34 Letras*, n.5/6. Rio de Janeiro: 34 Letras, 1989.

PERELMAN, C. *Retóricas*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.



## PARTE II: CATEGORIAS E PRÁTICAS

9. Estratégias discursivas em Chrétien de Troyes: o exemplo do romance *yvain, le chevalier au lion*  
Ida Lúcia Machado 97
10. Metáfora, metonímia e contrato discursivo em *Germinal*, de Zola  
Antônio Augusto Moreira de Faria 107
11. O leitor como instância enunciativa em "*L'usage de la parole*", de Nathalie Sarraute  
Renato de Mello 124
12. Literatura Infantil e co-enunciador modelo: uma questão de discursividade e interdiscursividade  
Diléa Helena de Oliveira Pires 137
13. Interlocução e remissão em narrativas testemunhais da história de Belo Horizonte  
Vanda de Oliveira Bittencourt 151
14. Análise comparativa dos discursos de Hamilton de Casto e Vânia Turci durante programa "Hamilton de Castro: seu amigo da madrugada"  
Woodson Fiorini de Carvalho 159
15. Clichê e leitura na História em Quadrinhos  
Dylia Lysardo-Dias 175
16. Publicidade *Du Loren*: o tabu no processo de inferências avaliativas  
Maria Carmen Aires Gomes 184

## ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS EM CHRÉTIEN DE TROYES: O EXEMPLO DO ROMANCE *YVAIN, LE CHEVALIER AU LION*

Ida Lúcia Machado  
UFMG

### INTRODUÇÃO

Seguindo alguns princípios da Análise do Discurso, para este artigo, eu me propus analisar uma obra literária: *Yvain le Chevalier au Lion*, do escritor medieval francês Chrétien de Troyes. O livro em questão representa apenas uma parte de um *corpus* mais amplo, formado pelos cinco romances do escritor.

Para adequar meu objeto de estudos - um romance - a uma análise discursiva, comecei este trabalho tentando achar uma resposta para a questão (que várias vezes é feita por meus alunos): “O que nos permite abordar a obra literária do ponto de vista de uma moderna análise do discurso?”

A resposta não é complicada. Tudo depende, é claro, do ângulo de visão do analista. Assim, se eu vejo o texto literário como um documento escrito/produzido para fins comunicativos, regido por um sujeito comunicante que se dirige, *a priori*, a um sujeito interpretante, não vejo diferença em termos de abordagem, ou de leitura/decodificação do conteúdo, entre um texto literário e, digamos, um texto de imprensa, por exemplo (os puristas literários que me perdoem).

Tanto o texto de imprensa - por exemplo, um editorial - quanto o literário - por exemplo, um romance - foram criados visando estabelecer um contato, através da palavra escrita, entre parceiros de uma troca linguageira.

O trabalho de análise discursiva visa então enfatizar a *situação de comunicação* ou as diversas *situações de comunicação* que presidem a

construção dos documentos-objeto de estudo. O que é buscado então, não é “a interpretação” única e verdadeira, mesmo porque isto é um mito; busca-se, seguindo a terminologia de Charaudeau (1983), os “*possíveis interpretativos*” que a análise de tal objeto pode nos oferecer.

Já que falei em *situação de comunicação*, irei, é lógico, trabalhar aqui com os parceiros e protagonistas desta situação, entendendo por “parceiros” os sujeitos comunicantes e interpretante, sujeitos reais, que, embora “vivendo” fora do mundo da palavra, enquanto autor e leitor reais da obra, são seus constituintes, seus “regentes”, como diria Genette. Quanto aos “protagonistas”, eu os verei como “seres de palavras” pertencentes ao “mundo da palavra” que é o romance.

Como é fácil de perceber, estou me referindo aqui às teorias difundidas por Patrick Charaudeau (1983 e 1992).

#### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESCRITOR E A OBRA ENFOCADA <sup>1</sup>

Antes de entrar na análise discursiva propriamente dita, creio que cabe aqui uma explicação sobre o fato de minha escolha ter recaído sobre *Yvain* - um belo livro de Chrétien de Troyes, porém não tão famoso quanto *Perceval le Galois* ou *Lancelot ou le Chevalier da la Charrette*. Minha preferência deve-se a três fatores.

Em primeiro lugar, ao próprio tema da história: *Yvain* é um romance que mostra uma viagem de iniciação, onde seu jovem protagonista passa por várias peripécias até alcançar a vitória sobre si mesmo e sobre os outros, atingindo uma verdadeira e consciente maturidade: tema pois sempre atual. Em segundo lugar, e por conseqüência do próprio tema, trata-se de um romance em que a trama se constrói se desconstruindo, como seu herói, que avança para poder voltar ao ponto de partida. Isso permite que o leitor faça um verdadeiro mergulho no imaginário do homem medieval para, enfim, chegar à conclusão de que essa angústia, esse “se auto-construir” pela ação e pela palavra, é parte integrante do ser humano. Finalmente, a terceira

---

<sup>1</sup> Será utilizada, aqui, a tradução do antigo francês estabelecida e apresentada por Jean-Pierre Foucher, in: *Yvain le chevalier au lion*, Paris: Gallimard Jeunesse, 1998.

motivação da minha escolha deve-se ao fato que, para poder contar este “fazer se desfazendo” foram empregadas, no livro, inúmeras estratégias discursivas, cuja base maior é a ironia. E essa ironia tão peculiar a Chrétien de Troyes é uma companhia fascinante para o leitor, à imagem do leão que acompanha Yvain em suas andanças à procura de si mesmo.

Mas quem foi este escritor francês que já, no seu remoto século XII, sabia tão bem se servir do que hoje consideramos “modernas estratégias” de escritura? Deste autor de cinco romances-poemas escritos entre 1170 e 1185, sabe-se pouca coisa: em linhas gerais, que foi protegido pela nobre Marie de Champagne, benfeitora das artes e da cultura no norte da França.

Ninguém ignora como eram difíceis aqueles tempos para os escritores, sobretudo para os que eram insolentemente inteligentes, como é o caso de Chrétien. É fácil imaginar como ele deve ter “penado” entre o dever de obedecer aos seus protetores e a vontade de criticar valores que ele já não considerava assim tão “nobres”. E como ele se saiu deste dilema? Pela ironia. Assim, em todos os seus escritos, nota-se a presença desta “válvula de escape”. Ela aparece, a meu ver, como uma espécie de “*piéd de nez*” do escritor, endereçado aos seus protetores e também – por que não? - aos seus leitores da época, que constituíam a “nata” da sociedade feudal.

Talvez esta ironia não tenha sido percebida pelos nobres leitores do século XII, talvez ela os tenha irritado. O fato é que ela continua intacta no mundo romanesco de Chrétien, pois trouxe para o mesmo “efeitos do real”, que levam o leitor ao mundo do sujeito comunicante ou escritor. Observemos, a seguir, algumas dessas manifestações irônicas no romance *Yvain*.

#### UM ESTRANHO PACTO DE LEITURA

No livro em questão, o leitor vai se deparar com um texto multi-narrativo, onde uma narração gera uma outra narração. Pode-se dizer que o livro glorifica o uso da palavra e principalmente daqueles que sabiam utilizá-la. Assim, enunciados tais como:

*“C'est pour cela qu'il me plaît de raconter une histoire digne d'être écoutée ...” (p.25, op.cit. )*

*“Le roi les fit tous rasseoir. Auprès de lui, s'assit la reine. Le conte de Calogrenant, elle le lui raconta mot à mot, car elle savait très bien conter.”(p.37, op.cit.)*

são habilmente disseminados na narrativa. Note-se que tais enunciados têm um duplo sentido: o primeiro, voltado para o mundo da ficção, para a ação que transcorre entre os personagens; o segundo, voltado para o mundo real, do escritor, daquele que sabia realmente organizar uma narrativa.

*A priori*, devido a sua condição de escritor protegido por nobres, Chrétien de Troyes escrevia romances “encomendados”, onde devia enaltecer as duas ideologias da época: a do amor cortês e a da cavalaria.

Dentro dessa ótica, espera-se pois que no início de *Yvain le Chevalier au Lion*, como acontece em outros romances do escritor, seja oferecido um pacto de leitura entre o narrador e o leitor. Isso acontece mas, trata-se de um pacto que é colocado de forma irônica e enigmática. Assim, o escritor ou o sujeito-comunicante brinca com seus leitores, colocando em cena seu *alter-ego*, um *narrador-testemunha* da história que, logo no início da narrativa diz,

*“Parlons des hommes d' autrefois, cela vaut mieux. Oui, m' est avis qu'homme courtois mort vaut mieux que vilain en vie! C' est pour cela qu'il me plaît de raconter une histoire digne d'être écoutée touchant un roi qui fut si grand qu'en tout lieu on célébra sa gloire.” (op.cit.,p.25-26)*

Estranho preâmbulo ou estranho pacto de leitura este! Uma primeira rápida leitura pode desconcertar o leitor, já que a história que vamos ler é sobre Yvain e não sobre o rei Arthur

Mas, examinado de mais perto, este preâmbulo “avisa” que se trata de uma história “*touchant*” o rei Arthur: ora, o verbo “*toucher*” pode ter

o sentido de “*entrer en contact*” ou “*effleurer*” (*Nouveau Le Petit Robert 1*), e é isso que realmente se passa: no romance abordado, o rei é um “pano de fundo”, uma espécie de *deus ex machina*, “atuando” apenas diante de situações intrincadas, que pedem uma decisão salomônica. Por outro lado, nota-se, também, encaixado no preâmbulo, o seguinte provérbio medieval: “...*homme courtois mort vaux mieux que vilain en vie!*” que, por assim dizer, “provoca” duas questões ao analista-discursivo : (i) Para qual *Tu-destinatário* é o provérbio dirigido ? (ii) Qual é sua função enquanto parte de um preâmbulo?

Parece-me que tal provérbio indica (ironicamente) o personagem Yvain, aquele que abandonou a felicidade, junto de sua dama, por pura vaidade guerreira. Nessa perspectiva, o provérbio seria então um *clin d’oeil*, dirigido a um leitor-cúmplice, apto a resolver tais tipos de enigmas. Ou, em termos mais discursivos: o provérbio funcionaria como uma espécie de *ato indireto de linguagem*.

É aí que começa, no livro, a ironia que diferencia Chrétien de Troyes dos outros escritores da sua época. Com a menção à grandeza do rei Arthur, é na verdade oferecido ao leitor um pacto de leitura cujo sentido deve ser buscado no implícito; este pacto tem então o valor de um “aviso” sobre o que espera o leitor e sobre o que espera Yvain: ambos, leitor e personagem, terão muito tempo de “andanças” (o leitor percorrendo o livro, Yvain percorrendo seu mundo de palavras) até chegar ao final da história.

O interessante é que todos os provérbios disseminados na narrativa mostram esta in-direção, já que apontam para dois alvos: um explícito e um implícito.

#### YVAIN: EXEMPLOS DE UMA IRONIA ‘PROVERBIAL’

Vou examinar mais dois provérbios que, no texto narrativo considerado como um macro *Ato de Linguagem*, aparecem como *atos Indiretos de Linguagem*. Trata-se de:

- (1) *Après dîner, sans remuer, chacun va tuer le sultan Nouredim.*” (*op.cit.p.36*).

É preciso elucidar quais são as vozes que utilizam tais provérbios e em que circunstâncias os utilizam. (1) é enunciado por Keu, personagem recorrente nos livros de Chrétien. Keu representa o ironista sarcástico, aquele que, assumindo uma das facetas do escritor, zomba abertamente dos ardores cavalheirescos de seus companheiros. Keu utiliza (1) logo após a entrada de Yvain em cena, entrada esta que, diga-se de passagem, é caracterizada por um excessivo “arroubo” verbal do jovem personagem. Para este nada é impossível e tudo tem que ser feito rapidamente. Face a Yvain, Keu representa a sabedoria dos mais experimentados. Mas como sua ironia é ferina, trata-se de uma sabedoria amarga, derrotista. É como se dissesse: “*O heroísmo – pelas palavras – sempre aparece após uma lauta refeição*”. O enunciado proverbial de Keu reduz Yvain a um jovem ingênuo, que sonha acordado e que tem ainda de muito caminhar pela vida.

(2) é enunciado pela Dama do Castelo, personagem bastante ambíguo pois, situado entre o mundo real (possui remédios que curam, como uma médica ou farmacêutica) e o mundo da ficção (tais remédios haviam sido dados a ela por Morgana, a fada). A Dama do Castelo lamenta ter perdido um unguento mágico que, sabe-se lá por que, foi jogado num rio por uma de suas acompanhantes, logo após ter propiciado a cura de Yvain - aliás, este é mais um dos mistérios do livro, mistérios estes que serão examinados em outra ocasião. (2), enquanto provérbio, é construído sobre uma das bases que caracteriza a chamada “ironia de situação”: queremos uma coisa e obtemos outra.

Mas, vistos como *atos indiretos de linguagem*, tanto (1) quanto (2), são dirigidos para outros alvos. (1) e (2) são, pois, ilustrativos de algumas das estratégias do escritor ou sujeito-comunicante, introduzidas nas falas de dois personagens distintos para “prevenir” o leitor de que Yvain terá ainda muitos aborrecimentos pela frente. (1) pode então indicar que, vítima de sua inexperiência juvenil, Yvain será obrigado a fazer uma longa peregrinação até atingir sua verdade interior; (2), por sua vez, pode ilustrar a razão de todos os sofrimentos e aventuras pelos quais Yvain passa querendo agradecer Gauvain, logo no início da narrativa, ele será bastante infeliz ao longo desta: perderá seu feudo, sua dama, sua razão ...

Em suma, os provérbios citados (assim como o que “abre” o livro, incluído no seu pacto de leitura) só serão plenamente “decifráveis” se neles for valorizado o seu poder irônico, numa análise que os relacione com um contexto mais vasto, passível de amalgamar o espaço situacional dos parceiros do ato de linguagem ao espaço discursivo de seus protagonistas.

Assim, a ficção, em *Yvain*, apresenta duas dimensões que serão abordadas no próximo segmento.

#### AS DUAS FICÇÕES ROMANESCAS

A primeira diz respeito à ficção primária, ou seja: um romance como *Yvain* conta uma história cheia de peripécias, história esta onde atuam “seres de palavra”, tais como o personagem principal, sua “dama” Laudine, seu amigo Gauvain, que não hesitam em assumir o controle da narrativa quando a eles é delegado o direito de narrar, dentro da narrativa principal.

Ao lado da ficção primária, existe o que Vuillaume (1990) chama de ficção secundária. Nesta, o narrador se apresenta como *testemunha direta* dos fatos que ele conta. Aqui está um exemplo: “*Du Chevalier au Lion, Chrétien termine ici le roman, car il n’ouït conter davantage. On ne veut mensonge ajouter.*” (*op.cit.*,p.151)

O *narrador-testemunha* finge aproveitar o momento em que terminam os acontecimentos que ele “viu” se desenrolar diante de seus olhos, para se “mostrar” ao leitor. Assim agindo, torna-se um personagem da ficção secundária e nela incorpora o leitor-virtual ou o tu-destinatário ao qual ele se dirige. Observemos uma ocorrência desse tipo. O *narrador-personagem*, comentando uma aventura de *Yvain*, não hesita em interpelar seu *leitor-personagem*: “*Mais croira-t-on ce qu’il dira s’ il n’apporte la preuve de sonexploit?*” (*op.cit.*,p.92). O pronome “*on*” aí sendo empregado no lugar de “*vous*”.

Mas Chrétien ou o *narrador-personagem* não é lá muito solícito com seu *leitor-personagem*; ele zomba dele, impondo-lhe seu papel de “regente” ou de autoridade na história, o que pode ser comprovado através destes dois casos: “*De la joie je ne vous dirai rien par crainte*



*de perdre mon temps.” (Op.cit.p.69). “Plus rien [vous] n’ en entendrez conter.” (op.cit.,p.151)*

Tais estratégias discursivas dão bastante liberdade ao narrador, no interior de sua narrativa. Produzindo-a ou dela participando, ele varia constantemente o palco dos acontecimentos. Eis porque ele cede a voz a tantos outros *personagens-narradores*, ao longo da história, o que tem por efeito reunir a ficção secundária à ficção primária.

Gostaria assim de ressaltar que o texto narrativo, enquanto construção linguageira, traz consigo essa dualidade fundamental. Como o lembra Vuillaume (1990: 69-70), ele se apresenta, por um lado, “adequado” ou “enquadrado” numa realidade passada, acabada; por outro lado, ele possui a propriedade singular de fazer renascer o universo que é ali descrito e isto através do exercício de leitura.

Em outros termos, a dualidade da narrativa corresponde à dualidade de seu objeto: os acontecimentos que aí são apresentados – no caso de *Yvain*: sua união com Laudine, suas andanças, seus repetidos combates, sua loucura, sua cura – são vistos pelo leitor real como pertencentes ao passado; mas, ao mesmo tempo, o processo de leitura por ele efetuado recria tais fatos e os faz reviver no presente.

Antes de encerrar este texto, gostaria de tentar responder a mais uma questão.

#### O SUJEITO-COMUNICANTE OUSARIA ATACAR O SISTEMA FEUDAL ?

A resposta é afirmativa. Lá pelo fim do livro, eis que o leitor, acompanhando Yvain em suas andanças, chega com ele num castelo maldito, guardado por dois diabos. O que não é nada estranho para quem aceitou um pacto de ficção que inclui o maravilhoso. É pois esperado que uma das prisioneiras do castelo comece a contar ao herói a maldição que pesa sobre o mesmo. O que não é “normal” é que, de repente, o mundo das fontes mágicas, dos leões amigos e dos diabos, enfim o mundo do maravilhoso ficcional, seja bruscamente abandonado para dar lugar ao mundo do real, da miséria, da pobreza, da desigualdade na qual viviam os pobres, os servos, enfim, todos aqueles que eram oprimidos pelos senhores feudais (no caso, representados metaforicamente pelos 2 diabos). Eis aqui, transcrito em

prosa, parte desse lamento, desse grito por uma sociedade mais justa (inserido num romance de cavalaria do século XII!) que explode na voz de uma das prisioneiras do Castelo dos dois diabos :

*“Ces deux diables durent combattre contre le roi qui éprouva une peine terrible, car il n’avait pas dix-huit ans./.../ [segue-se a narrativa da derrota do rei e de sua obrigação de mandar, todos os anos, trinta virgens que deveriam trabalhar - tecendo - para os diabos.]*

*“Mais je viens de dire grande folie en parlant de la délivrance. D’ici jamais ne sortirons. Toujours drap de soie tisserons et n’en serons pas mieux vêtues. Toujours serons pauvres et nues et toujours faim et soif aurons. Jamais ne pourrons tant gagner que mieux en ayons à manger. Du pain en avons chichement, peu au matin et moins au soir. Car de l’ouvrage de nos mains n’aura chacune pour son vivre que quatre deniers de la livre. Avec cela nous ne pouvons avoir assez de manger et de drap. Car qui gagne en sa semaine vingt sous n’est pas tiré de peine. Eh bien, sachez en tous les cas qu’il n’est aucune d’entre nous qui ne gagne vingt sous ou plus. De quoi rendre riche un duc! Nous sommes en grand-pauvreté bien que riches de nos gains. Celui pour qui nous travaillons et des nuits grand-partie veillons et tout le long du jour aussi, nous menace de nous rouer nos membres, si nous nous reposons. Pour cela n’osons reposer.” (op.cit., p.124)*

É assim que o sujeito-comunicante Chrétien de Troyes, transforma Yvain em líder dos oprimidos pela sociedade feudal, já que ele os libera, matando seus algozes.

Mais uma vez, a presença da ironia ocorre aqui pela mistura de dois diferentes conjuntos discursivos: ao conjunto X – elogio do sistema feudal, base explícita do livro - é contraposto um conjunto não-X – crítica desse sistema, revelação da miséria e da exploração do povo. Na interseção dos dois conjuntos, surge a ironia.

Concluindo, acredito que foi pelo uso sutil dessa ironia, que Chrétien de Troyes conseguiu se libertar um pouco das imposições de seu estado de “escritor obrigado a escrever para sobreviver”. Daí um certo “efeito de ambigüidade” que, por assim dizer, “incomoda” o leitor. Pode-se dizer que, se Chrétien tivesse “forçado a mão”, mais um pouco, sobre a ironia, teria construído verdadeiras paródias dos romances de cavalaria...

É preciso pensar que, de certo modo, Chrétien de Troyes representava dois papéis nesse mundo feudal: o de membro integrante da alta nobreza - já que seus romances eram por ela bem recebidos - e o de membro marginal, pois enquanto escritor “protegido” era obrigado a fazer romances “de encomenda”. Em outras palavras, devia favores, não era totalmente livre, o que não deixa de ser extremamente irritante para alguém tão crítico e inteligente... Logo, este modo de ironizar bem dosado e, por vezes, enigmático, parece-me mais a realização de um prazer pessoal, de uma pequena vingança do sujeito-comunicante contra seus “patrocinadores”. Chrétien de Troyes precede assim ao famoso dito de Proudhon: “Ironia, suprema liberdade”.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARAUDEAU, Patrick. *Langages et Discours*. Paris: Hachette, 1983.

\_\_\_\_\_. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

MACHADO, Ida Lúcia. Jeux et enjeux d'écriture chez Chrétien de Troyes. *Calígrama*, v., 2. Belo Horizonte: nov. 1997, p. 113-122.

VUILLAUME, Marcel. *Grammaire temporaire des récits*. Paris: Minuit, 1990.

## METÁFORA, METONÍMIA E CONTRATO DISCURSIVO EM *GERMINAL*, DE ZOLA

Antônio Augusto Moreira de Faria  
UFMG

### ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

Em que consiste, lingüisticamente, o contrato discursivo entre enunciador e enunciatário? Em outros termos: quais são, e como funcionam, as 'cláusulas' lingüísticas desse contrato? Uma reflexão que possibilite responder a tais questões inclui, no mínimo, duas outras reflexões. A primeira é sobre os parceiros que se ligam pelo contrato: enunciador e enunciatário. A segunda é sobre a dimensão simultaneamente inter e intradiscursiva do contrato.

O estudo do contrato discursivo foi iniciado por pesquisadores como P. Charaudeau (1995), D. Maingueneau (1996), na França, e Fiorin (1997b), no Brasil. Na seqüência desse estudo, formulamos as seguintes hipóteses:

- 1) O contrato delimita a abrangência das relações inter e intradiscursivas que o enunciador e o enunciatário
- 2) A metáfora e a metonímia estão entre as cláusulas lingüísticas do partilham.  
contrato estabelecido entre enunciador e enunciatário.
- 3) A metáfora e a metonímia podem ser encontradas tanto no discurso não-literário quanto no literário, mas é nesse último que se destacam pela freqüência e, sobretudo, pela precisão.

Pretendemos discutir estas três hipóteses a partir de *Germinál*. Nesse romance de Émile Zola, um conjunto metafórico e metonímico extenso e articulado, do título à última sentença do texto, é um dos elementos lingüísticos que sustentam a argumentação em torno da tese segundo a qual os trabalhadores, explorados pelos grandes

empresários, podem libertar-se, coletivamente, da exploração que sofrem. Essa é uma das principais teses defendidas pelo enunciador, no contrato que propõe a seu parceiro, o enunciatário<sup>1</sup> – o qual é um parceiro cujas tarefas contratuais incluem a compreensão da tese exposta no romance.

A organização argumentativa da tese libertária tem a forma de uma narrativa em que, no plano da narração, um espaço interdiscursivo abrange, dentro do campo discursivo literário, o discurso naturalista e suas relações de contradição com o discurso romântico; uma parcela desse espaço interdiscursivo é simulada intradiscursivamente, a parcela que corresponde ao discurso naturalista (o discurso romântico não é simulado no intradiscorso), com um único percurso semântico, figurativo: o da natureza<sup>2</sup>. Nessa mesma narrativa, *Germinal*, mas agora no plano do narrado, outro espaço interdiscursivo abrange, dentro do campo discursivo político, as relações de contradição entre o discurso proletário e o burguês; esse espaço interdiscursivo é simulado intradiscursivamente, com um conjunto de quatro percursos semânticos, também figurativos: o percurso semântico do trabalho e o da luta operária, no caso do discurso proletário, o percurso da acumulação capitalista e o da luta burguesa, no caso do discurso burguês<sup>3</sup>.

No intradiscorso, que possibilita o acesso do enunciatário ao interdiscorso, a metáfora e a metonímia encontram-se entre as cláusulas lingüísticas do contrato proposto pelo enunciador. As ocorrências metafóricas e metonímicas, que se localizam dentro dos percursos semânticos do intradiscorso, remetem a leitura também ao interdiscorso. A leitura de um texto, sua compreensão, é o 'cumprimento do contrato', inter e intradiscursivo, por parte do enunciatário, e inclui a compreensão do conjunto de contradições que constituem o interdiscorso (as quais são parcelas da heterogeneidade

---

<sup>1</sup> Enunciatário complexo, abrangendo tanto o enunciatário instituído discursivamente quanto o enunciatário efetivo, o leitor, conforme estudamos anteriormente (Faria, 1999).

<sup>2</sup> A simulação parcial do interdiscorso no intradiscorso romanesco vem sendo estudada por Fiorin, tanto em artigos individuais (1996, 1997b) quanto em co-autoria (Fiorin & Platão, 1996).

<sup>3</sup> No trabalho já mencionado (Faria, 1999), estudamos mais detalhadamente a complexidade inter e intradiscursiva em *Germinal*.

constitutiva do interdiscurso) e do conjunto de percursos semânticos orgânicos do intradiscurso (os quais são parcelas da diversidade intradiscursiva).

#### ASPECTOS METAFÓRICOS E METONÍMICOS DO INTRADISCURSO E ALGUMAS DE SUAS RELAÇÕES COM O INTERDISCURSO

No intradiscurso, no texto do romance, o próprio título já seleciona prioritariamente, dentro do vasto conjunto de enunciatários efetivos (leitores) ou virtuais, um subconjunto dotado de dupla informação: sobre o processo biológico da germinação nos vegetais, por um lado, e, por outro lado, sobre o processo político francês, em que *germinal* era o nome de um dos meses no calendário estabelecido após a Revolução de 1789, compreendendo o fim de março e quase todo o abril.

Assim, o título *Germinal*, de evidente relevância discursiva global enquanto sinalização das possibilidades de leitura, funciona para o enunciatário como *conector* (Barros, 1990: 76) de dois discursos: o discurso naturalista, em seu percurso semântico figurativo da natureza (subconjunto da natureza vegetal), e o discurso proletário, em seu percurso semântico da luta operária (subconjunto da luta revolucionária).

O processo lexical de historicização da natureza, que se mostra recorrente ao longo da narrativa, é iniciado já nos implícitos semânticos do título, pois o vocábulo *Germinal* tem dois implícitos: um, *pressuposto*, (Ducrot, 1987: 41-3), no plano da Natureza; outro, *subentendido* (id. ib.), no plano da História. O título *Germinal* pressupõe, literalmente, a sementeira do vegetal que germinará; e, portanto, situa-se no plano da Natureza, mais especificamente no percurso semântico figurativo da natureza (vegetal), no intradiscurso naturalista. Mas, além disso, o título subentende, metaforicamente, a Revolução Francesa; e, assim, situa-se também no plano da História, mais especificamente no intradiscurso proletário, em seu percurso semântico da luta.

Na passagem do enunciatário instituído discursivamente ao enunciatário efetivo, ao leitor, aquele que desconheça o calendário republicano revolucionário não conseguirá estabelecer a mencionada

articulação entre o processo biológico da germinação vegetal e o processo político da luta revolucionária; não conseguirá, desde o próprio título do romance, compreender parcela de evidente relevância no conjunto das relações inter e intradiscursivas. Os saberes do leitor – que incluem as relações entre os campos discursivos, dentro do universo discursivo – estão entre as condições históricas de leitura: um leitor que desconheça as relações entre o campo discursivo político e o literário perderá muito na leitura do discurso proletário e do naturalista em *Germinal*.

Uma das condições para a leitura – ou seja, para o cumprimento do contrato discursivo, na parte que cabe ao enunciatário – é, portanto, o conhecimento do universo discursivo, que, mostrando-se parte necessária do conhecimento prévio, mostra-se de não pouca utilidade para o leitor, em seu processo de compreensão – e para o analista, em seu processo de descrição, de “estabelecimento do papel exercido pelo enunciatário” (Fiorin, 1997b: 36). É nesse sentido que entendemos outra afirmação de Fiorin (1997b: 35-6), segundo a qual “*o texto e suas condições de produção impõem restrições interpretativas ao leitor (...) É a situação histórica do leitor que lhe permite perceber esta ou aquela possibilidade de leitura dentre as múltiplas possibilidades criadas pela obra.*”

As “restrições interpretativas” estão, a nosso ver, entre as cláusulas do contrato discursivo que o enunciador propõe ao enunciatário, assim como a “situação histórica do leitor” está entre as condições de que o enunciatário dispõe para cumprir a parte do contrato que lhe cabe.

A compreensão do discurso (ou seja: o cumprimento do contrato discursivo, na parte que cabe ao enunciatário), inclui então o conhecimento das condições históricas – de modo a tornar possível, para o enunciatário, estabelecer relações entre o campo discursivo político e o literário – em que foi produzido o discurso pelo enunciador; a compreensão inclui, no caso de *Germinal*, o conhecimento de parcelas do universo discursivo de Zola. Como esse conhecimento é diferente, da parte dos leitores efetivos, isso proporciona diferentes competências de leitura, diferentes possibilidades de aproximação entre os enunciatários efetivos – os leitores reais – e o enunciatário instituído discursivamente (ou seja, proporciona diferentes níveis de cumprimento, pelos leitores efetivos, das cláusulas semânticas do contrato discursivo).

Cabe assinalar que há casos nos quais algumas cláusulas são de cumprimento mais 'difícil', mais complexo, devido ao alcance dos subentendidos; é o caso do discurso proletário, não só no título, mas também na última sentença de *Germinal*, sentença que interliga o percurso semântico figurativo da natureza (no discurso naturalista), o percurso do trabalho operário e o da luta operária revolucionária (ambos no discurso proletário):

(1) "Homens brotavam, um exército negro, vingador, que germinava lentamente nos sulcos da terra, crescendo para as *colheitas do século futuro*, cuja germinação não tardaria em fazer rebentar a terra." (Zola, 1976: 475)

Na passagem (1) está nítido apenas o percurso semântico figurativo da natureza (vegetal), nos vocábulos sublinhados.

Mas associações intradiscursivas permitem ler também o percurso semântico figurativo da luta operária (revolucionária), nos trechos em itálico, que se relacionam, metaforicamente, a "*outra revolução*" que já havia sido mencionada anteriormente no texto do romance<sup>4</sup>. Além disso, no sintagma nominal *colheitas do século futuro*, há recorrência do nome substantivo *século* - que também já havia ocorrido na última sentença da passagem mencionada na nota anterior - dentro do percurso semântico figurativo da luta operária (revolucionária), ao qual é assim ligado o percurso da natureza (vegetal): o sintagma tem o núcleo *colheitas* no percurso semântico figurativo da natureza e o

---

<sup>4</sup> (1') "Desta vez os três homens [Rasseneur, Etienne Lantier e Suvarin, três líderes operários] estiveram de acordo. Cada um disse o que pensava (...). O operário não podia agüentar mais; a *revolução* só servira para agravar-lhe as misérias; a partir de 1789 os burgueses é que se enchiam, e tão vorazmente que nem deixavam um resto no fundo do prato para o trabalhador lambar. (...) Era preciso terminar com isso, de uma maneira ou de outra: ou por bem, através de leis, num acordo amigável, ou *por mal, como selvagens, queimando tudo e devorando-se uns aos outros*. Se isso não fosse feito agora, pela atual geração, seus filhos, com certeza, o fariam, já que o *século* não podia terminar sem *OUTRA REVOLUÇÃO, DESTA VEZ A DOS OPERÁRIOS, uma revolução devastadora que varreria a sociedade de alto a baixo* para reconstruí-la a seguir mais decente e justa." (Zola, 1976: 134-135; sem grifos no livro)



adjunto *do século futuro* no percurso da luta revolucionária; os dois percursos semânticos - e seus respectivos discursos, o naturalista e o proletário - estão, assim, ligados no sintagma nominal.

E a relação entre o percurso semântico do trabalho (em maiúsculas) e o da luta está implícita na metáfora um exército negro, vingador, mais precisamente nas relações entre os subentendidos dos três elementos nominais que compõem o sintagma: o nome exército contém em seus traços semânticos a designação de um conjunto de pessoas numeroso e organizado, o que no texto, no intradiscurso do romance, subentende, metaforicamente, os milhares de trabalhadores nas minas de carvão; esses operários são referenciados também pelo vocábulo *negro*, que por sua vez, ainda no intradiscurso, subentende metaforicamente a cor do carvão; ora, *Germinal* narra os trabalhadores começando a se organizar em sindicatos e a realizar greves, movimentos contestatórios e/ou reivindicativos num primeiro momento vencidos pelos patrões - daí provém o sentido de *vingador* na dimensão intradiscursiva, deixando subentendidas tanto a greve derrotada que o romance narra quanto a expectativa de que a derrota seja revertida adiante, nas metafóricas *colheitas do século futuro* que lexicalizam essa expectativa.

A associação entre os discursos naturalista e proletário é acentuada no trecho *fazer rebentar a terra*, que funciona como conector de ambas: *a terra* pode ser lida tanto no discurso naturalista, em seu percurso semântico figurativo da natureza (a terra onde é plantada a semente e que é perfurada quando brota a planta) quanto no discurso proletário revolucionário, nos percursos semânticos do trabalho e da luta operária revolucionária (a terra debaixo da qual trabalha o proletariado revolucionário cuja luta vai, metaforicamente, germinando); em decorrência disso, *rebentar* também pode ser lida nos dois discursos, correspondendo a significação literal relacionada com a natureza (o vegetal cuja passagem à superfície arrebenta, perfura a terra, o solo) e correspondendo também a significação subentendida, metafórica, relacionada com a luta revolucionária (a revolução cujas explosões arrebentam, perfuram a terra, o solo). Tal conexão acentua um aspecto argumentativo de *Germinal*: o enunciador induz uma leitura - ou seja: propõe ao enunciatário uma cláusula do contrato discursivo - axiologizada favoravelmente com relação às lutas operárias narradas no romance.

Assim, a polifônica interação das vozes discursivas naturalista e proletária, no intradiscorso, abrange os procedimentos semânticos lexicais que incluem a relação, a partir de metáforas, entre os aspectos semânticos explícitos lexicalmente e os aspectos semânticos implícitos. Com a relação entre os aspectos semânticos explícitos e os implícitos, o enunciador induz o enunciatário, propõe-lhe, uma leitura axiologizada favoravelmente às lutas operárias; e também - pela importância dos aspectos figurativos que não chegam a ser explicitados, ficando apenas implícitos - induz o enunciatário a "*participer plus activement à l'élaboration du récit*" (Prince, 1973: 193).

A participação mais ativa do enunciatário decorre do fato de que o elemento semântico subentendido, como na passagem (1) acima, "*possibilita ao locutor dizer implicitamente alguma coisa, recorrendo ao interlocutor [ao enunciatário] para, juntos, interpretarem o que foi dito*". (Koch, 1984: 156)

Nos termos de Maingueneau (1996b), "*A leitura deve fazer surgir todo um universo imaginário a partir de índices lacunares e pouco determinados*". (p. 32) "*Para ser decifrado, o texto exige que o leitor instituído se mostre cooperativo, seja capaz de construir o universo de ficção a partir das indicações que lhe são fornecidas.*" (p. 37)

Ora, entre as "indicações" lingüísticas, principalmente os "índices lacunares" do contrato proposto pelo enunciador ao enunciatário, estão os elementos semânticos explícitos no léxico, como os da passagem (1) acima, que levam aos elementos semânticos implícitos, como os subentendidos - além dos pressupostos, que haviam sido examinados a partir do próprio título do romance. Tanto os elementos semânticos explícitos quanto os implícitos são parcelas do contrato discursivo entre enunciador e enunciatário.

O enunciatário, quando depreende a dimensão metafórica existente na última sentença do epílogo, depreende uma entre as ocorrências desse procedimento analógico empregado com abundância no romance - desde o próprio título até o epílogo da narrativa, o trecho (1).

Com isso, do início ao fim - mais precisamente, do título à última sentença do texto - o discurso proletário é atravessado pela

biologização metafórica do processo de desenvolvimento da consciência política operária. Assim, o discurso naturalista (em seu percurso semântico da natureza, no subconjunto da natureza vegetal) é conectado ao discurso proletário - tanto no percurso semântico do trabalho operário quanto no percurso da luta operária, em seu subconjunto da luta revolucionária. Essa articulação entre percursos semânticos do intradiscurso é um dos procedimentos lingüísticos que contribuem para que a axiologização das relações entre capital e trabalho se desenvolva desfavoravelmente ao primeiro desses dois pólos e favoravelmente ao segundo.

Contribui para tal axiologização, pela diversidade de imagens que proporciona ao intradiscurso, um aspecto específico do léxico naturalista: a animalização. A mais freqüente é a metáfora que estabelece comparação de uma mina de carvão, onde trabalham os operários, a um animal feroz - como nos trechos assinalados em itálico no exemplo (2), uma das várias passagens que narram a descida dos operários para o trabalho:

(2) “(...) o elevador apareceu (...). O homem entrou, agachando-se, com os demais companheiros. A máquina desapareceu no poço, para voltar (...) para *engolir outro carregamento de pessoas*. Durante meia hora *o poço devorou essa carga humana com suas fauces mais ou menos glotonas*, isto é, de acordo com a profundidade da galeria para onde elas iam, e isso sem descanso, *sempre esfomeado, com tripas gigantes, capazes de digerir todo um povo. Elas se enchem sem descanso (...).*” (Zola, 1976: 28)

A animalização é estendida aos operários, comparados a animais brutalizados, com (3) “*uma existência de gado*” (p.345), inclusive as mulheres, que trabalham (4) “*esbaforidas como jumentas carregadas demais*” (p. 42), “*com a garupa coberta de fuligem e barro até a barriga, como uma égua de carroça. De quatro patas (...)*” (p. 283).

Mas, além da metáfora, a metonímia é outro dado lingüístico que contribui para a construção do plano de leitura proposto pelo enunciador ao enunciatário. Ela está presente nas personagens operárias reformista, anarquista e revolucionária, respectivamente as personagens metonímicas Rasseneur, Étienne Lantier e Suvarin - as

três personagens operárias que conversam no exemplo (1'). Aquelas personagens são metonímias de três grandes concepções políticas e sindicais que estiveram nas origens da organização classista do proletariado - socialismo, anarquismo e reformismo - e que na narrativa funcionam como variáveis figurativas da luta operária.

Assim, há no texto do romance três variações da atitude proletária na luta contra o capital. Rasseneur, personagem que figurativiza metonimicamente o proletariado reformista, não vê como antagônico o conflito capital x trabalho e dirige a luta dos trabalhadores para melhorar as condições de vida operárias, melhoria que não aponta a possibilidade de substituição do capital pelo trabalho como poder hegemônico na sociedade. Já Étienne Lantier, personagem que figurativiza metonimicamente o proletariado revolucionário, vê como antagônico o conflito capital x trabalho e dirige a luta operária para mudar a própria base sobre a qual se apóiam as relações entre classes sociais: defende a substituição do capital pelo trabalho como poder hegemônico na sociedade. E Suvarin, personagem metonímica do proletariado anarquista, também considera antagônico o conflito capital x trabalho; mas direciona a luta operária para destruir não somente as relações sociais de dominação do trabalho pelo capital, mas para destruir toda a sociedade destruindo assim, por consequência, as relações sociais de dominação.

Eis um exemplo de que Rasseneur, a personagem metonímica reformista - pois visualiza a ação sindical como melhoria da sociedade capitalista - não compreende como contradição antagônica o conflito entre capital e trabalho:

(3) “(...) — Política, governo, tudo isso não me interessa... Desejo apenas que o mineiro tenha um tratamento mais digno. (...)”

Então não era estúpido acreditar que se podia de um golpe mudar a face do mundo, pôr os operários no lugar dos patrões, repartir o dinheiro como quem reparte uma maçã? (...) A melhor maneira de não quebrar o nariz era andar direito, exigir as reformas que fossem viáveis, tentar melhorar a vida dos trabalhadores quando se apresentasse a ocasião. Assim é que ele agiria se estivesse com o caso em mãos, obrigando a companhia a dar melhores

condições aos trabalhadores, em vez de obstinar-se em mandá-la ao diabo, o que resultaria na desgraça de todos.” (Zola, 1976: 219-220)

Passa pela personagem metonímica Rasseneur o percurso semântico figurativo da luta operária em uma de suas variações, a reforma moderada.

É diferente a personagem Suvarin, que recusa a ação política de massas moderada, substituindo-a pela ação destrutiva violenta. Suvarin é a personagem metonímica do anarquismo, é a personagem que, em antítese com relação ao reformismo, vê a luta capital x trabalho como movimento extremo de destruição - até mesmo física - da sociedade capitalista:

(4) “Incendeiem as cidades, ceifem os povos, arrasem tudo, e, quando não sobrar mais nada deste mundo podre, talvez nasça outro melhor dos escombros. (...) É preciso destruir tudo para que a fome não renasça. Sim! A anarquia, o nada, a terra banhada em sangue, purificada pelo incêndio! A seguir veremos o que se pode fazer.” (p. 134 e 136)

E Étienne Lantier é a personagem metonímica revolucionária, personagem que gradativamente desenvolve consciência da possibilidade de mudar a forma de apropriação dos frutos do trabalho e, conseqüentemente, de mudar a organização política da sociedade; consciência que supera dialeticamente tanto a tese reformista quanto a antítese anarquista e visualiza a luta operária como movimento constitutivo de uma síntese - a nova hegemonia política na sociedade, hegemonia do proletariado:

(5) “E agora pensava que talvez a violência não ajudasse muito. Cabos cortados, trilhos arrancados, lanternas quebradas, que esforço inútil! Não, não valia a pena três mil pessoas percorrerem as estradas transformadas em bando devastador. Pressentia vagamente que a legalidade, um dia, poderia ser mais terrível. Sua inteligência amadurecia, livrara-se da doença do rancor. Sim, a mulher de Maheu, sensata como era, tinha razão, seria *o golpe de*

*misericórdia na burguesia: arregimentarem-se em silêncio, conhecerem-se, reunirem-se em sindicatos, assim que a lei o permitisse. Depois, no dia em que fossem multidão, no dia em que milhões de trabalhadores se apresentassem diante de alguns desocupados, tomar o poder, ser os donos. Ah! que despertar da verdade e da justiça!” (p. 474, sem grifos no romance)*

Além dessas três personagens, metonímias da luta proletária em três de suas orientações mais específicas nas condições históricas européias ao final do século XIX, ocorrem manifestações metonímicas de abrangência mais geral, relacionadas com as condições de trabalho e de vida de toda a classe operária, como no caso da personagem que abaixo narra sua vida profissional na mina de carvão:

(6) “(...) Não tinha ainda oito anos quando descí, imagine, justamente na Voreux, e agora tenho cinquenta e oito. Veja bem, fiz de tudo lá dentro: primeiro como aprendiz; depois, quando tive forças para puxar, fui gradador e, mais tarde, durante dezoito anos, britador. A seguir, por causa destas malditas pernas, puseram-me para desaterrar, aterrar, consertar... Isso até o momento em que tiveram de me tirar lá de baixo porque o médico disse que um dia eu não voltaria mais. E faz cinco anos que sou carroceiro... Que tal? Não é bonito? Cinquenta anos de mina, sendo que quarenta e cinco no fundo!” (Zola, 1976, p. 13)

Há pelo menos dois aspectos semânticos implícitos nessa resumida narrativa de vida profissional. O primeiro provém do fato de que o enunciatário vê, no intradiscurso do romance, diversas outras personagens vivenciando condições de trabalho como as narradas no trecho (6). E o enunciatário instituído - assim como parcela dos enunciatários efetivos, dos leitores reais - dispõe também de informações interdiscursivas a partir de outros textos, como os históricos e os jornalísticos, sobre a dureza da vida operária. Assim, passagens como (6) contribuem para intensificar no discurso hegemônico em *Germinal* a verossimilhança enfatizada por

Aristóteles (livro I, cap.1.10), tendo em vista que “o orador mostre a exatidão das afirmações que faz” ao enunciário.

O segundo aspecto implícito, intradiscursivo, decorre de que personagens individuais como a do trecho (6), por serem representativas de uma condição coletiva, tornam-se metonímias, porque apresentam *contigüidade* (Jakobson, 1963: 62) semântica com relação a personagens coletivas, como a massa de trabalhadores que pouco a pouco vai sendo destacada como personagem principal: ao longo da narrativa, há um gradual delineamento da que ao fim do romance mostra-se a principal personagem, a grande protagonista, o proletariado. Exemplo do destaque aos operários como personagem coletiva pode ser lido nos trechos em itálico da passagem (7), que, narrando uma passeata de grevistas, estabelece a transição do destaque narrativo às personagens operárias individuais para o destaque à personagem coletiva proletária:

(7) “ (...) As mulheres tinham aparecido, cerca de mil, cabelos ao vento, desganhados pela correria, os farrapos deixando à mostra a pele nua, nudez de fêmeas exaustas de parir mortos-de-fome. (...) A seguir vieram os homens, dois mil furiosos, aprendizes, britadores, consertadores, verdadeira massa compacta que rolava como se fosse feita de um só bloco, apertada, confundida, a ponto de não se distinguirem as calças desbotadas ou os suéteres esfarrapados, esbatidos na mesma uniformidade terrosa. Os olhos faiscavam, viam-se apenas os buracos negros das bocas cantando a *Marselhesa*, cujas estrofes se perdiam num bramido confuso e que era acompanhada pelo bater dos tamancos na terra dura.” (Zola<sup>5</sup>, 1976: 318-319)

Nesta passagem (que entre outros aspectos retoma implicitamente, no trecho que menciona a *Marselhesa*, o título *Germinal* - pois em ambos

---

<sup>5</sup> Desde o primeiro esboço de *Germinal* por Zola, pode ser notada a preocupação do romancista com a personagem coletiva operária: “Dans les treize premiers feuillets [do esboço], c’est la foule des houilleurs qui est opposée au Capital. Étienne n’apparaît qu’au f. 415 (...)” (Becker, 1980: 101).

os casos o enunciador propõe ao enunciatário subentender a Revolução Francesa) - ou, mais precisamente, no confronto entre (6) e (7) - o enunciador propõe ao enunciatário a tarefa lingüística de subentender que a personagem individual de (6) é no discurso uma parte e que a personagem coletiva de (7) é o todo, parte e todo mantendo a relação semântica de contigüidade que para Jakobson é uma característica do romance realista.

O enunciador propõe ainda ao enunciatário de *Germinal* a tarefa semântica de subentender outro aspecto metonímico, relacionado com o *efeito* persuasivo de um *sentido* lingüístico, que consiste na dimensão *indutiva* (Aristóteles, livro III, cap.19.1-3) do epílogo. A passagem (1) estabelece a transição de um *lugar particular* ou *especial* argumentativo (Aristóteles, I, 1.21), que na narrativa é a luta dos operários mineiros em uma pequena cidade do interior francês, a um *lugar comum* (no sentido de *geral*) argumentativo (id. ib.): a tomada do poder político pela classe operária organizada. É mais um movimento metonímico de contigüidade - do particular para o geral, da parte para o todo - a partir da contradição inter e intradiscursiva burguesia x proletariado.

O enunciador propõe também ao enunciatário depreender uma outra cláusula semântica complexa. Os aspectos metonímicos acima apontados, como também a metáfora que já havia sido explicitada a partir da passagem (1), funcionam “como conectores (...). Com isso, todo o discurso (ou parte dele) passa a ser constituído de metáforas ou metonímias projetadas, ou seja, torna-se unidade retórica (...).” (Fiorin, 1989: 87)

Mas a metáfora na passagem (1) é dotada de uma característica singular: sua localização no epílogo da narrativa acarreta mais um movimento, a projeção retrospectiva da conexão entre os percursos semânticos figurativos, que faz de todo o discurso uma “unidade retórica”. Com o procedimento de projeção retrospectiva, apenas no fim do romance - na última sentença do último capítulo - o enunciatário pode estabelecer a articulação favoravelmente axiologizada entre os percursos semânticos do trabalho e da luta operária (ambos no intradiscorso proletário) e o percurso semântico da natureza (no intradiscorso naturalista). Assim, para o enunciatário, “A leitura não é portanto um percurso linear (...), mas um processo com



voltas” (Maingueneau, 1996b, p. 55), voltas entre as quais se encontra a retroprojeção metafórica e metonímica.

A projeção retrospectiva metafórica e metonímica é, assim, um dos principais procedimentos lingüísticos para historicização da Natureza (no caso em discussão, da natureza humana coletiva) - processo complementar ao seu inverso, a biologização da História, que já mostramos nos exemplos (2), (3) e (4). A biologização da História e a historicização da Natureza são processos complementares, e não antagônicos.

A projeção retrospectiva também contribui, evidentemente, para o estabelecimento do enunciatário instituído, que é o destinatário ideal do contrato proposto pelo enunciador. A metáfora e a metonímia projetadas retrospectivamente contribuem para o conjunto “des détails intéressants sur la personnalité d’un narrataire (...), elles les dévoilent.” (Prince, 1973: 185)

A “personalidade” do enunciatário não tem somente aspectos individuais - de evidente relevância na passagem do enunciatário instituído ao enunciatário efetivo, ao leitor, dotado de inegáveis características individuais - mas também aspectos coletivos, relacionados com as diferentes visões de mundo, as diferentes ideologias e seus respectivos discursos, que se articulam, aproximando-se ou afastando-se, no romance como nas demais dimensões da vida social. Em *Germinal*, o enunciatário instituído - ou seja, o parceiro ideal do contrato proposto pelo enunciador - tem na sua “personalidade” os componentes ideológicos cujas manifestações lingüísticas são o discurso proletário e o naturalista.

#### ASPECTOS PROVISORIAMENTE CONCLUSIVOS

A metáfora é um processo lingüístico já bastante pesquisado. Mas não a metonímia, embora - acompanhada ou não de metáfora - também seja um processo muito produtivo, tanto no discurso literário quanto no discurso não-literário. Um exemplo nada literário: na língua portuguesa brasileira coloquial, vários indivíduos são apelidados de *Alemão*; ora, ocorrem aí, simultaneamente, metáfora e metonímia. A metáfora reside na relação comparativa, implícita, entre características físicas daqueles indivíduos brasileiros (como cor clara da pele e/ou

dos cabelos e/ou dos olhos) e características, semelhantes, atribuídas a indivíduos originários da Alemanha. É a metonímia encontra-se na relação, também implícita, de contigüidade entre parte e todo: a parte são os indivíduos originários da Alemanha que efetivamente têm aquelas características físicas; e o todo é o conjunto mais amplo que abrange a totalidade de indivíduos originários da Alemanha, muitos dos quais não partilham as características físicas relacionadas com cor clara.

Procurando explorar o caminho aberto por Jakobson (1963.), que pesquisou, tanto no discurso afásico quanto no literário, relações entre os aspectos metafóricos e os metonímicos, vimos tentando estudar em conjunto esses dois procedimentos lexicais (Faria, 1997a; 1997b), em função de um aspecto semântico comum a ambos: o implícito.

Com o presente trabalho, procuramos extrair, dos estudos anteriores, algumas conseqüências para a compreensão do contrato discursivo estabelecido entre enunciador e enunciatário. Verificamos, por exemplo, que o contrato literário tem cláusulas lingüísticas mais exigentes do que o contrato não-literário. Isso porque inclui - ao longo de todo o texto, podendo abranger, como em *Germinal*, do título à última sentença - não só cláusulas com disposições semânticas explícitas, mas também cláusulas com muitas e elaboradas disposições semânticas implícitas, a partir das quais o enunciador propõe ao enunciatário tarefas lingüísticas mais complexas semanticamente, tanto pressupostas quanto subentendidas, como as que procuramos assinalar neste trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Rio de Janeiro: Ediouro, [s. d.].
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 1990.
- BECKER, Colette Du meurtrier par hérédité au héros révolutionnaire: Étienne Lantier dans le dossier préparatoire de *Germinal*, in MAREL, Henri (Org.) *Cahiers de l'U.E.R. Froissart* (Université de Valenciennes) no. 5: *Zola, thèmes et recherches*. Valenciennes: Université de Valenciennes, 1980.
- CHARAUDEAU, Patrick. Une analyse sémiolinguistique du discours, in *Langages* 117. Paris: Larousse, 1995.
- FARIA, Antônio Augusto Moreira de. *Sobre Germinal: interdiscurso, intradiscurso e leitura*. São Paulo: USP, 1999, (Curso de Pós-Graduação em Lingüística, tese de doutoramento).
- \_\_\_\_\_: (1997a) Discurso e leitura, semântica e argumentação em *Germinal*, in MACHADO, I.L., CRUZ, A.R., LYSARDO-DIAS, D (Org.) *Teorias e práticas discursivas*. Belo Horizonte. Carol Borges & Núcleo de Análise do Discurso da UFMG, 1997.
- \_\_\_\_\_: (1997b) Heterogeneidade discursiva e persuasão em *Germinal*, in *Estudos Lingüísticos XXVI*. Campinas:, GEL-Grupo de Estudos Lingüísticos de São Paulo, 1997.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito* (edição original francesa: 1984). Campinas: Pontes, 1987.
- FIORIN, José Luiz . O romance e a representação da heterogeneidade constitutiva, in FARACO, C.A., TEZZA, C., CASTRO, G. (Orgs.) *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba: UFPR, 1996.
- \_\_\_\_\_: (1997a). O romance e a simulação do funcionamento real do discurso, in BRAIT, B. (Org.) *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Unicamp, 1997.
- \_\_\_\_\_: (1997b). Contexto e compreensão: o leitor e o texto, in MEURER, J. L., MOTTA-ROTH, D. (Orgs.) *Parâmetros de textualização*. Santa Maria: UFSM, 1997.

JAKOBSON, Roman. *Lingüística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1963:  
Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia.

KOCH, I. G.V. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984.

MAINGUENEAU, D. *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo:  
Martins Fontes, 1996.

PRINCE, G. Introduction à l'étude du narrataire, in *Poétique 14*. Paris: Seuil,  
1973.

ZOLA, É. *Germinal*. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

\_\_\_\_\_. *Les Rougon-Macquart: histoire naturelle et sociale d'une famille  
sous le Second Empire* (v. III: "Pot-bouille"; "Au bonheur des dames";  
"La joie de vivre"; "Germinal", édition intégrale publiée sous la  
direction d'Armand LANOUX; études, notes et variantes par Henri,  
MITTERAND. Paris: Gallimard ("Bibliothèque de la Pléiade"), 1994.

## O LEITOR COMO INSTÂNCIA ENUNCIATIVA EM "L'USAGE DE LA PAROLE", DE NATHALIE SARRAUTE

Renato de Mello  
FALE-UFMG

Quando abrimos qualquer livro de Sarraute vemos que não há prefácio, nem subtítulo, nem dedicatória, nem numeração de capítulos. Na primeira página, temos a impressão de que não há ninguém no comando da narrativa: travessões, vozes se falam; não sabemos quem são, nem o que as faz falar. São vozes que saem do nada, do silêncio e que vêm à superfície da página em branco como alguém que quer respirar, para, em seguida, voltar, novamente, ao silêncio: A estrutura dialogal permite ao sujeito da enunciação bifurcar-se em vozes que decidem "mergulhar" nos *tropismos* e construir um texto. Essa bifurcação surge da necessidade de partilhar com alguém a substância informe, porém viva e forte, dos *tropismos*, propiciando o seu jogo dramático. A presença dessas vozes como elemento estruturador da obra perturba e dá nova forma à narrativa. São no mínimo dois, dramaticamente, os sujeitos do discurso, no instante mesmo da enunciação: o sujeito-enunciador e o sujeito-co-enunciador: a voz-narradora e a voz-testemunha, que se alternam num diálogo.

Para compor sua obra, Sarraute precisa de parceiros, seres em presença que aceitam participar do jogo da palavra em forma de diálogo, sujeitos competentes, dispostos a entrar nas conversações e a sofrer manipulações, às vezes dolorosas, dos *tropismos*. O diálogo na obra de Nathalie Sarraute não equivale, entretanto, a uma comunicação real, verdadeira: é somente "*la partie émergée de l'iceberg, manifestant en même temps qu'elle la dissimule une matière cachée, d'un volume beaucoup plus important*" (Pierrot, 1990: 118).

O dialogismo e a vocação interpessoal dos *tropismos* podem ser observados por toda parte. Percebe-se em que medida os *tropismos* podem ser vistos como "*mouvements involontaires qui agitent les strates invisibles, intérieures, des rapports interpersonnelles*". Pode-se observar também como as relações interpessoais estão ligadas com os

estratos completamente visíveis da conversação. A relação com o outro e, conseqüentemente, consigo mesmo, se materializa nos tropismos. Em todos os tipos de diálogos, do mais superficial e banal até o mais complexo e profundo, percebem-se articulações e desarticulações das relações entre os sujeitos. Das relações no seu sentido mais amplo, ou seja, ligações estabelecidas entre quaisquer elementos, relações no sentido daquilo que se procura em sociedade a fim de "ter relações".

Todas as narrativas de Nathalie Sarraute são em primeira pessoa. Há sempre alguém que fala a alguém ou a si mesmo. Reconhecer quem é esse *eu* que fala é, porém, uma tarefa quase impossível. Todos são sujeitos da enunciação. Esses pronomes *eu*, que "*só podem ser identificados pela instância do discurso que os contém e somente por eles*" (Benveniste, 1966: 258-266), são quase sempre ambíguos. Não somente a designação desse locutor é freqüentemente escamoteada, mas também aquele que o ouve, o locutário, tem existência e identidade pouco definidas. Todos se (con)fundem no anonimato dos pronomes.

De um lado, Nathalie Sarraute percebe que não há mais necessidade de explicitar ao leitor *quem* fala, nem *o que* se fala, pois o importante, segundo ela, é *como* se fala e as *sensações* que a fala provoca. Assim, a personagem não precisa mais de seus atributos físicos, sociais, e mesmo psíquicos. Por outro lado, o locutor só se constitui como sujeito no processo de enunciação, na medida em que fala a um *locutário*. É somente na relação com o outro que ele pode se definir como sujeito, como *eu* (Benveniste, 1966: 258-266).

Nos textos de Nathalie Sarraute há, como dissemos, um jogo de vozes, de diálogos, com um mesmo objetivo: fazer e manter o contato, dialogar, conversar, dividir as opiniões, para que se re-tenham as sensações, a sensação de estar vivo, de sentir, de falar. É preciso assegurar-se de que não se está só. O outro se torna, assim, um elemento vital. Ávido de preencher o vazio da identidade, o sujeito procura o outro, sua presença, sua aprovação. Esse movimento de pulsação em direção ao outro visa produzir uma compreensão mútua das sensações e dos *tropismos*. É a partir da relação complexa, móvel, plena de ambivalência — amor-ódio, adesão-ruptura — que uma personagem mantém com a outra, que Sarraute compõe a intriga linguageira, sem ação, só de choque de palavras. Aquele que diz *je* em

seus textos é o sujeito que procura e, ao mesmo tempo, foge dos *tropismos*.

O aparecimento da dupla *eu-tu* equivale à colocação de uma axiologia interpessoal. Após um momento de enunciação, quando são instaurados o *je* e o *tu*, cada sujeito recebe seu lugar e seu valor. Passa-se, assim, ao centro do discurso, do nível enunciativo dialógico ao nível semio-narrativo onde cada sujeito é definido na sua relação com outro(s) sujeito(s) em função de sua ligação com um número maior ou menor de objetos de valor. O *tropismo* manifesta, dessa forma, uma continuidade entre a enunciação e a axiologia difícil de ser apreendida teoricamente. É interessante notar que os dois eixos estão presentes na obra de Sarraute, geralmente percebidos como contraditórios na relação interpessoal: os *tropismos* tanto podem atualizar a dimensão (inter)individual quanto elaborar, através de um cenário mais geral, a constituição dos valores de um grupo.

Em 1980, Nathalie Sarraute lança *L'Usage de la Parole* (a partir de agora designado *UP*) no qual pretende concentrar e radicalizar ainda mais seu método. As palavras provocam as imagens; Sarraute torna-se, cada vez mais, uma escritora sonora, "enunciativa". A pura sonoridade, às vezes sem qualquer significado, e a entonação passam a ter poder de suscitar ondas de *tropismos*. *UP* é um conjunto de pequenos artigos, dos quais cada título representa um sintagma, ou melhor um enunciado gerador de *tropismos*. Veja o exemplo do poder emocional da expressão, do lugar-comum "*mon petit*". Sarraute diz que para ser eficaz a expressão deve emergir "*inopinément au cours de la plus paisible et amicale des conversations*" (*UP*, p. 76). É preciso, ainda, que os interlocutores sejam iguais, que "*mon petit*" não se torne legítimo nem pela diferença de idade, nem pela diferença hierárquica. Nessas condições, o *tropismo* pode fazer seu papel: "*mon petit*" se transforma em uma clara axiologia interpessoal: num instante o enunciatário se sente inferior ao enunciador e quanto mais o *tropismo* se manifesta, mostra-se como independente do enunciador, como imposto pela própria estrutura dialógica, mais o mal-estar será indescritível e penoso.

O que está em jogo não é, desse modo, a vontade insidiosa do locutor de assujeitar o alocutário, mas de transformá-lo em parte constitutiva da estrutura dialógica da enunciação. A expressão "*mon petit*" só evidencia o poder da relação dissimétrica *je-tu*. A expressão significa

antes de tudo "*je dis que tu es mon petit*". O *je* está, desse modo, sempre em posição de transcendência com relação ao *tu*. Como afirma Benveniste, toda enunciação dialógica leva ao aparecimento de uma axiologia interpessoal. O *tu* será, assim, o servidor do *je*.

Uma outra instância dessa "polifonia"<sup>1</sup> se constrói na dimensão do leitor. Cada autor, ao escrever, constrói uma imagem do leitor a quem ele se endereça. Essa imagem pode ser mais ou menos precisa. Esse leitor imaginado por Sarraute é, geralmente, visivelmente representado e interpelado nos textos. Ele torna-se personagem e é tido como testemunha, convidado a participar, interrogado, observado (a autora nunca imagina um leitor passivo). Ela imagina, ainda, os leitores em sua pluralidade, diversidade e disparidade: "*Attendez avant de vous moquer...avant de me lâcher [...] maintenant, si vous avez encore quelques instants à perdre, si tous ces drames ne vous ont pas lassé, permettez-moi de vous convier encore à celui-ci...*" (UP, p. 96)

Freqüentemente, o leitor faz parte da sub-conversa da autora. Sua imagem é levada pelo fluxo da narração, pelos *tropismos* do narrador. Supõem-se-lhe atitudes. Atribuem-se-lhe sentimentos para deixar entender que ele possui, ou melhor, que ele é feito da mesma substância que a autora ou o narrador. A maior parte do tempo, entretanto, ele é percebido em sua distância inalcançável. O leitor pode, assim, tornar-se um juiz, um adversário, uma figura intimidadora.

Conhecendo as possíveis reações de seus leitores, Nathalie Sarraute antecipa-se: prepara-os para entrar no texto, mostra-lhes os obstáculos, leva-os por caminhos até então não explorados. O jogo da leitura pode ser surpreendente, emocionante. Consciente do risco de ter seu livro fechado, não lido, o narrador envolve o leitor com sua conversa, transforma-o em testemunha, em cúmplice de sua escritura: "... *Est-il possible que vous ne percevez pas comme moi? ... Ici, regardez... [...] Je ne suis pas seul de mon avis...*" (Enfance, p. 156)

---

<sup>1</sup> "A noção de polifonia nos permite compreender a imbricação de diferentes sujeitos no discurso, desmistificando a antiga idéia de um sujeito falante único. Assim o texto pode tornar-se palco de encontro de diferentes vozes ou de diferentes sujeitos falantes/comunicantes/interpretantes". (MACHADO, 1998 :116).



Feito o vínculo com o leitor, o narrador o guia no seu universo inquietante, revela-lhe seus *tropismos*, matéria-prima na construção de todos os seus textos, e o faz mergulhar neles sem que se saiba exatamente para onde está indo: "... *C'est cela que je vous offre, cette brève incursion, cette amusante excursion, cette excitante impression d'aventure, de danger, mais vous rebrousserez chemin quand vous voudrez...*" (UP, p. 31)

O leitor é, desse modo, provocado, levado a refletir sobre a proposição da autora, do narrador ou da personagem. Há, nas citações acima, o jogo de persuasão no que diz respeito ao fazer poético. A argumentação da autora pressupõe, de um lado, que ela esteja interessada em convencer ou seduzir o leitor, o que a faz construir estratégias específicas para tal fim, e, de outro, que ela deseje ou precise agir sobre o leitor, objetivando fazê-lo partilhar/compartilhar do seu ponto de vista. Esse modo de organização argumentativo, que tem como objetivos "fazer passar idéias, influenciar um dado público e, se possível, modificar seus julgamentos a respeito dessa ou daquela questão" (Machado, 1995: 142), passa a fazer parte de uma série de estratégias que serão usadas por Sarraute a fim de atingir o leitor e torná-lo cativo, seu cúmplice, sua vítima, sua testemunha, enfim, seu duplo.

Nathalie Sarraute exige uma participação ativa do leitor, tanto pelo lugar que lhe é atribuído na obra quanto pelo trabalho interpretativo que lhe é designado: Sarraute quer, de fato, que o leitor "*l'aide [...] à vivre*" um texto que "*ne reste pas lettre morte*" (UP, p. 97), para que se possa perceber os movimentos tropismais que só podem ser transmitidos através do próprio texto. Ao leitor, cabe se submeter a essa chamada, a esse apelo, contra o qual ele não pode ou não consegue fugir.

O lugar e o papel do leitor estão visivelmente inscritos em todos os textos de Sarraute. Em UP, um diálogo entre o narrador e o leitor se instaura desde a primeira linha. Diálogo que será o fio condutor de todas as dez partes que compõem a obra: "*Ich sterbe. Qu'est-ce que c'est? Ce sont des mots allemands. Ils signifient je meurs. Mais d'où, mais pourquoi tout à coup? Vous allez voir, prenez patience.*" (UP, p. 11)

Ainda que o leitor perceba a determinação "*prenez patience*" como uma ordem de caráter pessoal, seu lugar inscrito na própria obra não é o de um leitor qualquer, mas, ao contrário, o de uma imagem de leitor modelo da mesma forma que o *eu* não é a autora, mas sim um narrador que só tem existência no texto. Ou, nas palavras de Umberto Eco (1985: .82: "*La coopération textuelle est un phénomène que se réalise [...] entre deux stratégies discursives et non pas entre deux sujets individuels*").

O leitor se identifica, desse modo, com as personagens e adota, como a criança de "*Ton père. Ta mère*", o papel que lhe é atribuído. Dois níveis de comunicação podem, assim, ser observados em praticamente todas as obras de Sarraute: entre as personagens de um lado, e entre o narrador e o leitor de outro, ainda que a presença desse último seja algumas vezes tênue e tenda a se confundir com certas personagens, o que contribui ainda mais para a complexidade do texto sarrautiano.

Para que se instaure um diálogo constante entre o narrador e o leitor em *UP*, Nathalie Sarraute atribui uma atitude e um papel específico ao leitor, que se torna um verdadeiro ator do texto no qual uma cooperação importante é explicitamente pedida. O narrador o estimula primeiramente a tomar uma atitude inovadora, desprendida das referências e dos modos de leitura das narrativas tradicionais. Trata-se, para o leitor, de abandonar todos os preconceitos e passar a confiar nesse narrador que o "convida" para assistir a diversos jogos ou dramas, instigando-o a participar. A ordem "*prenez patience*" aparece desde as primeiras linhas do texto e será seguida de numerosas outras: "*Mais il faut, ici aussi, encore un peu de patience*", declara o narrador, que fustiga além disso a atitude do leitor e sua falta de confiança: "*Mais vous perdez déjà patience, vous vous apprêtez déjà à vous débarrasser de tout cela [...]. Alors faites-moi encore un peu confiance...*" (*Enfance*, p. 23-24)

O leitor de *UP* não é apenas um ouvinte atento: ele participa da elaboração do drama para o qual ele é convidado, fazendo uma escolha entre diferentes termos ou criando o quadro no qual se desenvolve esse drama, como no "capítulo" "*Le mot Amour*", onde, desde o princípio, ele pode decidir sobre o conteúdo dos enunciados das personagens colocadas em cena:

*"... les paroles que ces voix portent sont les plus banales qui soient... de celles que deux personnes étrangères l'une à l'autre peuvent échanger au cours d'une rencontre quelconque, à une table de café... est-ce sur le goût de ce qu'elles boivent... ou sur n'importe quoi, si je vous laisse, si vous le voulez, en imaginer d'autres..." (UP, p. 65-66)*

Se se manifesta o desejo de dar uma certa liberdade ao leitor em um momento em que se pede sua participação, o narrador jamais deixa de lhe dar as diretrizes e definir as condições necessárias para o desenrolar da ação, permitindo-lhe somente uma pequena parcela de poder de decisão e de ação: a proposta que constitui a primeira frase de *Eh bien quoi, c'est un dingue* – "*Eh bien quoi... faites-le-suivre, si vous le préférez, je vous laisse le choix... de "c'est un timide, c'est un maniaque"*– é, dessa forma, seguida das ordens "*n'oubliez-pas*" e "*ne négligez pas surtout*" (UP, p.109) restringindo, assim, essa liberdade que é previamente concedida ao leitor.

Valendo-se do narrador, Sarraute incita o leitor a ter consciência de seu uso da linguagem e a adotar uma atitude crítica. Ela o encoraja a fazer um trabalho comparável ao seu: analisar os efeitos da fala, da palavra que ela considera como um início de tropismos desencadeados por uma expressão, um lugar-comum. "*Ce ne sont là, vous le voyez, que quelques légers remous, quelques brèves ondulations captées parmi toutes celles, sans nombre, que ces mots produisent*", declara o narrador ao sujeito de "*Ich sterbe*", antes de completar: "*Si certains d'entre vous trouvent ce jeu distrayant, ils peuvent – il y faut de la patience et du temps– s'amuser `a en déceler d'autres*" (UP, p. 17).

Sarraute também cria um leitor que experimenta o interesse pelas expressões, pelos lugares-comuns, a partir dos quais são contruídos os textos. Entretanto, ela coloca sempre em dúvida esse interesse e se coloca em posição de defesa, esperando do leitor críticas ou até mesmo o abandono da leitura: "*Mais attendez avant de vous moquer... avant de me lâcher...*" implora o narrador em "*À très bientôt*". O "capítulo" "*Eh bien quoi, c'est un dingue*" pode ser lido, segundo a proposta do narrador no último parágrafo da obra, como uma metáfora da relação da autora com um leitor incompreensível, que julga decisiva e abusivamente:

*"Et moi, qui ai pris tant de précautions, qui ai cru bon de m'entourer d'une double protection, comment m'empêcher, pendant que je vous raconte cette histoire, de vous imaginer par moments m'observant avec cet étrange regard, ce sourire, et vous disant à vous même: 'Eh bien quoi, c'est un dingue'..." (UP, p. 117)*

Através de tais questionamentos sobre a recepção de seus textos, Sarraute provoca no leitor um movimento de adesão, tirando as dúvidas e afirmando seu interesse pela linguagem, pelo reconhecimento das idéias, dos sentimentos e das sensações. Essa reação é perceptível quando o narrador comenta os questionamentos de seu interlocutor, questionamentos que nem sempre são formulados no texto:

*"Ecoutez-les, ces paroles...elles en valent la peine, je vous assure...Je vous les avais déjà signalées, j'avais déjà attiré sur elles votre attention. Mais vous n'aviez pas voulu m'entendre... il n'est pires sourds... Non, pas vous? Vous vous les rappelez? J'avoue que c'est la pour moi une vraie surprise, vraiment je ne m'y attendais pas..." (UP, p. 49)*

O leitor é, desse modo, levado, pelo lugar que lhe é construído na obra, a participar da elaboração dos textos e a renovar sem parar sua adesão às propostas e às posições da autora.

Se há alguma dúvida no interesse do leitor em aderir e participar das propostas feitas pela autora ou pelo narrador, estes estabelecem uma relação de convivência com o primeiro, criando, através da situação de comunicação instaurada, uma figura idealizada de um leitor modelo: um duplo do narrador, imagem e semelhança da autora. O leitor se inscreve, assim, como um duplo de Sarraute, criado por ela mesma.

Há, nessa dimensão do duplo do leitor, um jogo que determina a escritura. Esse duplo é, geralmente, muito exigente, supervisiona o criador, o que ele diz, como ele diz. Ele aconselha e controla a

formulação. Ele representa uma visão crítica que a autora tem em si. Esse duplo é em si mesmo dual: há o bom e o mau. O bom duplo é aquele que tem valor de sentinela e previne a autora contra as convenções, impede-a de se sucumbir, a protege contra os riscos sempre presentes dos clichês. O mau duplo é aquele que se mostra sob a imagem negra do crítico dogmático, aquele que comenta e classifica os discursos segundo os credos do momento com o peso de reprimendas e de incompreensões que esse tipo de crítico veicula. O leitor seria, assim, o conjunto, a união desses dois interlocutores, o bom e o mau - duplo crítico.

Sarraute exige, assim, de seu leitor, uma implicação forte e pessoal, uma convivência singular. Ela delega ao leitor, seu duplo e personagem, um conteúdo emotivo bruto e cabe a ele tirar dali uma sensação análoga.

Esse duplo - interlocutor criado pela autora-, sujeito interpretante e também comunicante, participa da construção das sensações, das experiências vividas. Ele faz comentários, fala das dores e das alegrias, das invenções e das fantasias. O duplo pode ser a voz da lucidez, do alerta, da correção, da censura, da repreensão, do comentário crítico, da ironia, da suspeita e da reflexão. E também a voz da cumplicidade. É a presença anônima, indeterminada, ilusória talvez, mas é aquela que chama a atenção, mobiliza a curiosidade. É por meio dela que transparece uma substância original, que, quando discernida, nomeada e definida, perecerá, permanecendo apenas as palavras em busca da sensação: ... *ce qui m'intéresse ce n'est pas l'objet mais les mouvements intérieurs qu'il déclenche* (Saporta, 1984: 23).

Oriundo do desdobramento do mesmo sujeito, esse duplo só tem existência lingüística, servindo como suporte da estrutura dialogal, que disfarça um monólogo interior para buscar a revelação de si através de uma exploração tropismal.

Prever seu leitor modelo, segundo Umberto Eco, "*... ne signifie pas uniquement 'espérer' qu'il existe, cela signifie aussi agir sur le texte de façon à le construire. Un texte repose donc sur une compétence mais, de plus, il contribue à la produire*" (Eco, 1985: 71-72).

O leitor cujo lugar e atitude estão inscritos no centro de *UP* é, também, um duplo do narrador, adotando seu ponto de vista, tendo as mesmas referências culturais e o mesmo uso da linguagem. Em "*Eh bien quoi, c'est un dingue*", há uma passagem onde a atitude das personagens pode ser lida como uma metáfora das relações do narrador com o leitor:

*"Il est indispensable que celui qui se met à raconter ait la certitude que l'autre qui est là, devant lui, tout prêt à l'écouter, l'autre muni des mêmes sens que les siens... mais on n'en finirait pas d'énumérer tout ce qui peut lui donner la certitude que par-delà quelques apparences, quelques détails de peu d'importance l'autre lui ressemble..."* (*UP*, p. 110-111).

Essa criação de um duplo pode ser percebida pelo leitor real como alguém tão solidário ao narrador que pode ser visto como um *alter-ego*, um coadjuvante, aquele que ajuda seu interlocutor a enfrentar os tormentos, as dúvidas, os sonhos, faz companhia nos momentos de solidão, apaziguando os momentos difíceis na construção do texto. Esse duplo ora impulsiona o narrador, ora o refreia a "*comblar ce trou par un replâtrage*" (*UP*, p. 24).

Uma relação de convivência é estabelecida. Narrador e leitor adotam a mesma atitude se se situam em uma mesma distância das cenas apresentadas. O leitor é, dessa forma, envolvido na trama ou na condução da ação. O jogo apresentado em "*Ne me parlez pas de ça*" é encenado por essas duas personagens. O duplo, a partir do momento em que aceita as regras do jogo, deixando de ser um simples leitor espectador e tornando-se um ator, é alertado pelo narrador: o jogo "*... est un de ceux dont on peut affirmer à peu près à coup sûr que nous serions, vous et moi – si vous acceptiez d'y participer – les premiers et les seuls à y jouer.*" (*UP*, p. 121). Para tornar a relação entre narrador e seu duplo ainda mais forte, mais estreita, Sarraute se vale de dêiticos como *nous* e *aujourd'hui* :

*"Malheureusement il est certain que celui d'où le flot de paroles irrésistiblement coule est aujourd'hui comme chacun de nous bien renseigné sur toutes ces*

*autopunitions et ces mutilations et qu'il est donc très peu probable qu'il n'est pas depuis longtemps pris conscience d'une pareille contrainte, d'une telle souffrance." (UP, p. 26)*

Esses dêiticos contribuem para dar mais realismo à situação de comunicação. O advérbio *aujourd'hui* se inscreve, nessa passagem, em uma mesma temporalidade da cena e da escritura. O dêitico *nós* mostra a convivência que liga o narrador a seu duplo – o leitor.

Sarraute cria, enfim, essa cumplicidade supondo a presença de um leitor fiel. Ainda que os textos que compõem *UP* sejam independentes, podendo ser lidos separadamente, uma certa continuidade ou unidade é estabelecida graças ao emprego de certos elementos, certos termos que criam um fio temático ou temporal entre eles. O narrador evoca certos dados que ele considera como apreendidos pelo leitor e supõe que esse tenha lido os textos precedentes e experimentado o interesse pelas propostas feitas pelo narrador. O texto "*Et pourquoi pas?*" se inicia com as seguintes palavras: "*Voici deux autres interlocuteurs. Encore ce genre d'amis? Non, des interlocuteurs quelconques, qui échangent des propos comme tous ceux qu'on échange... Mais il faut, ici aussi, encore un peu de patience.*" (*UP*, p. 37)

O adjetivo "*autres*" cria uma continuidade entre esse texto e o anterior. "*Aussi*" indica que a paciência que é exigida já foi anteriormente colocada para o leitor e "*encore*" mostra a ligação estabelecida entre os textos. Sarraute supõe, assim, uma leitura contínua da obra. O narrador de "*Mon petit*" convida seu leitor a entrar em um novo texto e lhe refresca a memória quanto à temática comum a todos os textos: "*Vous ne serez pas surpris d'apprendre, puisque ce sont les mots, certains mots qui, à eux seuls, nous occupent en ce moment, que ce drame, c'est un mot, un petit mot tout simple qui le produit.*" (*UP*, p. 97)

Instaurar um diálogo entre leitor e narrador é um procedimento através do qual Nathalie Sarraute constrói seus textos. O que *UP* inaugura, segundo Françoise Asso,

*"... c'est un déplacement décisif de l'affrontement dialogique: car le lecteur n'est pas seulement le destinataire d'une parole persuasive qui fait de lui un témoin ou un double, mais aussi le sujet actif d'une parole à lui prêtée... Le lecteur interpellé dans L'usage de la parole est entraîné, par la construction même du texte, dans un dialogue 'ouvert' où l'on est à l'écoute de toutes paroles - la sienne, celle de l'autre, celle à entendre ensemble, et qui sont les 'thèmes' des différents textes." (Asso, 1995: 68-69).*

O leitor é, de certa forma, manipulado, tomado como refém pela autora que o inclui em seus textos para servir a seus próprios fins. O leitor é, assim, um procedimento narrativo, procedimento este que dá mais vitalidade ao texto pela interatividade que o diálogo instaura. O texto se constrói a partir de um jogo de perguntas e respostas do leitor e do narrador. Este último faz perguntas puramente retóricas que só servem para orientar a narrativa para um ou outro tema que possa interessar ao leitor. O narrador, levando em conta as prováveis questões levantadas pelo leitor ideal, cria um duplo de si para preencher esse lugar vazio de um parceiro efetivo. Para ter sucesso em sua empreitada e garantir, assim, a vitória, cria-se um parceiro ideal. Para tal fim é preciso antecipar as questões, as objeções, os ataques possíveis e levar tudo isso em consideração na construção de uma argumentação. Esse procedimento permite à autora insistir em cada elemento, em cada tema e afirmar sua importância. Inscrever a figura do leitor, do duplo no centro da obra, permite a Nathalie Sarraute construir seus textos a partir das possíveis reações de seus leitores reais, identificando-os (com e como) as suas personagens.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSO, F. *Nathalie Sarraute: une écriture de l'effraction*. Paris: P.U.F., 1995, (Coll. Écrivains).
- BENMUSSA, S. *Nathalie Sarraute, qui êtes-vous?* (conversations avec Simone Benmussa). Lyon: La Manufacture, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Entretiens avec Nathalie Sarraute*. Tournai: La Renaissance du Livre, 1999, (Coll. Signatures).
- BENVENISTE, É. *Problèmes de linguistique générale I*. Paris: Gallimard, 1966.
- ECO, H. *Lector in fabula*. Grasse, 1985, (Coll. Figures).
- MACHADO, I.L. A Semiolingüística de Patrick Charaudeau: uma interessante opção de análise discursiva. In: *Contexto - Revista do Departamento de Línguas e Letras*. UFES, n.1-2, p. 26-31, 1992.
- \_\_\_\_\_. Polifonia: Aspectos teóricos. In: *Boletim/CESP*. v. 17, n. 14 jan./jul. 1994.
- \_\_\_\_\_. A análise do discurso da Segunda geração com ênfase para a Semiolingüística. In: MACHADO, I.L. (Org.) *Cadernos do NAPQ - FALE/UFMG*, n. 28, ago.1995.
- \_\_\_\_\_. (Org.) *Teorias e práticas discursivas. Estudos em análise do discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges Editora, 1998.
- PIERROT, J. *Nathalie Sarraute*. Paris: Gallimard, 1990.
- SAPORTA, M. Introduction à la connaissance de Nathalie Sarraute. *L'Arc*, Le Revest - Saint Martin, n. 95, p. 2-3, 1984.
- \_\_\_\_\_. Portrait d'une inconnue: conversation biographique. *L'Arc*, Le Revest - Saint-Martin, n. 95, p. 5-23, 1984.
- SARRAUTE, N. *L'usage de la parole*. Paris: Gallimard, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Enfance*. Paris: Gallimard, 1983.

## LITERATURA INFANTIL E CO-ENUNCIADOR MODELO: UMA QUESTÃO DE DISCURSIVIDADE E INTERDISCURSIVIDADE

Diléa Helena de Oliveira Pires  
Mestranda – FALE-UFMG

### INTRODUÇÃO

“um rio precisa de muita água em fios  
para que todos os poços se enfrasem:  
se reatando, de um para outro poço,  
em frases curtas, então frase e frase,  
até a sentença – rio do discurso único,  
em que tem voz a seca que ele combate.”

(João Cabral de Melo Neto, in *Rios sem discurso*)

A caracterização da literatura infantil contemporânea, no que diz respeito às suas propostas de produção, constitui um instrumento essencial para a explicitação do enunciatário, associando-o aos trajetos interdiscursivos integrantes da especificidade desse campo literário em particular.

Sendo assim, a sustentação teórica dessa pesquisa advém da Análise do Discurso, em sua vertente francesa, especialmente a ligada às contribuições de Dominique Maingueneau, que tem tratado da contextualização da obra literária e de alguns de seus desdobramentos pragmáticos. A perspectiva da Análise do Discurso nos interessa sobretudo por situar a linguagem não como mero suporte ou instrumento neutro de comunicação, mas como uma rede de instruções que permite ao co-enunciador a construção do sentido.

Segundo Maingueneau, é o co-enunciador que enuncia a partir das indicações cuja rede total constitui o texto da obra.(...) A história que conta só surge através da sua decifração por um leitor (1996: 32).

Tomando como ponto de partida a afirmação acima, o objetivo geral desse estudo é contribuir para a caracterização da chamada *literatura infantil brasileira contemporânea*, no que diz respeito à sua enunciação, ou seja, esse trabalho visa estabelecer o *pivô* da relação entre o *discurso literário infantil* e o *mundo*, através do meio ambiente material e institucional de sua produção, como também estabelecer os lugares dos interlocutores, estabilizados nessa tipologia.

Não se trata aqui de estudar os vínculos que o discurso literário infantil estabelece com o conteúdo total da consciência do enunciatário.

Não se trata, tampouco, de interpretar o referido discurso no espírito desse conteúdo de consciência.

O que estamos tentando é, através da leitura, construir caminhos a partir de uma disposição de índices lacunares, não em busca de uma "voz primordial", mas de uma instância de enunciação que supõe a atividade de um leitor.

Isso significa que o nosso propósito é o de levantar evidências e/ou indícios que possibilitem identificar as regras próprias da *literatura infantil*, numa tentativa de reconstruir o seu co-enunciador modelo, ou seja, reconstruir o "leitor invocado" pela instância enunciativa.

Tomaremos como referência a obra "*A casa feita de sonho*", dos autores Ricardo Alberty e Eliana B. Brandão, que será analisada e, posteriormente, confrontada com quatro obras premiadas pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, tendo em vista a atuação dos seus respectivos autores, enquanto enunciadores dessa situação discursiva.

Autores	Obras
Ângela Lago	De morte
José Paulo Paes	O menino de olho d'água
Terezinha Alvarenga	A mãe da mão da minha mãe
Ziraldo	O menino marrom

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica (estudo de obras), privilegiando essencialmente a compreensão dos mecanismos discursivos que evidenciaram as modelagens de leitores e leituras do *corpus* em estudo.

A importância desta pesquisa textual, intertextual e contextual voltada para esse campo literário se liga não só ao seu alcance social - especialmente junto ao ensino de 1º Grau - como também ao tratamento em profundidade de uma tipologia que tem atraído ainda poucos pesquisadores, que, quando o fazem, acentuam uma orientação metodológica que recai predominantemente em estudos de caso, apresentando análises, que em geral só contemplam aspectos estéticos, ignorando as relações entre literatura, produção e contexto histórico - social.

## DESENVOLVIMENTO

*“Fazer com que a palavra frouxa  
ao corpo da coisa adira:  
fundida em coisa, espessa, sólida,  
capaz de chocar com a contígua.*

*Não deixar que saliente fale:  
sim, obrigá-la à disciplina  
de proferir a fala anônima,  
comum a todas de uma linha.”*

(João Cabral de Melo Neto)

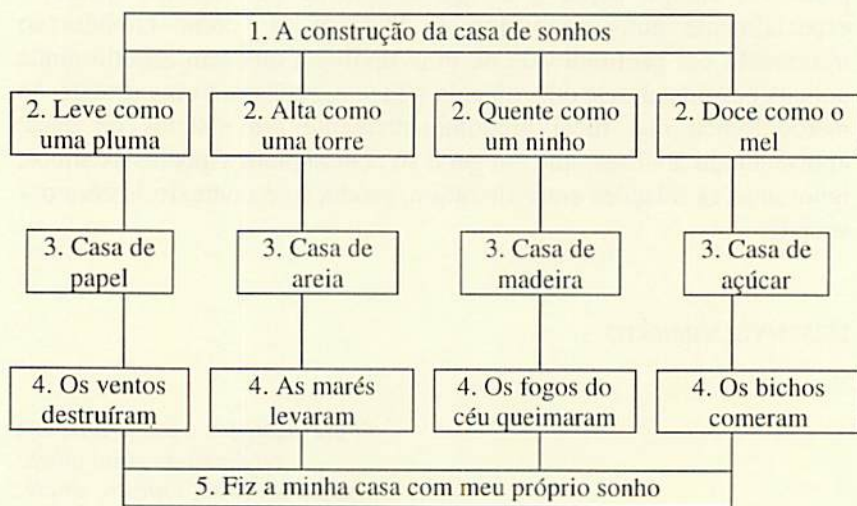
## TEMATIZAÇÃO DO CONTO

Na obra em análise, os esquemas abstratos se encontram revestidos por temas que, de certa forma, se concretizam através de revestimentos com figuras. Sendo assim, a tematização e a figurativização são dois níveis essenciais para a construção do sentido da *narrativa*, por parte do enunciatário.

O tema principal está explicitado através do título da obra: "*A construção da casa dos sonhos*". Esse tema principal encontra-se subdividido em "subtemas". Observe o quadro temático, a seguir:

## FIGURATIVIZAÇÃO DA NARRATIVA

### "Hipertema"



{1 e 2} Situação inicial: o sonho

{3 e 4} Subtemas Desenvolvimento/complicação:  
as intempéries da vida

{5} Situação final: Resolução: a realização do sonho

Nesse conto, o nível narrativo é *iluminado* pelo nível temático que, por sua vez, é *iluminado* pelo nível figurado. Desta forma, cada

*subtema* está concretizado pela figurativização, que remete o co-enunciador, a todo momento, "para a natureza", ou seja, "para o mundo natural".

Veja-se em (1), (2), (3) e (4), abaixo:

- (1) "...a minha casa de papel, leve como uma pluma ..."
- (2) "...a minha casa de areia, alta como uma torre ..."
- (3) "...a minha casa de madeira, quente como um ninho ..."
- (4) "...a minha casa de açúcar, doce como o mel ..."

Essas comparações são procedimentos discursivos de constituição de sentido. Funcionam como possibilidades criadas pelo contexto, de construção de sentidos para a casa, transportando o leitor para dentro da narrativa. Através do léxico, o enunciador joga com o imaginário infantil.

Palavras como *quente, ninho, doce, mel, ...* fazem parte do cotidiano construído pelas crianças e a utilização delas na figurativização faz parte, seguramente, do jogo de persuasão do enunciador: trata-se de adicionar à narrativa substantivos e adjetivos que a tornem mais marcante, mais sensível e mais energética. Essas palavras são conhecidas, em análise do discurso, como *axiológicos*, ou seja, vocábulos altamente carregados de subjetividade.

#### ESTUDO DA "PLURI-ISOTOPIA" NARRATIVA

Dentro das *virtualidades significativas* presentes no discurso encontramos a isotopia. Em análise do discurso, isotopia é a recorrência do mesmo traço semântico ao longo da narrativa. Para o co-enunciador, a isotopia oferece um *plano de leitura*, determinando um *modo de ler*, ou seja, de construir o sentido para o enunciado.

A isotopia principal deste conto determina que ele seja lido como a *história da perseverança* que poderia ser parodizada pelo provérbio "*água mole em pedra dura, tanto bate até que fura*", que é pressuposto ideológico. A ideologia, aqui, produz um efeito de evidência, sustentando sobre o já dito os sentidos institucionalizados. Há uma parte do dizer, inacessível ao sujeito-autor, mas que fala em sua fala. Dito de outra forma, o narrador faz

suas as palavras da voz anônima produzida no interdiscurso (a memória discursiva).

Observe (5) e (6), abaixo:

- (5) *“Fiz a minha casa com o meu próprio sonho.  
Ficou linda !  
Leve como uma pluma, alta como uma torre,  
quente como um ninho e doce como mel ...”*
- (6) *“Perguntaram-me se eu não tenho casa ...  
Tenho sim!  
Eu podia lá abandonar o meu sonho!*

Imbricada nesta isotopia principal encontra-se a *isotopia do conformismo*, que também poderia ser parodizada pelo seguinte provérbio: *“quem não tem cão, caça com gato”*.

Pode-se dizer que a *pluri – isotopia* está inscrita nessa narrativa, isto porque outras isotopias determinam o modo de produção de sentido do enunciado.

São elas:

A isotopia do exagero, expressa através das palavras *todos* ou *todas*.

Veja-se em (7), (8), (9) e (10), abaixo:

- (7) *“...vieram todos os ventos da terra e levaram a minha casa ...”*
- (8) *“...vieram todas as marés do mundo e levaram a minha casa ...”*
- (9) *“...vieram todos os fogos do céu e queimaram a minha casa ...”*
- (10) *“...vieram todos os bichos da terra e devoraram a minha casa ...”*

A isotopia da economia, da poupança, da vida regrada e do sacrifício.

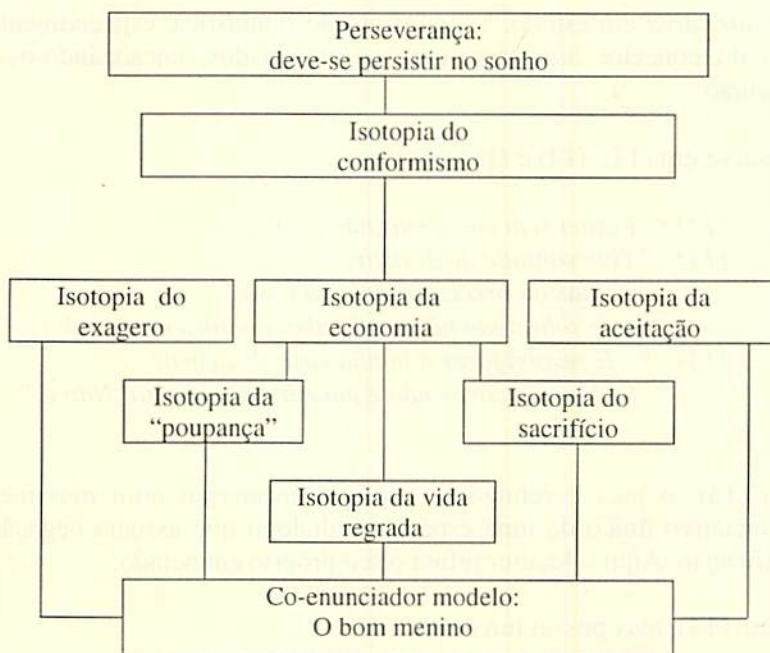
Veja-se em (11) e (12), abaixo:

(11) “Trabalhei, lutei,  
passei fome,  
para juntar  
o açúcar  
suficiente ...”

(12) “E resolvi fazer a minha casa de madeira, que  
é um material barato ...”

O sintagma *material barato* aparece três vezes no texto, como evidências que confirmam a isotopia da economia e determinam o modo de construção do sentido da narrativa. Esses sintagmas funcionam como *desencadeadores ou conectivos de isotopias*.

Quadro da “pluri-isotopia” inscrita na narrativa





Essas isotopias situam a passagem da organização da língua para a ordem do discurso, desvendando a ilusão subjetiva que é constitutiva dos sujeitos, ou seja, os sujeitos produzem linguagem, acreditando serem as fontes exclusivas dos seus discursos, quando, na verdade, as suas palavras nascem de outros discursos.

#### IMPORTÂNCIA DO PARATEXTO NA OBRA INFANTIL

Tendo como referências estudos da psicologia infantil, destacamos a importância do *paratexto* nessa obra. O título, o modo de organizar a narrativa e as ilustrações funcionam nesse gênero como indícios que possibilitam, junto com outros indícios e evidências, a construção do co-enunciador modelo, além de funcionarem como estratégias, que possibilitam a construção do sentido do conto.

#### IMPORTÂNCIA DO “ARGUMENTATIVO MAS”

Na *narrativa* em estudo, a argumentação lingüística, especialmente o uso do conector *mas*, apresenta os enunciados, encadeando-os no discurso.

Observe em (13), (14) e (15), abaixo:

(13) “*Fiquei sem casa, mas não desisti ...*”

(14) “*Tive vontade de desistir,  
mas eu precisava de uma casa,  
e sobretudo não podia abandonar o meu sonho ...*”

(15) “*...E resolvi fazer a minha casa de açúcar ...  
Mas o açúcar não é um material barato! Não é.*”

Em (13), o *mas* é refutativo; supõe a encenação num movimento enunciativo único de uma espécie de diálogo que associa negação e retificação. Aqui o locutor refuta o seu próprio enunciado.

Já em (14), *mas* possui um outro valor.

Veja como Ducrot (1997) parafraseia o valor desse *mas*: “*Nesse enunciado ‘P mas Q’ um locutor diz mais ou menos o seguinte: sim, P*

*é verdadeiro; você tenderia a dele concluir r; mas não deve fazer isto, pois Q está sendo apresentado como um argumento mais forte a favor de não - r do que P é para r.*"

No exemplo (14), P seria "vou desistir", Q "eu preciso de uma casa"; quanto à conclusão implícita em r, seria algo como: "construirei a minha casa". Desta forma, ao dizer P: "tive vontade de desistir" o locutor dá um argumento a favor de r: "vou desistir de construir a minha casa". Todavia, ao dizer Q, o autor apresenta um argumento mais forte a favor de não r ("não devo desistir de construir a minha casa"). Pode-se dizer que o *mas* em (14) encontra-se associado a um tipo de refutação polêmica, isto porque refuta um pressuposto ideológico que faz parte do nosso imaginário social: "*quem desiste de ter uma casa própria é um perdedor*".

O *mas* do exemplo (15) tem uma função argumentativa muito particular, pois opõe-se às crenças do locutor: "a casa deve ser construída com material barato" é a crença que o locutor expressa na totalidade do conto.

Maingueneau (1996) explica o estatuto desse "*mas aberto*": "[...] *ele possui um estatuto duplo. Por um lado, define a atitude do narrador-personagem diante do discurso; por outro, oferece ao leitor uma casa vazia, a de um argumento contrário mais forte, que ele pode preencher como quiser.*"

Destacamos nesta análise o uso do *mas* argumentativo, por acreditarmos na sua importância discursiva, devido ao vínculo essencial que esse conector mantém com o implícito, como também devido à sua importância como estratégia de convencimento que o produtor do discurso utiliza, numa tentativa de concretizar as atividades intencional e interacional, direcionadas ao leitor que ele institui .

#### COMPARANDO ALGUMAS OBRAS DO GÊNERO LITERATURA INFANTIL.

Confrontando a obra em estudo com as quatro obras premiadas pelo FNLIJ, pudemos observar tanto a recorrência de temas envolvendo a infância, como também a recorrência de temas voltados para a vida natural, para a natureza.

O campo lexical dos três livros é constituído pela recorrência de alguns vocábulos. Observe em (16), abaixo:

sonho  
imaginação  
infância  
doce  
feliz  
criança  
casa  
céu  
querida

Acreditamos que tal recorrência se deva ao fato de que essas palavras, sintagmas e temas recorrentes têm para as crianças alta carga de subjetividade. O locutor, ao fazer uso delas, objetiva, certamente, trazer o alocutário para dentro do *mundo do narrado*. Nesse sentido, o *mundo do narrado* passa a ser para a criança o seu próprio mundo.

Ao confrontarmos as obras, uma outra constatação a que chegamos foi a presença marcante da *transtextualidade*, ou seja, ficou claro que as cinco obras eram habitadas por *ecos*, que *ressoavam* fortes e marcantes em cada uma delas.

Parece-nos que as obras confrontadas encontram-se enxertadas por um *texto maior*, que dita as normas de sua constituição, transformação ou imitação: é a indiscursividade marcando a sua presença na *narrativa infantil*.

Atestando nossa observação citamos Bakhtin (1979): “o discurso encontra o discurso de outro em todos os caminhos que o levam rumo ao seu objeto, e não pode não entrar com ele em interação viva e intensa.”

Acreditamos que a *literatura infantil* define sua identidade, através da maneira como gera a *transtextualidade*, instituindo através desta o seu leitor, ou seja, o seu *público alvo*. Estamos aqui diante do objeto da teoria da recepção, que, por pertencer aos estudos da semiótica, neste trabalho não será abordada.

## CONCLUSÃO

*“Em situação de poço, a água equivale a uma palavra em situação dicionária: isolada, estanque no poço dela mesma, e porque assim estanque, estancada; e mais: porque assim estancada, muda, e muda porque com nenhuma se comunica, porque cortou-se a sintaxe desse rio, o fio de água por que ele discorria.”*

(João Cabral de Malo Neto in *Rios sem discurso*)

Este trabalho buscou suas fontes nos trabalhos existentes sobre algumas vertentes da Análise do Discurso da Linha Francesa.

Os estudos elaborados no *Desenvolvimento* forneceram valiosas informações, explicitando o caminho em direção à resposta da nossa pergunta inicial:

- *Quais as implicações das marcas da enunciação, evidenciadas no enunciado, para a explicitação das regras próprias da literatura infantil e para a reconstrução do co-enunciador-modelo dessa tipologia?*

Citando Maingueneau (1996), pode-se definir leitor instituído *“como a instância que a própria enunciação do texto implica, já que o último pertence a este ou àquele gênero, ou, mais amplamente, se desdobra nestes ou naqueles registros”*.

Nesse sentido, podemos dizer que a *narrativa literária infantil*, através de sua própria enunciação, *elege* seu alocutário, explicitando-o através de um jogo discursivo dentro do próprio processo de narração. E nós nos perguntamos:

- *Como seria esse alocutário?*
- *Que características fariam parte do perfil desse co-enunciador-modelo?*

Ao analisarmos o conto "A casa feita de sonho", pudemos observar que a tematização, a figurativização e as isotopias desvendadas funcionavam como indícios direcionadores da construção do co-enunciador-modelo.

Além disso, a própria lingüística textual, a escolha dos conectores argumentativos, dos modalizadores e dos *axiológicos* permitiram-nos sugerir o perfil desse co-enunciador-modelo.

Mostramos, com efeito, no curso desse trabalho, que o *Leitor – Modelo do gênero literatura infantil* é constituído através das regras próprias desse gênero. Sendo assim, o narrador, dentro das *limitações genéricas* que lhe são impingidas, tece a sua *narrativa* e institui o seu *Leitor – Modelo*.

No estudo comparativo entre a obra em análise e as quatro obras premiadas, pudemos evidenciar que o co-enunciador-modelo de cada uma dessas obras convergia para um único perfil. Através do vocabulário empregado, das relações interdiscursivas, da inscrição no código de linguagem e, principalmente, através do *mundo instituído pela obra*, já explicitado no "Desenvolvimento" deste estudo, ousamos sugerir que o co-enunciador-modelo do *corpus* estudado é a *apologia do bom menino*.

O *mundo isotópico* construído pelo narrador *elege* um leitor obediente, persistente, econômico e sonhador. Uma criança dócil e cheia de boa vontade para aceitar as intempéries sociais que nos são impostas.

O conto em análise institui um alocutário que, a nosso ver, faz parte de um grupo de *privilegiados felizes*, que se contentam apenas com o sonhar. Por certo, trata-se de um leitor que reconciliaria através da *narrativa* a alma de criança e o uso mais elevado de sua capacidade de ultrapassar obstáculos através do universo ficcional: "*Fiquei sem casa. E desisti de construí-la com as próprias mãos ... Resolvi imaginá-la. Fiz minha casa com o meu próprio sonho. Ficou linda! Leve como uma pluma, alta como uma torre, quente como um ninho e doce como o mel ...*" (Parte final do conto)

Evidentemente não estamos querendo sugerir, com essas conclusões, que esgotamos o assunto. Muito ao contrário, acreditamos que esta

pesquisa está apenas no início e voltaremos a ela, se tivermos a oportunidade de fazê-lo.

Em suma, esperamos ter contribuído, ainda que parcialmente, para a identificação do alocutário da chamada *literatura infantil brasileira*. Deixamos, todavia, as portas abertas: - *Que venham os novos pesquisadores! Que contestem os nossos argumentos, mas que se interessem pela narrativa infantil!*.

*O Arqueiro aponta o caminho do infinito e, com todo  
o Seu poder, faz vocês se curvarem para que Suas  
flechas voem para longe.  
Alegrem-se quando se curvam na mão do Arqueiro,  
pois, assim como ama a flecha que voa, Ele  
também ama o arco que permanece firme.*

Khalil Gibran (1985 – 1931), in *O PROFETA*

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucetec, 1979.
- BARTHES, R. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Campanhia das letras, 1996.
- CULIOLI, A. *La notion d'aspect*. Paris: Klinck Sieck, 1980.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. Trad. Hidelgasol Feist. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Lector in fabula: a cooperação interpretativa nos textos narrativos*. Trad. Atílio Cancian. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

\_\_\_\_\_. *Elementos de lingüística para o texto literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

\_\_\_\_\_. *Novas tendências de análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes: UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

\_\_\_\_\_. *Termos – chaves da análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

PÊCHEUX, M. *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod, 1969.

\_\_\_\_\_. *O discurso: estrutura e acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 1990.

SERRA, Elizabeth D'Angelo. *30 anos de literatura para crianças e jovens: algumas leituras*. Campinas, SP: Mercado das Letras/ ALB, 1998.

## Interlocução e remissão em narrativas testemunhais DA HISTÓRIA DE BELO HORIZONTE

Vanda de Oliveira Bittencourt  
PUC-MG

Rompendo com uma tradição que, desde a antiguidade clássica vinha, numa postura imanentista, concebendo e abordando a língua como um objeto abstrato ideal, e, em sua preocupação pedagógica, privilegiando a língua escrita (sobretudo das grandes obras literárias), a Lingüística Moderna volta-se para o uso lingüístico real empreendido oralmente, estabelecendo o axioma de que qualquer variedade de uma língua tem o seu próprio valor, merecendo, pois, constituir-se em objeto de estudo.

Uma de suas facções, a Lingüística da Enunciação, é inaugurada na década de sessenta por Benveniste (1966/1988), que segue de perto as pegadas do teórico russo Bakhtin (1929/1986: 123), cujas palavras, transcritas abaixo, resumem bem o novo modo de encarar a linguagem por parte dos adeptos dessa nova corrente:

*"A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua."*

No Brasil, o espaço conferido ao estudo da língua oral se comprova, por exemplo, com o desenvolvimento de projetos como o NURC, que tem trazido a lume material transcrito de gravações de entrevistas envolvendo profissionais e informantes oriundos das capitais centenárias, material esse que vem dando origem a gramáticas,



dissertações e artigos de menor fôlego acerca dessa modalidade lingüística.

Estendendo-se ao território pedagógico, a abordagem da língua oral vem sensibilizando os órgãos estatais, conforme nos comprovam documentos como os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN), concernentes ao primeiro e segundo graus.

No que tange ao campo da História, vamos constatar a mesma tendência de valorização das fontes documentais de cunho oral, em geral, desconsideradas em favor do material escrito. “Contra-história”, no dizer de Trebisch (1994: 23), a História Oral opera, segundo ele, “uma inversão historiográfica radical, tanto do ponto de vista dos objetos como dos métodos”, configurando-se “como uma história vista de baixo, história do local e do comunitário, história dos humildes e dos sem-história”, que “tira do esquecimento aquilo que a história oficial sepultou”.

Numa proposta de investigação transdisciplinar, o presente trabalho elege como material de análise dois exemplares de testemunho oral de vida, tomado a dois “idosos velhos”, ou seja, com mais de oitenta anos, conforme classificação de Preti (1991), que, ao remorem sua história pessoal (em *foregrounding*), refazem, metonimicamente, o percurso evolutivo da história de Belo Horizonte (presente captado em *backgrounding*).

A escolha dessa localidade se justifica por razões históricas e sentimentais: de um lado, vejo-me na obrigação de escarafunchar um pouco mais a respeito da vida de uma cidade neocentenária; de outro, de agradecer-lhe o fato de acolher-me entre os seus filhos, o que me faz gabar como Pedro Nava, em seu *Beira-mar*, de que: “*eu conheci esse pedaço do belo belo Belorizonte, nele padeci, esperei, amei, tive dores-de-corno augustas, discuti e neguei.(...) Distinguia seus odores e suas cores de todas as horas. Seu sol, sua chuva, seus calores e seu frio.*” (Nava, 1985: 12)

Os dois documentos testemunhais a serem examinados integram o Projeto “*Anônimos Notáveis*”, de responsabilidade do CRAV, órgão tributário da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, que, com a magnanimidade inerente ao verdadeiro espírito científico, vem cedendo o material coligido a um grupo de mestrandos em Letras da

PUC-Minas, que, sob a minha coordenação, vem procurando descrever e analisar a linguagem oral veiculada nesse tipo de fonte. Perfazendo quase quatro horas de gravação em videocassete, esses textos, do mesmo modo que os demais que compõem o acervo do referido Projeto, se caracterizam, nos termos de Marcuschi (1986: 16), como *diálogos assimétricos*, “em que um dos participantes tem o direito de iniciar, orientar, dirigir e concluir a interação e exercer pressão sobre o(s) outro(s) participante(s).” No caso em apreço, a monitoração do diálogo cabe às documentadoras do CRAV e os depoentes perquiridos são “idosos velhos” do sexo masculino, que, na época da entrevista, 1997, já tinham atingido noventa e três e cento e um anos, respectivamente. Com o mesmo nível de escolaridade - curso primário completo -, o primeiro (a que chamarei Informante 1, ou I.1) nasceu e viveu toda a sua infância e mocidade no bairro Lagoinha, tendo exercido quatro atividades e se aposentado como funcionário público, tipógrafo da Imprensa Oficial; o segundo (daqui para frente designado como Informante 2, ou I.2), por sua vez, nasceu e viveu toda a sua vida em Venda Nova, tendo atuado em inúmeras e variadas áreas, mas sobressaindo-se sempre como chefe político da região. Com vistas a fornecer um perfil fotográfico mais exato e fiel dos dois depoentes e permitir uma antecipação do seu desempenho na interação verbal com as documentadoras, apresento, abaixo, alguns *flashes* de suas entrevistas, nos quais se indicam, com barra inclinada, os cortes feitos às células dialogais:

(1) *Informante 1*: Minha data de nascimento é vinte e dois de fevereiro de mil novecentos e quatro. Nascido, mais ou menos, no bairro da Lagoinha./ (...) Minha mãe nasceu no Curral d’el Rei, arraial antes de capital. Meu pai veio de ... hoje é Betim, mas era Capela Nova. Meu pai veio pra cá, conheceu minha mãe, namorou, casou, trabalhou na construção da capital como empregado na comissão construtora./ (...) Quarto ano, só quarto. Gente pobre não tinha... meu pai lutava com muita... / (...) Eu comecei a trabalhá de oito anos. Assim: não é trabalho. Minha mãe fazia umas blusa pra vendê, eu saía na rua, aquela rua que eu falei que as muié comprava, na rua Guaicurus.

(2) *Informante 2*: Nasci em Venda Nova, que pertencia a Sabará. Agora, a autoridade principal de Venda Nova era

meu pai, que era um comerciante muito forte e tinha uma certa cultura. De maneira que dominava a parte ... como homem de mais recursos, ele dominava a parte política toda. / (...) Agente do correio de Venda Nova, presidente da Conferência de São Vicente de Paula, que eu criei, depois, chefe político de vários partidos, que acabava um partido, a gente formava outro, né? / (...) Era uma pessoa apessoada, apessoada pelo presidente do estado, quer dizê, pessoa que caía nas graça do presidente, porque, com meu carisma... o presidente almoçou comigo, foi à minha casa almoçar comigo, o presidente do estado (...)

Ancorada em pressupostos teóricos da Linguística da Enunciação, ou do Discurso, e na Análise da Conversação, que concebem a linguagem como atividade que se constrói na e pela relação dialógica entre um enunciador que se instaura como *eu* e um enunciatário instalado por aquele como *tu*, o meu propósito aqui é examinar alguns aspectos concernentes ao modo como se processa o *jogo interlocutório* levado a termo pelas documentadoras e informantes, protagonistas dos dois atos discursivos aqui em consideração, buscando apontar (e, na medida do possível, explicar) convergências e divergências entre os mesmos.

No que tange ao *agenciamento* das entrevistas, os dois textos testemunhais nos revelam uma tendência comum, que é a de o informante assumir a monitoração do diálogo, por meio de diferentes estratégias, dentre as quais, a introdução de tópico de interesse pessoal e a apresentação de respostas dissociadas da pergunta feita pela entrevistadora. Essa assunção de “poder locutório” se efetiva de modo e grau diferentes entre os dois idosos perquiridos: o primeiro, mais maneiroso, vai, sorrateiramente, se fazendo regente da conversa, mas sem deixar de conferir algum espaço de participação agenciadora a seu par; o segundo, mais autoritário, toma posse da fala e vai monologando sem a menor chance para a parceira, que não desiste de tentar recobrar o seu papel de direito. Os dados abaixo ilustram esse comportamento, que, nos termos de Grice (1975), se configura como desrespeito ao Princípio de Cooperação, uma vez que fere as máximas da Quantidade, Relevância e Modo, que predizem que o falante deve apenas informar o que for solicitado, procurando ser relevante, claro, breve e ordenado:

(3) a- *Entrev.:* Mas a casa que vocês moravam era alugada, ou era...

*Inf. 1:* Alugada. Quando a gente mudava, vinha um carro da saúde pública que desinfetava... desinfetava tudo.

b- *Entrev.:* O senhor era muito levado?

*Inf. 1:* Levado todo mundo é, mas não é levado de perigoso não. Oh! Antigamente os pais era de amargá. Meu pai pegava esses fios de telefone, dobrava, qualquer coisa batia. Usava palmatória. Os pais bruto, né? Ocê sabe o que é palmatória?

(4) a- *Entrev.:* O senhor lembra qual era o nome antes de chamar Belo Horizonte? Cidade de Minas?

*Inf. 2:* Sim. Mas sabe quem deu o nome de Belo Horizonte? Foi numa reunião na casa do professor...

b- *Entrev.:* E o senhor ia muito a Belo Horizonte?

*Inf. 2:* Agora... mamãe era professora também, aposentada, de Venda Nova.

Um índice explícito dessas tentativas de tomada de controle por parte dos informantes e, principalmente, da exorbitação de fala de I.2, nos é fornecido pela própria documentadora, que manifesta explicitamente seu desejo de controle da situação, através de ponderações metadiscursivas como: "O senhor pode ir contando assim das suas coisas, mas eu queria *pegar* o seguinte (...)"; "Eu queria que o senhor me explicasse (...) o que era ser um chefe político. *Faz de conta que está ensinando uma criança.*" (Grifos meus).

Além de asseverar que "os idosos têm, quase sempre, uma tendência muito grande para se tornarem contadores de histórias", Preti (1991: 106) faz o seguinte comentário, que, de certa maneira, justifica o espraiamento locutório das nossas testemunhas:

*"na conversação, quando se lhe dá a oportunidade de interagir naturalmente com outros falantes, o idoso tem a*

*tendência em falar muito, lembrando nas narrativas a sua experiência e revelando muita habilidade em montar o seu discurso, opondo valores do passado a valores do presente".*

Quanto às discrepâncias entre o modo da interação empreendida no processamento dos dois inquéritos, apontem-se, devido à exigüidade do tempo, apenas algumas das que nos chamam mais a atenção, frisando que elas são, muitas vezes, indiciadoras do próprio grau de competência lingüística dos informantes. A primeira diz respeito à forma da resposta apresentada pelos interrogados. A propósito disso, o Informante 1, por exemplo, diferentemente de I.2, costuma construir sua resposta, repetindo, integral ou parcialmente, a indagação formulada pela documentadora:

(5) a- *Entrev.:* Era uma casa grande?

*Inf. 1:* Era grande

b- *Entrev.:* Era o Bedeco?

*Inf. 1:* Era o Bedeco

c- *Entrev.:* Ele era brasileiro?

*Inf. 1:* Brasileiro e curraleiro.

Outro desencontro (fortíssimo, por sinal) tem a ver com o grau de *envolvimento* do informante com a documentadora. No caso do Informante 1, constata-se uma empatia muito maior, assinalada lingüisticamente através de inúmeros recursos, dentre os quais se salientam os seguintes: a) forma de tratamento mais informal, expressa por dêixis pronominal ou verbal de segunda pessoa discursiva: "Ocê sabe quantos anos tem isso?", "Olha, era até muito bonito.", ou, então, por termos vocativos de cunho afetivo: "Menina, eu trabalhei trinta e dois anos no mesmo lugar.", "E eu com o terno novo, menina, quase que eu caí no chão de... de satisfação."; b) checagens metalingüísticas do conhecimento da interlocutora quanto a locais, pessoas, objetos, costumes, etc., vigentes na B.H. de antanho: "Ocês já ouviram falá em Jácomo, não é?", "Cê sabe o que era tipógrafo?"; c) dêiticos demonstrativos e adverbiais locativos, com o intuito do estabelecimento de uma ligação entre o passado desconhecido pela alocutária e o presente conhecido: "Xô vê o lugar que ele ( Juscelino) tinha o gabinete. Não sei se é rua da Bahia, esse

baita (prédio), que foi o primeiro de Belo Horizonte, esse de antão, que tem aqui.”; *d*) indagações/observações relativas à vida pessoal da parceira de diálogo, numa inversão de papéis com efeito de sentido pedagógico e argumentativo: “Cê já namorou? Como é que ocê começô? É assim... devagarinho.”, “Cês já foram em futebol? (...) Pois é... num tem a geral, num tem as cadeiras?”; *e*) marcadores conversacionais destinados a conferir, faticamente, o contato com a interlocutora: “Te falei, né?”, “O difícil é que era o bom, entendeu?”, “Não, a gente recebia, tá?”, “Sem perigo, viu? Sem perigo.”, “Ah! Como é que eu posso falá, num é?”; *f*) manifestação de sentimentos de ordem pessoal, que vão desde juízos acerca da experiência vivida até a demonstração de alegria, tristeza, esperança, saudosismo, enfim: “Ah!... o bonde era uma beleza!”, “Bacana (a noiva), com aqueles trem tudo comprido. Ah! É uma coisa bonita!”, “Sabe que eu fico com pena, que eu tô breve, tô embarcando e vou perdê muita coisa boa, né?”

Muito menos espontâneo e desprovido de qualquer intimidade, o segundo inquérito, embora apresente uma narrativa/descrição de cunho pessoal, se ressentido de maior envolvimento do informante com a sua parceira de conversa. Prova disso é a ausência de marcas (verbais ou pronominais) de segunda pessoa, sinalizadoras da presença e atuação do alocutário na instância enunciativa. Tanto é que o pronome *ocê*, encontrado algumas vezes no texto, é empregado como índice de indeterminação (“Daqui a um tempo, todo mundo vai pedir uma coisa pra você. Daí em diante, eu nunca mais saí do palácio.”), ou de referência a uma segunda pessoa instalada em discurso reportado (“Aí, ele disse: ‘se você não se incomodar, eu vou te recomendar a outro maestro’”. Da exígua marcação de envolvimento locutor-alocutário encontrada no discurso de I.2, apontem-se aqui os seguintes recursos: *a*) uso de uns poucos marcadores conversacionais, destinados a checar a atenção da interlocutora: “Eu não tinha uma só atividade, eu tinha muitas, né?” , “Tinha o padre que não saía lá de casa também, porque eles tinham cultura, sabe?”; *b*) apresentação de perguntas de cunho didático: “Mas sabe quem é que deu o nome de Belo Horizonte?”; *c*) emprego de interjeições, muitas vezes acompanhadas de observações de caráter opinativo ou avaliativo, reveladoras de certo sentimento do inquirido: “Ih!... Nossa Senhora! Engraçado... das alegrias foi o Juscelino... Juscelino, o presidente!”, “Venda Nova! Isso é muito velho!”.

Procedendo, para finalizar, a uma avaliação geral dos dois relatos de história pessoal aqui examinados, pode-se dizer que as suas disparidades na condução da narrativa/descrição e no processamento da interação verbal de seus protagonistas, reveladas por pistas presentes na superfície lingüística, confirmam a idéia propugnada pela linha teórica aqui abraçada, segundo a qual, a situação social mais imediata, o meio social mais amplo, a bagagem cognitiva e cultural dos interlocutores determinam a estrutura da enunciação e a linguagem que se constrói no seu processamento. Isso sem falar no quadro histórico obtido, em que os pontos de vista diferentes e a distinção da memória reabilitada nos possibilitaram excursionar por fases distintas do tempo, que nos desvelaram faces múltiplas dessa cidade que, resistente às forças agressivas, persiste em sobreviver com o seu belo horizonte.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BAKHTIN, Mikhail (Volochinov, 1929). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BENVENISTE, Emile. *Problemas de lingüística geral I*. 2.ed. Campinas: Pontes, 1988.
- GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P., MORGAN, J. (Ed.). *Speech acts*. New York: Academic Press, 1975. (Syntax and Semantics, v.3).
- MARCUSCHI, L. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1986.
- PRETI, Dino. *A linguagem dos idosos*. São Paulo: Contexto, 1991.
- TREBITSCH, Michel. A função epistemológica e ideológica da história oral no discurso da história contemporânea. In: MORAES, Marieta de. (Org.). *História oral*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p. 19-43.

## ANÁLISE COMPARATIVA DOS DISCURSOS DE HAMILTON DE CASTO E VÂNIA TURCI DURANTE PROGRAMA "HAMILTON DE CASTRO: SEU AMIGO DA MADRUGADA".

Woodson Fiorini de Carvalho  
Mestrando - FALE/UFMG

Esse trabalho pretende avaliar de que maneira dois discursos que têm distintas finalidades se interferem e dialogam dentro de um mesmo programa de rádio, interferindo na identidade dos parceiros sujeitos/locutores, nos seus modos discursivos e em suas relações contratuais com os ouvintes/alocutários. Melhor dizendo, pretende-se analisar em que medida a entrada da jornalista Vânia Turci no programa de rádio – “Hamilton de Castro: seu amigo da madrugada” da rádio Itatiaia –tem seu discurso rádio-jornalístico/ informativo modificado em função do contrato do Programa de Hamilton de Castro rádio-animador / entretenimento, este essencialmente voltado para o entretenimento e a conversação.

Desse modo, foi escolhida e transcrita uma passagem no início do Programa de rádio de Hamilton de Castro em que a Jornalista Vânia Turci, repórter da rádio Itatiaia, entra, em caráter excepcional, para dar as últimas notícias, porém, não em um bloco distinto desse programa, mas em franca tensão discursiva com o locutor principal e seu alocutário.

As categorias a serem utilizadas para a análise proposta encontram sua fundamentação teórica na teoria dos *Atos de Fala* e na teoria *Semiolinguística* da mídia. Assim, é importante descrever primeiro ambos os contratos diante das teorias que norteiam essa abordagem, para depois tecer comentários a respeito do desempenho de ambos os locutores diante das estratégias e contratos discursivos aos quais estão submetidos.



## A NOÇÃO DE CONTRATO DE COMUNICAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA *MISE EN SCENE* DO CONTRATO MIDIÁTICO DO PROGRAMA.

A noção de contrato de comunicação, formulada por Charaudeau (1993), define os elementos constitutivos da situação em que se insere um dado discurso, os quais determinam certas condições que devem ser satisfeitas para a efetivação desse discurso. Os elementos que definem a situação são basicamente quatro, que serão aproveitados em função dos discursos analisados.

*A finalidade da informação (qual o objetivo a ser alcançado):* a informação midiática procura realizar seu contrato, estando sob tensão de duas estratégias de comunicação, ou seja, a de captação, em que procura obter e manter o maior número de ouvintes possível e a de informação, ou seja, o objetivo de "fazer saber", neste *corpus*, mais especificamente, de prestação de serviços à comunidade. A informação, elemento central da presente análise, será basicamente operacionalizada em função de dois tipos de atividade linguageira - a *descrição*, porque procura relatar os fatos, e a *explicação ou comentário*, que procura esclarecer ao destinatário sobre as conseqüências da aparição dos fatos - com objetivo de autenticá-los, através da *designação* ou *acontecimentação*, procedimento de "mostração" do mundo - portanto do locutor fazer tornar a realidade verossímil ao seu destinatário/alocutário. No presente trabalho, essa finalidade encontra-se diante de uma complexidade que se revela, num exame inicial, em seus índices enunciativos, uma aparente tensão discursiva em razão da locutora Vânia Turci, possivelmente, não ter uma imagem segura do público a quem se dirige e, provavelmente, estar sendo interpelada, tanto por essa imagem, como pela imagem de um interlocutor e, efetivamente, pelo interlocutor "em carne e osso", Hamilton de Castro.

*A identidade dos parceiros (quem se dirige a quem):* as identidades dos locutores e seus parceiros alocutários são distintas e complexas. O locutor que tem o *status* superior é Hamilton de Castro, apresentador do programa. Ao analisar os atos de fala da abertura de seu programa, poderemos constatar isso, uma vez que é ele quem o apresenta e, portanto, concede à jornalista o espaço para que ela exerça o seu "papel", a quem ela, por seu lado, se submete, ao utilizar certos procedimentos de "boa conduta", reconhecendo aquele *status*: "... é, na realidade...Boa Noite! Né..."

E parece contestá-lo a fim de poder instituir o seu próprio *status*, sendo ela uma jornalista reconhecida do público da rádio Itatiaia: “*Na realidade, nós vamos ler algumas notícias que chegaram mais tarde e por isso a gente está tomando a liberdade de entrar no seu programa e também aproveitando a audiência, né...*”

Cabe aqui saber até que ponto esse “conflito de identidades” é determinado pela tensão real de ambos os papéis ali instituídos ou se resultantes de uma estratégia de captação encenada pelo contrato entre a locutora e seu interlocutor.

*O propósito (falar sobre o quê):* o objetivo é falar sobre as notícias que chegaram mais tarde à redação da rádio: avisar a um casal que foi ao Vale do Jequitinhonha de que precisam entrar em contato com sua família, que está preocupada por não ter notícias deles, falar sobre a assembléia dos motoristas em Contagem e sobre a prisão de alguns assaltantes vindos de São Paulo. A maneira usual de a jornalista Vânia Turci dar suas notícias parece destoar do programa, porém, nesse momento, tomam uma dimensão jocosa e irônica, em razão dos comentários do Interlocutor/Animador Hamilton de Castro durante o informativo e do modo inusitado e vacilante da locutora/jornalista Vânia Turci, que parece não conseguir se controlar diante da postura debochada de Hamilton.

*Os dispositivos (falar em qual quadro):* é um quadro constituído por um conjunto de circunstâncias materiais presentes na realização de todo ato comunicativo. Particularmente, no caso da comunicação midiática, esse quadro se compõe de um *tipo material*, de um *tipo de suporte* e de um *tipo de tecnologia*. Nos basearemos em uma das três circunstâncias materiais para distinguir ambos os contratos linguageiros dos personagens aqui analisados, pois ambos estão submetidos a um mesmo suporte midiático e tipo de tecnologia: a rádio.

Segundo Charaudeau (1997 : cap. 10), a característica principal que dá suporte à rádio, a “voz”, instaura uma relação muito particular entre instância midiática e o receptor na qual a voz revela a quem escuta, atento ou inconsciente, os movimentos de afeto, sentimentos favoráveis ou desfavoráveis, os tremores das emoções, etc. Convivência (ou rejeição) na qual a voz se manifesta através de um relacionamento de oralidade com o outro que implica, segundo moldes

de regulação diversos, trocas de réplicas e, pois, diálogo. O casamento destas duas características, situação dialógica e relação de intimidade, explica porque a mídia rádio é por excelência aquela da Entrevista. O rádio é essencialmente *a voz*, os sons, a música, e é esse conjunto que o inscreve em uma tradição oral, mais marcada ainda se não o acompanha nenhuma imagem, nenhuma representação figurada dos locutores nem de objetos que produzam vozes ou sons. A magia particular do rádio se deve a essa *ausência de encarnação* e a essa onipresença de uma *voz* pura. A voz – timbre, entonação, intenção – revela o “estado de espírito” daquele que fala. Assim, ele poderá parecer forte ou fraco, autoritário ou submisso, emotivo ou controlado, frio ou emocionado, tudo isso com que jogam os políticos e profissionais da mídia (Charaudeau, 1997: cap. 7).

Deter-me-ei aqui em fazer a distinção entre ambos os “papéis” dos locutores segundo o seu *tipo material*.

#### A MATERIALIDADE DISCURSIVA DOS PROGRAMAS

O *material* é a matéria na qual se forma, toma corpo e se manifesta de maneira codificada, o sistema significante: a oralidade, a escrituralidade (difere de escritura), a gestualidade, a iconicidade. É possível considerar, inclusive, a textura desse material: vibração da voz, tipografia, etc. Esses materiais são organizados em *sistemas semióticos* – conjuntos de redes de significantes que permitem a configuração das unidades de sentido: sistema fônico, gráfico, mimogestual, icônico (Charaudeau, 1997: cap. 7).

O presente programa de rádio tem como característica dominante o uso da entrevista de *entretenimento* e a de *conversação* feitas por uma linha de telefone com seus ouvintes que são, alternadamente, locutores e alocutários, emissores e destinatários, regulados por um interlocutor, Hamilton de Castro, com o qual têm uma aparente relação de intimidade enquanto ouvintes assíduos e que participam de festas, excursões, encontros promovidos pelo “programa” em que o próprio Hamilton, muitas vezes, parece tomar parte, pelo que se pôde deduzir das conversações ali conduzidas.

Para Charaudeau, os tipos de entrevista se distinguem pela sua maneira de regular a alternância da tomada de turno (palavra).

A entrevista de *Entretenimento* supõe que dois parceiros têm um mesmo estatuto, tratam de um mesmo tema com uma mesma competência, a fim de esclarecer melhor um problema. A tomada de turno é mais ou menos igual para cada um dos parceiros. Já a entrevista de *Conversação* não exige nunca um estatuto para os parceiros, nem um tema a ser tratado. Não há uma competência a ser exigida e não há necessariamente um controle da tomada de turno.

Já os programas nos quais trabalha a jornalista Vânia Turci, ocorre um outro tipo de entrevista, a qual Charaudeau denomina a *Entrevista em si*, que, ao contrário dos dois tipos anteriores, exige uma diferenciação dos estatutos, em que um tem o papel de “questionador” e o outro “de questionado com razões e condições de ser questionado”. O controle da tomada de turno é regulado pela instância de quem tem a iniciativa e segundo a finalidade deste, ou seja, de suas *variantes*, como a entrevista *política*, de um “especialista”, *testemunhal*, *cultural*, “*vedettariat*” (de celebridades ou pessoas que tenham algo incomum) (Charaudeau, 1997).

A diversidade de horários parece ser também um fator que diferencia os contratos dos locutores, pois o programa de Hamilton de Castro vai ao ar por volta das 23:30h, quando a redação jornalística da rádio já se encontra fechada, e termina por volta das 4:00h da madrugada. Esse horário, além de selecionar os ouvintes segundo seus hábitos de trabalho e de vida, parece estabelecer um vínculo especial do programa com seu ouvinte, tornando as questões ali abordadas mais amenas e mesmo divertidas em razão da orientação do locutor principal e sua negociação e contrato com seus ouvintes.

A presente digressão sobre a natureza dos contratos dos personagens neste trabalho, a de jornalista e a de animador, são, em parte, esclarecedoras, no que tange aos elementos que influenciam e justificam essa sensação de estranheza que causa a fala de Vânia Turci no programa de Hamilton de Castro, já que os papéis que estes desempenham são bem diferenciados. O destinatário, neste contexto, será ouvinte dos dois ou de um dos programas, de jornalismo e de entretenimento, enquanto ouvinte assíduo e também consumidor de notícias da rádio Itatiaia, “espinha dorsal” da programação dessa rádio. O contrato do presente programa parece interpelar, em função de uma estratégia de captação do próprio, a que Vânia Turci amenize

seu “tom jornalístico”<sup>1</sup>, que normalmente é marcado por uma cadência regular, uma certa eloquência, o compromisso com a “verdade”, a universalidade da notícia e uma linguagem *standarizada*, e a fazer uma tentativa de adequar-se ao programa que tem um apelo “subjetivo”, um certo descompromisso com a “verdade”, que é basicamente de entretenimento e cuja linguagem é propositalmente vulgarizada ou oscila entre uma linguagem *standard* e uma *regional* aparentemente “estereotipada”. Essa oscilação, que Hamilton domina bastante bem, de acordo com os objetivos estéticos (da voz) do programa, parece dificultar ainda mais a missão da jornalista em sua inusitada entrada no programa, pois ela não possui a mesma desenvoltura que o apresentador tem.

Porém, além dos elementos anteriormente citados que dificultaram o modo como Vânia Turci tenta informar e capitar o seu público, ou seja, a forma e o contexto em que se deram os enunciados, há também um problema que diz respeito ao tratamento dado ao tema a ser informado, sobre o qual irei me debruçar adiante, usando do instrumental da teoria dos chamados atos ilocucionais, com o qual tratarei algumas passagens dessa transcrição, mais especificamente as passagens em que há intervenções ou comentários, em tom jocoso, feitos pelo interlocutor Hamilton de Castro às notícias dadas por Vânia Turci.

#### CARACTERÍSTICAS ENUNCIATIVAS DO DISCURSO JORNALÍSTICO E DE ANIMAÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de encetar uma tentativa de aplicar a Teoria dos Atos de Fala, especificamente, as teorias de Searle e Vanderveken sobre a constituição de uma forma lógica que contempla os elementos constitutivos da força ilocucional inerente a qualquer ato de fala, a fim de analisar esses dois gêneros discursivos, contrastando-os, numa tentativa de se estabelecerem relações integradas entre o uso da linguagem e a realização das ações.

---

<sup>1</sup> O que não nos causaria nenhuma estranheza se a notícias dadas por Vânia Turci fossem encaixadas em um bloco distinto do programa, em caráter especial, com certeza, já previamente gravadas.

Basicamente me deterei nesta análise a trabalhar a noção da força ilocucional em atos de fala literais e não literais e suas implicaturas conversacionais. Segundo Vanderveken

*“... atos de fala não literais são importantes para a teoria da conversação porque muitas vezes o falante significa mais do que aquilo que está expressando literalmente em sua enunciação e ele comunica ao ouvinte sua intenção de desempenhar este outro ato contando com traços do ‘background’ conversacional lingüístico e extralingüístico (...)”*

Assim, nas passagens abaixo, veremos essa oposição das falas em que a jornalista Vânia Turci e Hamilton de Castro travam uma disputa, sendo que a fala deste último é marcadamente não literal em oposição à fala literal de Vânia. Por outro lado, veremos também se as condições de sucesso, preparatórias e de sinceridade F(p) são cumpridas, e se o conteúdo proposicional é verdadeiro. Privilegiar-se-ão as condições de sucesso no *corpus*, pois esse indicará a eficiência das enunciações no embate dialogal dos dois locutores e ambas estratégias linguageiras.

#### Enunciado 1

- (Vânia Turci). São assaltantes que, eles tentam fugir pra cá, mas aqui em Minas eles tão vendo que a coisa é, é mais séria, né...
- (Hamilton de Castro) Estão fazendo concorrência *aos assaltante* Mineiro, num pode...hum (riso)
- (Vânia Turci) Exatamente, e aqui a polícia tá prendendo mesmo.

#### Enunciado 2

- (Hamilton de Castro) E ela agora vai sair debaixo dessa lua bunita (ela sorri) e voltará assim que tiver “más” notícias e aliás, eu gostaria que ocê desse notícias boas...(que pena né)
- (Vânia Turci) Pois é, hoje eu dei, chamei um casal aqui, falei que não vai ter greve amanhã...

- (Hamilton de Castro) Pois é, vai ficá tudo bem, eles tão em lua de mel...

Para Vanderveken (1985: 191)

*“Muitos casos paradigmáticos de atos de fala não literais são à primeira vista devidos à exploração da máxima de qualidade. Considere o seguinte. Muitas vezes é óbvio, no contexto da enunciação, tanto para o falante quanto para o ouvinte (supondo-se que cada um sabe o que o outro sabe) que uma das condições preparatórias ou de sinceridade do ato ilocucional que está sendo literalmente expresso não estão sendo cumpridas ou que inexistem apropriação entre o conteúdo proposicional e o mundo. Consequentemente, supondo que o falante está sendo cooperativo, o ouvinte infere que ele está pretendendo desempenhar indiretamente um outro ato ilocucional”.*

No Enunciado 1, a fala de Hamilton de Castro

- (Hamilton de Castro) Estão fazendo concorrência aos assaltante Mineiro, num pode...hum (riso)

O ato assertivo parece, à primeira vista, conter uma proposição clara: a de que a chegada dos assaltantes paulistas irá provocar uma competição com os assaltantes mineiros em Minas Gerais. Porém, nesse ato, pode-se perceber, em função do contexto, que ele esteja insinuando ou desempenhando um outro ato ilocucional, ou seja, que os policiais mineiros prenderam os assaltantes paulistas exatamente porque estes fariam concorrência aos assaltantes mineiros e não pelo simples fato de serem assaltantes. De que modo Hamilton, a partir de uma asserção literal, consegue enunciar esse segundo ato assertivo, não literal, sem que este esteja necessariamente posto? A fala anterior da jornalista Vânia Turci, mais especificamente a sua forma vacilante, contribui para que Hamilton imponha de um só golpe a sua significação. Ao comentar uma notícia, Vânia Turci procura a confirmação de seu co-locutor, por estar em um programa de outrem

ou mesmo por um hábito próprio dos apresentadores de jornais. Ela utiliza a partícula “né” que pode significar - não é mesmo? – a fim de, tendo uma resposta positiva, dar maior veracidade ao seu comentário:

- ... , mas aqui em Minas eles tão vendo que a coisa é, é mais séria, né...

Porém, ao fazer isso no contexto do programa de Hamilton, ela comete um erro estratégico, ou seja, falha quanto às condições preparatórias por serem inadequadas àquele contexto ao acreditar que seu co-locutor irá apoiá-la em sua asserção. Finalmente, só lhe resta reafirmar, ela mesma, aquilo que esperava de seu companheiro, não obtendo sucesso ao final em razão de sua fala não ter os requisitos necessários quanto às condições preparatórias, e mesmo quanto às condições de sinceridade, em virtude da forma vacilante de seu ato e de afirmar e negar ao mesmo tempo o que está pressuposto na brincadeira de Hamilton de Castro.

- (Vânia Turci) Exatamente, e aqui a polícia tá prendendo mesmo.

O advérbio “exatamente” deveria confirmar aquilo que Hamilton insinua, porém, parece que ela o usa como um cacoete de jornalista, que esperava de Hamilton uma outra resposta, mais congruente com o fato que ela gostaria ter visto enfatizado, ou seja, de que a polícia estaria prendendo todos os assaltantes. “Ela entrega o ouro aos ladrões” e toda construção de seu discurso é demolida em um pequeno ato não literal de Hamilton. A ela só resta, então, ignorar a brincadeira e fazer, ela mesma, aquilo que esperava de seu parceiro.

Voltemos, porém, à pergunta inicial: de que modo Hamilton, a partir de uma asserção literal, consegue enunciar esse segundo ato assertivo, não literal, sem que este esteja necessariamente posto? Podemos ver que o ato de Hamilton seria uma espécie de ato consecutivo, que teria para Vânia um caráter apenas performativo, uma vez que ela, simulando um diálogo autêntico, passaria, por assim dizer, “a bola para seu companheiro”, a fim de que esse lhe devolvesse em seguida. Esse jogo teria o objetivo de encenar uma aparente descontração, prendendo a atenção do espectador, dando-lhe a impressão de que se trataria apenas de uma conversa amigável, retirando o peso da linguagem informativa “*nua e crua*”. Assim, Hamilton, aparentemente aceitando o papel que lhe foi gentilmente concedido faz com que



Vânia se lembre bem de onde está falando e com quem está falando. A tônica do programa é que deve imperar e quem concede a palavra ali é o seu titular. Em princípio, então, Hamilton estaria negando essa conivência com Vânia, e ao que seria apenas um simples ato consecutivo, ele acrescenta um grau expressivo que não estaria na ordem do verdadeiro ou do falso e se revela no aspecto prosódico de sua fala:

(Hamilton de Castro)... Estão fazendo concorrência *aos assaltante* Mineiro, num pode... hum! (riso).

Contudo, ele vai mais longe. Sua “asserção” é do ponto de vista argumentativo, lógico e jurídico, impecável, pois afinal, se os policiais mineiros estão prendendo os assaltantes paulistas ao agir em Minas, estes estariam favorecendo os assaltantes mineiros, livrando-lhes, assim, de uma possível concorrência ao explorar um território cuja preferência deveria ser dada aos que ali nasceram. Ele inverte a direção de ajustamento de uma asserção que é da ordem mundo/palavra para palavra/mundo, tornando-a uma “semideclaração” em que ele institui uma nova ordem às coisas a partir do momento em que fala. A ordem de ajustamento aí seria ambígua, pois não teria o caráter apenas de comentar o mundo, mas de instituir um novo estado de coisas, caso contrário, não poderíamos entender tudo o que Hamilton estaria afirmando, apenas tomando o posto e o pressuposto de sua afirmação. Além do mais, não poderíamos achar graça naquilo que ele está dizendo, afinal o enunciado de que os policiais seriam, de certo modo, coniventes com os assaltantes mineiros, ao prender os paulistas, não está posto nem pressuposto, e este é completamente absurdo do ponto de vista social ou do senso comum, um *topoi*, em que policiais e ladrões, em princípio, não se ajudam mutuamente, eles deveriam, sim, combater-se mutuamente.

É intrigante notar que se considerarmos o *topoi* acima um pressuposto, a afirmação de Hamilton é um ato ilocucional não satisfeito, pois seu conteúdo proposicional não é verdadeiro. Mas nem por isso deixa de ser satisfatório e mesmo vence, por assim dizer, em termos argumentativos, no embate com a argumentação de Vânia, ilocucionalmente satisfatória, pois para Vanderveken (1985: 180):

*“Um ato ilocucional  $F(p)$ , executado num contexto de enunciação, é satisfeito (ou tem sucesso de*

*adequação quando seu conteúdo proposicional P é verdadeiro no mundo da enunciação, e é não satisfeito (ou fracassa em sua adequação) se isso não ocorrer (supondo que as pressuposições (p) sejam verdadeiras)”.*

Porém, no enunciado 2, o uso dessa estratégia por Hamilton de pressupor algo não literal não é suficiente para garantir o sucesso deste. Assim, o poder argumentativo de Hamilton pode ser desmontado por sua oponente, ainda que sua estratégia ambígua se mantenha pelo simples contra-argumento feito por Vânia que contesta a veracidade de um dos pressupostos do enunciado de Hamilton.

- (Hamilton de Castro) E ela agora vai sair debaixo dessa lua bunita (ela sorri) e voltará assim que tiver “más” notícias e aliás, eu gostaria que ocê desse notícias boas...(que pena né)

Exercendo seu papel galanteador, Hamilton prepara o estado de espírito de Vânia para aceitar a sua crítica, iniciando seu enunciado diretamente, com, também, um grau expressivo bem acentuado. Porém, ele troca intencionalmente o advérbio “mais” por “más” instaurando uma dupla pressuposição, sendo que a principal é a de que “jornalistas quase sempre trazem apenas más notícias”. O insucesso relativo de Hamilton nessa brincadeira se deve ao fato de além do fato do trocadilho ter uma natureza mais previsível e de Vânia estar mais atenta aos movimentos do colega. Ela contesta exatamente aquilo que está posto e não mais pressuposto no enunciado de Hamilton, ou seja, que ela, jornalista, sempre trás más notícias. Interessante notar também que, novamente, ela introduz seu contra-argumento com uma partícula “Pois é” aí, que embora tenda a concordar com o ato anterior, não o faz, tendo sido, provavelmente, apenas um recurso de desarme de seu co-locutor a fim de evitar que este não lhe tomasse o turno de fala até que ela pudesse terminar sua argumentação. E, efetivamente, ele o faz uma vez tendo percebido que havia perdido aquele embate.

- (Vânia Turci) Pois é, hoje eu dei, chamei um casal aqui, falei que não vai ter greve amanhã...

A Hamilton de Castro não houve outra saída senão de concordar realmente com sua oponente. Porém, o uso da mesma partícula “Pois é” aí tem um caráter de fechamento de turno, indicando para Vânia que era o fim de sua participação no programa, evitando, assim, a continuidade daquela contenda:

- (Hamilton de Castro) Pois é, vai ficá tudo bem, eles tão em lua de mel...

## CONCLUSÃO

Como se pode ver, neste ensaio, é possível fazer o uso conjunto das teorias Semiolingüística e dos atos de fala para *dissecar* um *corpus* a fim de dar uma base mais sólida aos trabalhos da AD. Contudo, creio que muitos aspectos da *mídia* na Semiolingüística, bem como dos atos *não literais* na teoria das forças ilocucionais de Searle e Vanderveken, devam ser mais bem estudados, bem como outros levantados por alto aqui, como a teoria dos *topoi*, a argumentação, etc. Acredito também, que o estudo dos atos não literais é importante para entender melhor os atos ilocucionais. É interessante notar que nos diálogos estudados acima, não creio poder pensar que sejam perlocucionais, pois não objetivam necessariamente convencer o outro, mas derrubá-lo efetivamente.

Creio que os estudos desenvolvidos pela Semiótica sobre a mídia teriam mais sucesso ao utilizar-se das teorias acima citadas. Ela poderia comprovar certos conceitos indo a campo, uma vez tendo instrumentos adequados para análise das enunciações e seus enunciados, com o fim de traduzi-los em categorias e comprovar algumas observações já feitas pelos semioticistas.

Quanto à hipótese de haver marcas ilocucionais que mostrem haver um conflito discursivo genuíno em função dos diferentes papéis desempenhados pelos radialistas, acredito que realmente isto tenha se dado, embora tivesse um caráter, por assim dizer, um tanto *non-sens*. Dadas as características dos diferentes contratos e suas diferentes construções discursivas, acredito poder dizer que esse caráter *non-sens* seja uma condição *sine qua non* da performance do contrato do Programa de Hamilton com seu público, mas que não faz parte do contrato de um programa do tipo jornalístico em que trabalha Vânia

Turci. Portanto, pode-se considerar que o que ocorreu aqui, foi um “conflito” genuíno, ainda que, de certa forma, encenado, e não como conseqüente de uma estratégia de captação, mas resultante do embate de duas estratégias distintas, embora se perceba que, no contrato do programa de Hamilton, seja previsível alguns incidentes aparentemente inusitados. Parte da estratégia de captação de um programa de rádio se dá exatamente em conseqüência dessa aparente incompatibilidade dos objetivos de um programa “puramente” informativo ou que pretenda manter informado seu público, com um programa de entretenimento ou que pretenda divertir, entreter o público. Embora haja uma intercessão entre esses dois objetivos, creio poder dizer que, em razão do conflito aqui analisado, eles têm um caráter quase incompatível. Isso nos faz pensar que, muitas vezes, receitas de sucesso para entreter e manter a audiência não se opõe necessariamente às receitas do “bem informar” ou de se “fazer saber”, sendo, possivelmente, essa aparente contradição, apenas pólos opostos da própria síntese do que é efetivamente a natureza da Mídia e mesmo da linguagem midiática.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990 (VIII Conferência).
- CHARAUDEAU, P. *Le discours d'information médiatique : la construction du miroir social*. Paris: Nathan, 1997 (Cap. 7 e 10).
- MENDES, P. H. A. *Teorias e Práticas Discursivas*. Estudos em Análise do Discurso. Análise Comparativa dos Discursos de Final de Ano de Governo Proferidos por FHC em Rádio e Televisão. Belo Horizonte: Carol Borges, 1998.
- SEARLE, John R. *Os Atos de Fala: Um Ensaio de Filosofia da Linguagem*. Coimbra: Almedina, 1981 (cap. 3).
- VANDERVEKEN, Daniel. O que é uma força ilocucional? In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. N. 9, 1985: p. 173 -194.

## TRANSCRIÇÃO DE PARTE DO PROGRAMA

### Abertura

Música (na Itatiaia... Hamilton de Castro... Tô contigo e não desligo) êh.... turma bonita de todo Brasil... dá licença ôh!.... (toc-toc) deixa eu batê nesse coração aí ó... vamos juntos até as quatro da madrugada... (música de fundo (refrão) - "pra quem vive só, pra quem vive só... pra quem vive só, pra quem vive só...- então abra um sorriso bem gostoso. Vão bora...- (refrão) - Alô, Alô... - (música continuação) "Hamilton de Castro...companheiro da noite... Hamilton de Castro... Itatiaia - agora 23:37, noite bunita em Belô - um luar desse tamanho assim - ó! Vamo até as quatro da manhã, vamos fazendo um programa do jeitinho que cê gosta, tá?! Então... prepare-se aí... vá pegando o quite madrugada, vá... dá mamadera pro nenem... tá?!... pegue caneta, água, cafezinho e vão bora (música do programa "Martinho da Vila" samba (talvez pagode) "Abençoa porque...") Agora é 23:41, aqui (é) Radio Itatiaia... Belo Horizonte, Minas Gerais, programa do Amilcar de Castro; E aí!? comé qui t'ái seu coração? Batendo, apanhando, comé que vai? Vai bem? Então... vamo junto, até as quatro da manhã, fazendo um programa do jeitinho qui cê gosta... 23 i 41 (propaganda da pomada "Himescard") (propaganda do plano de saúde da Saúde Lar) (música "love me" francês refrão em Inglês) agora 23:46 (propaganda do plano de saúde Unimed) (música, balada em português "chega de tanta loucura...") (Elba Ramalho música de Zé Ramalho...)

### Jornalismo

Aí agora faltando seis minutos para um novo dia, tudo bem? Enquanto isso vamos ouvir a Vânia Turci cheia de Notfícia

- é, na realidade... Boa Noite! Né
- Boa Noite procê!
- Na realidade nós vamos ler algumas notícias que chegaram mais tarde e por isso a gente está tomando a liberdade de entrar no seu programa e também aproveitando a audiência, né...
- É ... É sempre bom ouvi-la nessa noite enluarada...
- (riso de Vania Turci) Olha, nós recebemos uma ligação, e... bem direcionada... um casal foi pro vale do jequitinhonha e a fami... e não deu notícia, a família taaa preocupada que como sabe que a rádio Itatiaia vai a todos os lugares, ela chega a todos os lugares,

eles pediram que nós chamássemos esse casal aqui (tom irônico). É o E. F e S. F. e eles estão no Jequitinhonha, a família não sabe em que lugar, só que eles viajaram... e não estão atendendo no celular... e a família está preocupada porque eles não deram notícia. Atenção E.F e S.F.

- Eles estão de carro o sem carro.
- Eles estão de carro ou [...].
- De carro. Tão viajando
- Eeee a gente acha que eles estão, podem estar ouvindo. É pra entrar em contato urgente com a família aqui em Belo Horizonte, mas é pra dá notícia...não é nada de problema...é só porque a família tá preocupada com este casal que está no vale do Jequitinhonha Eee... a gente tem uma informação de que os rodoviários de Contagem , eles estavam...eles fizeram hoje uma operação linguição, e logo depois eles se reuniram com... no, no sindicato pra, pra uma assembléia. A reunião durou muito, mas eles não chegaram a um consenso e vão fazê uma nova reunião na sexta feira aí sim existe uma possibilidade de sair uma greve, nesta próxima reunião pode sair uma greve, não tem nada decidido, pelo o que eu consegui apurar no sindicato é dos rodoviários em Contagem, essa greve está descartada na sexta-feira. E nós recebemos...
- Aliais, Sexta-feira começa dentro de treis minutos
- Exatamente, daqui a poquinho..
- D'aqui a poquinho..
- São vinte-três e cinquenta Sete
- E nós recebemos... um fax... da polícia militar... exatamente de Diamantina... o tenente coronel R.B.D, que é o comandante do terceiro batalhão lá de Diamantina, ele... muito gentilmente está nos informando que hoje houve um assalto em Curvelo, dois homens entraram num açougue, roubaram mil ,on, mil e quinhentos reais em dinheiro, folhas de cheques e fugiram numa Brasília. Eles foram em direção à cidade de Corinto e os militares do terceiro BPM montaram uma barreira policial e prenderam: N.S.M. de 27 anos, residente em Santa Cruz das Palmeiras, em São Paulo, A.M.F. , residente em Campinas, São Paulo e I.F.P.D. , 18 anos, residente em Porto Ferreira, São Paulo. São assaltantes que, eles tentam fugir pra cá, mas aqui em Minas eles tão vendo que a coisa é, é mais séria, né...
- Estão fazendo concorrência aos assaltante Mineiro

- Exatamente, e aqui a polícia tá prendendo mesmo. Com eles foi apreendido uma Brasília de placa [...] de São Paulo, 550 reais em dinheiro, um revólver, uma espingarda e agora eles estão presos e sendo autuados em flagrante na cidade de Curvelo. Participaram da operação os militares da cidade de Curvelo, Corinto e Morro da Garça, todos do terceiro batalhão e a gente agradece o fax mandado pelo comandante R.B.D. Um bom trabalho da polícia lá...
- Legal
- Tá bom?
- Cabó Vani.?
- Cabó!
- Cabô
- É... agora tem que í pra casa, né!
- E ela agora vai sair debaixo dessa lua bunita (ela sorri) e voltará assim que tiver “más” notícias e aliás, eu gostaria que ocê desse notícias boas...(que pena né)
- Pois é, hoje eu dei, chamei um casal aqui, falei que não vai ter greve amanhã...
- Pois é, vai ficá tudo bem, eles tão em lua de mel...
- (risos)
- tudo bem (risos)
- Ô Hamilton, um abraço procê...
- Um abraço procê Vânia...
- Um bom programa, um beijo
- Tchau, brigado, otro procê.
- Faltando um minuto para um novo dia.

#### Chamada da Itatiaia

- E assim cruzando os dedinhos pra entrá num novo dia (bip da emissora, marcando a hora)
- Bom, dia eu sou o primeiro a cumprimenta-lo no amanhecer de um novo dia (...)
- primeiro minuto de um novo dia.

## CLICHÊ E LEITURA NA HISTÓRIA EM QUADRINHOS

Dylia Lysardo-Dias  
Doutoranda - UFMG

“Comprendre un texte, c’est toujours en partie le cliché”  
Dufays

A história em quadrinhos (HQ) é uma modalidade narrativa na qual linguagem verbal e linguagem gráfica se articulam na composição de uma seqüência de fatos e ações que constituirão uma história. Essa articulação é regida por algumas convenções que demandam do sujeito-leitor um conhecimento específico já que certos elementos têm um conteúdo previamente codificado no contexto da HQ.

Assim, por exemplo, as falas dos personagens vêm sempre dentro de “balões” e os diferentes formatos dos “balões” indicam se se trata de uma asserção, de um pensamento, ou, ainda, de uma reação de medo ou lamento; uma lâmpada acesa indica uma idéia brilhante; cobras e lagartos representam palavrão ou censura; a imagem duplicada significa tremor, e assim por diante.

O enredo da HQ se desenvolve em torno de um determinado personagem (ou grupo de personagens), cujo interesse advém de alguma característica física, psicológica e/ou comportamental peculiares, que justificam e orientam a narrativa. Assim sendo, o sujeito-leitor de uma determinada revista de HQ tem a expectativa de encontrar naquela história esse perfil que ele já (re)conhece .

Pode-se notar, portanto, que a HQ apresenta um alto grau de convencionalização tanto no que diz respeito as suas características formais, quanto aos seus aspectos temáticos. Cada história mobiliza sistemas familiares ao público-leitor e típicos da HQ, que são integrados a “novas” informações, através de um movimento de



conformidade a esquemas preexistentes e de inserção de estruturas “inéditas”.

Considerando que a construção textual resulta desse processo de reconhecimento/distanciamento do convencional, interessa-nos analisar brevemente o clichê na sua relação com o processo de leitura . Para tanto, utilizaremos uma história em quadrinhos da revista “Magali” cujo enredo é constituído pela reelaboração de alguns clichês provenientes dos contos de fadas. Tais clichês dizem respeito a seqüências narrativas que envolvem o consumo ou a transformação de algum alimento; por isso eles se relacionam diretamente com o traço característico da personagem Magali : seu apetite voraz.

Focalizaremos o clichê como uma referência cultural supostamente partilhada sobre a qual se constrói a relação texto/sujeito-leitor. Daí sua importância e sua operacionalidade no processo de leitura: o uso do clichê representa uma estratégia calcada na reescrita de modelos socialmente instituídos e legitimados, que viabiliza o acesso ao(s) sentido(s) do texto.

#### DA RELAÇÃO ENTRE CLICHÊ E LEITURA

Na sua acepção primeira, o termo clichê era usado (i) no domínio da tipografia, para designar a placa gravada sobre o metal para impressão de imagens ou de textos através da prensa, ou (ii) no domínio da fotografia, para designar o negativo que permite a reprodução de várias cópias (Amossy, Pierrot, 1997).

Através de um processo de extensão analógica, clichê começou a ser empregado no âmbito dos estudos da linguagem (sobretudo na literatura e estilística) para denominar uma expressão cristalizada ou uma idéia familiar e/ou banalizada pela excessiva repetição. Assim o termo foi adquirindo um sentido pejorativo, sendo associado à falta de originalidade, à imitação e, por isso, tornou-se objeto de prescrições normativas.

Entretanto, a partir de Riffaterre (1970) , tem-se uma nova forma de compreensão do clichê, que passa a ser analisado na sua dimensão de fenômeno intertextual. Ou seja, o clichê é visto como uma referência socialmente codificada que dialoga com tantas outras provenientes de

universos discursivos distintos. Seu uso, até então abordado como uma questão de ordem estética, passa a ser focalizado como um fenômeno relativo à heterogeneidade discursiva: trata-se da interação de um discurso coletivo com outras fontes enunciativas.

Essa interação assume múltiplas funções discursivas pois o *status* de representação consensual do clichê o consolida como um “esquema cristalizado” de domínio coletivo, logo, facilmente mobilizado. Seu caráter de “propriedade comum” (Amossy, Rosen, 1982) a um determinado grupo social lhe confere a dimensão de uma evidência cultural (incontestável), dimensão responsável pela sua legitimidade e credibilidade.

Constituindo-se como uma referência já presente na memória do sujeito-leitor, o clichê tem, em um primeiro momento, uma função afetiva na medida em que estabelece uma relação de identificação entre os sujeitos interlocutores. Segundo Amossy (1982: 40):

*“Le cliché est un élément familier qui délimite le domaine de beaucoup de gens, voire de tout le monde, et assure ainsi une relation circulaire entre <je> et <toi>. C'est un lieu commun dans lequel l'identification émotionnelle peut surgir”.*

Simultaneamente a esse apelo emocional, o clichê tem um potencial argumentativo, já que favorece a adesão intelectual do sujeito-leitor. Trata-se da tradicional função persuasiva do lugar-comum (*topos*) indicada pela retórica antiga: o *déjà-dit* instaura um ponto de consenso necessário para o entendimento entre os sujeitos interlocutores. O clichê é, dessa forma, um pressuposto inquestionável devido a sua credibilidade de saber cultural.

E é justamente por ser um saber culturalmente instituído que o clichê pode ser objeto de um interessante jogo parodístico no qual a visão convencional que apresenta é subvertida. Esse trabalho de transformação do clichê pode representar apenas a busca de efeitos cômicos através de uma manipulação lúdica, ou pode ter uma finalidade crítica quando se configura como o questionamento de um dado sistema de ações ou de um esquema descritivo.

Com relação à leitura, o clichê tem um papel fundamental pois evocá-lo implica na mobilização de códigos e cenários familiares que remetem a um saber social coletivamente partilhado. Por isso, ele ativa a identificação e a percepção do sujeito-leitor, favorecendo a legibilidade e a compreensão do texto. O reconhecimento desse universo social comum é o ponto de partida para a percepção de novas significações, que serão sempre apreendidas em função das estruturas pré-existentes.

Conforme afirma Varga (1989:25): *“même l’inconnu, le nouveau doit se présenter à l’intérieur d’un schéma familial”* esse esquema já conhecido representa um saber estabilizado mínimo que, na sua relação específica com o inédito de cada contexto, é imprescindível para o acesso ao(s) sentido(s) do texto.

Pode-se considerar, assim, que ler é, em um certo sentido, ir em busca de estruturas familiares (Dufays, 1994) que funcionam como significações previamente acessíveis (a um grupo social) sobre as quais se torna possível assimilar elementos “novos”. Toda significação passa, portanto, pela identificação de um saber adquirido anteriormente.

Há de se considerar entretanto que a configuração e a funcionalidade do clichê estão subordinadas à atividade do sujeito-leitor porque o clichê só existe se for tomado como tal: ele depende de ser reconhecido como uma imagem familiar para atuar discursivamente como um “pré-construído”. É, portanto, pela e na atividade de leitura que uma determinada referência é identificada como discurso social codificado.

O reconhecimento e a ativação do clichê estão condicionados ao que Umberto Eco chama de “competência-intertextual”, a saber, a capacidade do sujeito-leitor em relacionar diferentes referências. Essa relação engaja o sujeito-leitor em um processo de atribuição de sentido(s), no qual esquemas familiares são ativados para a descoberta do “inédito” do texto: há uma constante articulação entre a previsibilidade fornecida pelos esquemas familiares e a descoberta proveniente da inserção deles em um outro contexto; ao mesmo tempo em que o sujeito-leitor é atraído pelo reconhecimento de imagens pré-existentes, é surpreendido pela alteração delas.

Um clichê é utilizado tendo em vista um destinatário virtual que está projetado no texto: seu sistema de saberes está ali inscrito. Isso significa que o próprio texto constrói seu sujeito-leitor.

#### DO USO DE CLICHÊS EM UMA HISTÓRIA EM QUADRINHOS : “MAGALI” E OS CONTOS DE FADAS

*“Magali”, inicialmente apenas um personagem da Turma da Mônica (criada por Maurício de Souza), é uma revista em quadrinhos toda dedicada à personagem/título. Sua característica marcante é o apetite incontrolável: é em torno desse clichê de menina-gulosa que suas histórias se desenvolvem. Assim como o público-leitor das revistas em quadrinhos tem um saber sobre esse gênero, reconhecendo em cada revista as características próprias a esse tipo de narrativa, o público-leitor específico das revistas da Magali já sabe que seu apetite voraz é o elemento desencadeador das suas “aventuras”; há, portanto, uma expectativa e uma previsibilidade em torno dessa característica.*

A história que analisaremos chama-se “Contos e Descontos”<sup>1</sup>: o termo “contos” já prepara, de certa forma, o sujeito-leitor para a identificação dos contos de fadas que serão retomados; o termo “desconto”, que inicialmente pode ser visto como correspondente de “abatimento, redução”, sugere, nesse contexto, “des-“ (negação, ação contrária) + *conto* (narrativa), ou seja, a alteração dos contos de fadas. O título anuncia não apenas uma referência a um outro universo discursivo, mas sua subversão.

Os contos de fadas são narrativas infantis de suposto domínio público. Como a ativação de clichês depende da bagagem cultural do sujeito-leitor, a projeção que se faz é que os contos de fadas (histórias da carochinha) fazem parte do repertório do público ao qual se dirige: eles são tidos como uma referência partilhada. Sendo a revista da Magali dirigida ao público infantil, a utilização dos contos de fadas busca garantir o acesso desse público-leitor à história.

---

<sup>1</sup> Revista MAGALI, n. 08, 1989, p.26-33.

“Contos e Descontos” é construída através de uma sucessão de reescritas de trechos de alguns contos de fadas nos quais aparece o dado “comida”; é esse o elemento que promove a interseção entre dois universos sócio-discursivos distintos: o universo “tradicional” dos contos de fadas e o universo “moderno” das HQ.

“Contos e Descontos” começa com a transformação da Cinderela que, após ser lindamente vestida pela Fada Madrinha, desespera-se por não poder ir ao baile: a Fada Madrinha não acha a abóbora que seria transformada em carruagem e a levaria para o baile.

Em seguida, a Bruxa procura as maçãs para colocar o veneno e levá-las a Branca de Neve. Porém, elas já foram comidas e a Bruxa fica furiosa.

Depois é a vez de Chapeuzinho Vermelho: ela entrega a cesta para o Lobo Mau, já travestido de Vovó, e ele chora copiosamente ao se deparar com a cesta vazia.

Segue-se Joãozinho e Maria, que encontram a Bruxa: como eles, ela está a procura da casa de Chocolate; surpresa das duas crianças e tristeza da bruxa pois a casa já foi toda comida.

Posteriormente, retoma-se a história da Rapunzel: enquanto a moça dormia debruçada à janela, alguém subiu pelas suas tranças e esvaziou a despensa.

Finalmente, Joãozinho recebe o saco que deveria conter os feijões, que cresceriam em uma árvore enorme, etc.: o saco está vazio. Sente-se apenas o cheiro de feijoada.

Para finalizar a história em quadrinhos, aparecem juntos alguns dos protagonistas dos contos de fadas que encontram Magali assentada, comendo o que pegou de cada história. A Bruxa conclui então: *é isso que dá tentar contar histórias da carochinha numa revista da Magali.*

Cada um dos trechos dos contos de fadas retomados tem sua seqüência narrativa comprometida por um acontecimento inesperado com relação ao tradicional esquema do conto de fadas, mas previsível nas histórias da Magali: o sumiço de um alimento.

Temos, assim, uma ruptura do clássico esquema do final feliz do conto de fadas em detrimento do final feliz/previsível das histórias da Magali: saciar seu apetite. O clichê da Magali de menina-gulosa é reforçado, via subversão dos esquemas estereotipados dos contos de fadas, e atualizado com um dado novo. A novidade é a extensão e intensidade do seu comportamento: seu apetite é tão forte que extrapolou o seu universo de origem, as histórias em quadrinhos, indo intervir em um outro, o do conto de fadas. A ruptura da seqüência narrativa estereotipada dos contos de fadas provoca ainda um efeito cômico devido à “deformação” que esses contos sofreram.

O uso dos clichês dos contos de fadas na história “Contos e Descontos”, além de se constituir como (a) uma forma de captação do público-destinatário, que é atraído por referências que domina; como (b) um apelo argumentativo no sentido de reforçar o perfil da Magali de menina-gulosa; e como (c) um mecanismo humorístico, já que a desconstrução dos contos de fadas tem um caráter lúdico; (d) representa a mobilização de uma estrutura familiar que, ao possibilitar a identificação de um modelo de narrativa já conhecido, acelera o ritmo de compreensão da história.

Essa é a função do clichê no processo de leitura: levar o sujeito-leitor a reconhecer representações pré-existentes, que lhe permitirão apreender o “inédito” do texto. Isso porque, segundo Dufays (1994), a novidade só pode ser apreendida como uma variação no interior de um quadro pré-existente.

Os clichês são, portanto, um suporte de leitura e, como outros sistemas de saber (saber lingüístico e saber enciclopédico, por exemplo), fazem apelo aos conhecimentos do sujeito-leitor. Os textos se tornam legíveis e, conseqüentemente previsíveis, graças a uma certa estabilidade de significações que, estando facilmente disponíveis na memória, são prontamente ativadas e funcionam como vectores para a interpretação.

A atividade de leitura se desenvolve assim de forma paradoxal: ao mesmo tempo em que ela se configura como o reconhecimento de “sentidos pré-fabricados”, ela consiste na busca de um “conteúdo novo”. Há um movimento contínuo de confirmação do já-sabido e de incorporação de informações desconhecidas. É dessa interação, única

a cada ocorrência e para cada sujeito, que emerge(m) o(s) sentido(s) do texto.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais que uma ocorrência intertextual, o clichê é um fenômeno discursivo cujos efeitos retórico e ideológico atestam sua complexidade e sua (poli)funcionalidade comunicativa.

Ao lado do caráter afetivo, persuasivo e lúdico (dentre outros) do clichê, está sua dimensão pragmática, definida em termos de função construtiva: "*Assimilé à toute une série de formes codifiées, le clichê se donne à leur instar comme un modèle à partir duquel sont assurées la production et la lecture du texte*" (Amossy, Rosen, 1982:20).

Orientando o horizonte de expectativas do sujeito-leitor e guiando sua atividade de interpretação, o clichê funciona como uma estrutura previamente fixada que regula as interações e viabiliza a comunicação.

Como um instrumento de leitura, o clichê é um código sócio-cultural que orienta a atenção e a percepção do sujeito-leitor para universos de referências familiares, imprescindíveis para a elaboração de outros saberes.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS :

AMOSSY, R, PIERROT, A. H. *Stéréotype et clichés: langue, discours, société*. Paris: Nathan, 1997.

AMOSSY, R, ROSEN, E. *Les discours du clichê*. Paris: Éditions SEDES, 1982.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

DUFAYS, Jean-Louis. *Stéréotypes et lecture*. Liège: Mardaga, 1994.

ECO, Umberto. *Lector in fabula*. Paris, 1985.

JAUSS, Hans-Robert. *Pour une esthétique de la réception*. Paris : Gallimard, 1978.

RIFATERRE, Michael. *Fonction du cliché dans la prose littéraire. Essais de stylistique structurale*. Paris : Flammarion, 1970.

VARGA, A . Kibédi. *Discours, récit, image*. Liège: Pierre Mardaga, 1989.



## PUBLICIDADE *DU LOREN*: O TABU NO PROCESSO DE INFERÊNCIAS AVALIATIVAS

Maria Carmen Aires Gomes  
Doutoranda-FALE/UFMG

A necessidade de se apontarem metas de qualidade que ajudem o estudante a enfrentar o mundo atual como cidadão questionador, participativo e conhecedor de seus direitos e deveres implica atribuir ao processo de leitura uma importância ímpar em sua formação. Com a sua existência enquanto estudo, e a partir de diversas tendências e tentativas de sanar os problemas advindos da construção dos sentidos, assume-se a leitura, atualmente, não como um processo decodificador de signos lingüísticos, mas como um processo ativo de construção de sentidos, desenvolvido por sujeitos sócio-historicamente determinados pela situação comunicativa na qual estão inseridos.

Charaudeau (1994a) argumenta que a construção de sentido se articula a partir de duas condições: de um lado, o sentido da língua – as formas e propriedades lingüísticas; de outro lado, o sentido do discurso que se estabelece a partir de uma situação comunicativa.

Essa visão de leitura requer um sujeito que possua não apenas uma competência lingüística, mas, sobretudo, uma competência sociocomunicativa, ou seja, ele terá que possuir um domínio situacional e relacional das condições de produção, recepção e circulação dos discursos, visando à compreensão de quem os produz, para que e para quem, em que campo de conhecimento, que relação mantém com os outros discursos e em que lhe dizem respeito.

Assim, aquele sujeito que souber articular/observar os mais variados gêneros, saberes, habilidades de ordem situacional, referencial e relacional fará leituras eficientes, impulsionando, dessa forma, uma compreensão mais complexa dos discursos circulantes na sociedade e

conferindo-lhe não só um domínio social, mas também maior autonomia nas suas ações.

Charaudeau admite ainda que as operações linguageiras conduzidas pelos sujeitos durante o processo de compreensão são de duas ordens: categorial e inferencial.

Na ordem categorial, o sujeito propõe-se a classificar referencialmente, os signos lingüísticos a partir dos seus múltiplos empregos e usos, constituindo-os, transmitindo-os e estocando-os na sua memória imediata. É o que se denomina de sentido da língua, pois se constrói a partir de um cálculo de probabilidades das instruções de sentidos propostas pelo contexto.

Seguindo essas reflexões, Marcuschi (1999) argumenta que a construção dessas categorias só se processará entre os sujeitos que interagem entre si e na relação com o mundo. As categorias não podem ser estruturas invariantes e insensíveis visto que estão condicionadas aos mais variados contextos situacionais.

Na ordem inferencial, o sujeito relacionará o sentido literal- aquilo que é dito explicitamente- em função de uma categoria que não está explícita, mas que depende de um jogo interdiscursivo e cognitivo. É o sentido do discurso que se estabelece sobre um cálculo possivelmente verdadeiro, gerado por inferências.

Reconhece-se, portanto, a importância e a existência dos aspectos formais que, de certa forma, determinam o sentido da língua e dimensionam variadas possibilidades de leitura; assim é consenso que o processo de compreensão não se desenvolve apenas a partir do sentido da língua, mas também, e, sobretudo, no estabelecimento das instruções de sentido de ordem situacional que se encontram em outros discursos circulantes.

Assim, o sujeito só compreenderá um texto se ele operacionalizar as instruções de sentido dos elementos do já-dito com as instruções de sentido dos elementos de ordem situacional que se encontram numa outra esfera, mas que fazem parte do ato de linguagem. Esses elementos de outra ordem podem ser as experiências, as crenças, valores, conhecimentos prévios, clichês e estereótipos.

Charaudeau (1994) pontua que o inferenciamento não se limita a um processo cognitivo, apenas isto é, que toda a informação está contida na memória conceptual- mas, pelo contrário, o sujeito interpretante constrói sentidos a partir de fatos que são determinados pela situação comunicativa que pode tanto ser da ordem do particular quanto do social. É a situação comunicativa que comanda o inferenciamento e não a memória conceptual do sujeito.

Os sentidos podem se construir, então, ancorados em três condições, a saber: referencial (saberes constituídos nas comunidades socioculturais), acional (princípio da influência pragmática) e a verídicas (modos de avaliação dos sujeitos em relação às crenças e aos valores que circulam na sociedade). Essas condições permitem a construção de três tipos de inferências: referenciais (relação do dito com categorias classificatórias), interacionais (relação do dito com os índices psicossociais da situação comunicativa) e verídicas (relação do dito com os índices que revelam as crenças e valores do sujeito locutor). Essas inferências previstas pelo locutor e aquelas realizadas pelo interlocutor podem ainda ser consideradas como consensuais, diferenciadas e manipuladas.

Essa perspectiva discursiva de leitura insere os sujeitos num jogo de expectativas cruzadas onde cada qual formula suas hipóteses sobre o outro a fim de empregá-las na produção de discursos para fins estratégicos. É uma abordagem que articula o jogo de inferências a um contrato comunicativo de troca de informações e conhecimentos. Dessa forma, o sujeito criará certas relações que gerarão certas expectativas nos seus interlocutores.

Para avaliar-se a compreensão do sujeito, no presente trabalho, optou-se pelo modo de leitura que releva a relação de índices textuais com os aspectos situacionais e relacionais da troca interativa. Espera-se que o sujeito, após ler um texto, seja capaz de relatar as suas avaliações, posicionamentos e crenças sobre o tema em questão, baseado na situação comunicativa e no contexto sociocultural.

## SOBRE OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Selecionaram-se 32 estudantes da Universidade Federal de Viçosa, sendo 16 mulheres e 16 homens. Essa escolha foi aleatória, optando-se por trabalhar com os fatores faixa etária (entre 19 e 26 anos) e sexo como critérios relevantes para o estudo em questão – o fator tabu no estabelecimento de inferências avaliativas/verídicas –, não só porque os conhecimentos socioculturais já estão bastante fundamentados pela prática social – escola, igreja, família – mas também porque esses estudantes fazem parte de uma nova geração e, pressupostamente, têm uma visão mais contemporânea dos fatos.

Após a leitura de um texto publicitário veiculado pela empresa de *lingerie* "Du Loren", o estudante foi convidado a responder um roteiro de perguntas inferenciais que exigiam a elaboração de conhecimentos que não estavam explícitos no texto. As perguntas objetivavam verificar o jogo de hipóteses e possibilidades construídas não só pelo estudante, mas também pela agência publicitária e anunciante das imagens expressas no texto publicitário – imagem de uma freira vestindo uma cinta-liga preta com o hábito religioso sob os olhos vedados do Cristo Redentor.

### ANÁLISE DAS RESPOSTAS DOS ESTUDANTES

O roteiro de perguntas respondidas pelos estudantes teve por objetivo verificar se o tabu condiciona a elaboração de inferências avaliativas ou verídicas de um texto da publicidade da empresa *Du Loren*.

O teste avaliativo foi construído a partir de perguntas de avaliação e julgamento das informações fornecidas pelo texto. Os julgamentos dos estudantes tiveram como estímulo tanto a enunciação verbal como a enunciação icônica. A pesquisa empregou as tarefas de julgamento, que têm como objetivo estudar a estrutura do conhecimento de mundo do sujeito através de respostas positivas e negativas. Assim, as respostas dos alunos foram avaliadas com base nas instruções de sentido reveladas pela freira, tais como: comportamento da freira, uso da *lingerie* preta, o terço, uso da cinta-liga preta, e fato de estar descalça.

Os resultados encontrados podem ser vistos nas tabelas abaixo:

1. Imagem de uma freira para anunciar um produto que sugere sedução

FATORES	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
Favorável	1	4	5
Bastante favorável	3	3	6
Bastante desfavorável	4	0	4
Muito desfavorável	1	5	6
Nem favorável nem desfavorável	7	4	11

2. Reações ao ler o anúncio

REAÇÕES	POSITIVAS	NEGATIVAS
Feminino	10	21
Masculino	26	37
Total	36	58

Dos julgamentos construídos entre os dois grupos, percebeu-se uma certa constância e insistência de alguns, tais como: *interessante, chocante, mau gosto, imoral e indecente*. No grupo masculino, encontraram-se algumas avaliações diferenciadas, como: *erótico e mentiroso, legal pois é uma forma de chamar atenção para a publicidade, causar impacto no consumidor, original, criativo, anúncio divertido, transgressor*.

### 3. Impressão do anúncio no seu conjunto

FATORES	POSITIVOS	NEGATIVOS
Feminino	Interessante, desmascarar a imagem de pureza	Choca, erótico, desagradável, desmistificar valores, joga com valores sociais, quebra imagens e conceitos estabelecidos, desrespeitoso, bate de frente com as tradições, absurdo, péssimo gosto
Masculino	Original, diferente, legal, chamativo, impacto, agradável	Falta de criatividade, conotação irreal, escandaloso, chocar a sociedade, ruim, rebelde, desnaturalizar a ordem certa

### 4. Fator Tabu e Inferências Avaliativas/Verídicas

FATORES	FEMININO		MASCULINO		TOTAL	
	[+]	[-]	[+]	[-]	[+]	[-]
TERÇO	02	14	05	11	07	25
LINGERIE PRETA	08	08	06	10	14	18
PÉS DESCALÇOS	11	05	16	00	27	05
CINTA-LIGA	06	10	05	11	11	21
TOTAL	27	37	32	32	59	69

### 5. Comportamento da freira

FATORES	FEMININO		MASCULINO	
	positivo	negativo	positivo	negativo
COMPORTAMENTO (OLHAR)	07	09	04	12

Observou-se que não houve diferença significativa entre as respostas avaliativas emitidas pelos dois grupos: feminino e masculino. Verificou-se que os julgamentos foram igualmente construídos por ambos os sexos: *desrespeito aos padrões religiosos, blasfêmia, desagradável, apelativo, mau gosto, escandaloso, pecado, anormal, absurdo, relação entre o sagrado e o profano, etc.*

## DISCUSSÃO DAS ANÁLISES

Os resultados da presente pesquisa levam a crer que perguntas inferenciais permitem que os estudantes tenham a oportunidade de interagir não só com o texto mas também e, principalmente, com os conhecimentos sociais, pragmáticos e culturais. É através da compreensão literal do texto - sentido da língua - no nível explícito, articulado ao sentido do discurso, que o estudante apreenderá novas construções significativas dos textos, possibilitando leituras entrecruzadas com vistas à formação de leitores críticos.

Os resultados até aqui analisados permitem que sejam feitas algumas constatações quanto à influência do tabu na constituição de inferências avaliativas:

1. Com base na proposta de Charaudeau acerca dos tipos de construção de sentidos, de que os sujeitos podem ter idéias consensuais, diferenciadas e/ou manipuladas, conclui-se que os dois grupos (tanto o feminino quanto o masculino) elaboraram inferências avaliativas coincidentes não só pelo fato de possuírem as mesmas representações socioculturais, isto é, os mesmos valores, atitudes, normas e comportamentos, mas por estarem condicionados aos tabus impostos por aparelhos ideológicos, tais como: família, igreja e escola.
2. No entanto, se levarmos em conta os índices constitutivos do contrato comunicativo, tem-se uma instância de produção (agência publicitária + *Du Loren*) que elabora um discurso centrado no *ser capaz de fazer tudo* ("*Você não imagina do que uma Du Loren é capaz de fazer*"), inclusive vestindo uma freira com uma cinta-liga preta. Na realidade, essa instância manipula o sentido que o interlocutor irá construir já que, no momento em que ela cria essa imagem polêmica de uma figura católica, prevê, de certa forma, as

inferências negativas que poderão ser feitas visto que o Brasil é um país bastante religioso, bloqueando, então, a elaboração de sentidos diferenciados.

3. Partindo do pressuposto de que a situação comunicativa e o contexto sociocultural determinam as práticas discursivas – isto é, as construções de variados sentidos. Na questão *o que você acha do olhar da freira*, um estudante respondeu que ela seria a própria *Jezabel* – uma alusão aos textos bíblicos, demarcando, em absoluto, o seu posicionamento moral diante da sociedade. Para esse estudante, esse anúncio ameaça a face (prestígio, auto-respeito) de toda uma comunidade visto que *é bizarro o fato da freira expor as suas vergonhas*.

O que causa realmente a polêmica – essa ameaça a face desta comunidade discursiva – é o fato de o anúncio estar articulando um jogo entre a ordem do *Sagrado* (terço, hábito religioso, imagem do Cristo Redentor que são índices de religiosidade) e o *Profano* (cintaliga preta), carnavalizando os padrões comportamentais, morais, culturais, éticos e conceituais de nossa sociedade.

Assim, o que, a princípio, parece ocasionar um mal estar entre estudantes e anúncio publicitário, não passa de um contrato midiático formulado e pré-determinado por uma instância de produção que objetiva causar reações negativas de seus leitores. Então, os estudantes não constroem os sentidos consensuais condicionados por regras e estereótipos sociais que estão armazenados em suas memórias mas, sobretudo, por estarem inseridos numa situação comunicativa publicitária que já prevê essa reação e os induz a agir de tal forma.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHARAUDEAU, P. Catégories de langue, catégories de discours et contrat de communication. In: *Parcours Linguistiques de discours spécialisés*. Peter Lang, 1994(a).
- \_\_\_\_\_. Les conditions de compréhension du sens de discours. In: *Langage, theories et applications en F.L.E. Text e comprehension*. ICI et LÁ Madrid: Alcobendas, 1994.
- MARCUSCHI, L. A. Coerência e referenciação: condições de produção textual e acesso ao sentido. In: *Revista Nova - III Encontro Franco-Brasileiro de Análise do Discurso e Ensino de Língua Materna*, 1999.

## Índice Onomástico

### A

AMOSSY & ROSEN: 177;  
AMOSSY & PIERROT: 176;  
ARISTÓTELES: 119;  
ASSO: 135;  
AUCHLIN & FERRARI: 64, 72;  
AUCHLIN: 79;  
AUTHIER-REVUZ: 44;  
AZEVEDO: 59;

### B

BAKHTIN: 44, 146, 151;  
BANGE: 29;  
BARROS: 109;  
BECKER: 118;  
BENVENISTE: 44, 125, 151;  
BERTHOLD & MONDADA: 54;  
BRONCKART: 29;

### C

CALVINO: 87, 89, 90, 91, 92, 93;  
CHARAUDEAU: 23, 44, 65, 78,  
79, 81, 83, 84, 98, 107, 160, 161,  
162, 163, 184, 185;

### D

DU BOIS: 59;  
DUCROT: 44, 109, 144;  
DUFAYS: 178;

### E

ECO: 129, 132;  
ESPUNY: 72;

### F

FARIA: 108, 121;  
FIORIN & PLATÃO: 108;  
FIORIN: 107, 108, 110, 119;

### G

GIVÓN: 56, 58;  
GOFFMAN: 24, 27;  
GRICE: 154;  
GROBET: 64, 69;

### H

HAMBURGER: 78, 80;  
HANSEN: 88;  
HOPER & THOMPSON: 53, 54,  
57, 59, 61, 63;

### J

JABÈS: 94;  
JAKOBSON: 121;

## K

KOCH: 113;

## M

MACHADO: 127, 128;  
MAINGUENEAU: 107, 112, 120,  
138, 145, 147;  
MARCHUSCHI: 153, 185;  
MARI: 20;  
MIRANDA: 87, 89;

## N

NAVA: 152;

## P

PIERROT: 124;  
PRETTI: 152, 155;  
PRINCE: 113, 120;

## R

RIFFATERE: 176;  
ROULET: 23, 64, 65, 66;

## S

SAPORTA: 132;  
SARAIVA: 53, 58, 59;  
SARRAUTE: 126, 127, 128, 129,  
130, 131, 133, 134;  
SEARLE: 44, 78, 79, 80, 81, 82;

## T

TREBISCH: 152;  
TROY: 98, 100, 102, 103, 104,  
105;

Projeto editorial do  
*Núcleo de Análise do Discurso da Faculdade de Letras da UFMG*

Impresso nas oficinas da  
*SEGRAC EDITORA E GRÁFICA LIMITADA*  
Rua Catumbi, 191 Caiçara 31230-070 Belo Horizonte/MG  
Telefax: (31) 411-7077 e-mail: [segrac@uai.com.br](mailto:segrac@uai.com.br)

O Núcleo de Análise do Discurso (NAD) é um órgão, vinculado à Faculdade de Letras da UFMG e voltado, exclusivamente, para a organização e implementação de atividades acadêmicas.

Seu objetivo principal é congrega professores e estudantes de níveis e instituições variados, em atividades como simpósios, seminários, grupos de discussão sobre objetos e temas específicos do campo da análise do discurso.

O NAD tem mantido vínculos regulares com professores de universidades da França (convênio CAPES-COFECUB), da Suíça e da Espanha, (através de convênios internacionais da UFMG), visando à interação com novos grupos, com novas propostas de trabalho.

O resultado desse intercâmbio tem sido a presença constante de pesquisadores dessas instituições na UFMG para ministrar cursos, bem como a de pesquisadores brasileiros, alunos e professores, nesses países.

[discurso@letras.ufmg.br](mailto:discurso@letras.ufmg.br)

ISBN 85-87470-11-6



9 788587 470119